



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE**

**A MARCHA DAS MARGARIDAS COMO SUJEITO EDUCATIVO E
A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS MARGARIDAS DO MARANHÃO**

ALICE VIEIRA LIMA CAVALCANTE

Sob a Orientação da Professora
Elisa Guaraná de Castro

Dissertação submetida como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade.

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V376m

Vieira Lima Cavalcante, Alice , 1998-
A Marcha das Margaridas como sujeito educativo e a
formação política das margaridas do Maranhão / Alice
Vieira Lima Cavalcante. - Rio de Janeiro , 2024.
136 f.: il.

Orientadora: Elisa Guaraná de Castro.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2024.

1. Marcha das Margaridas. 2. Formação política. 3.
Mulheres Trabalhadoras Rurais . 4. Maranhão . 5.
Sujeitos pedagógicos . I. Guaraná de Castro, Elisa ,
1968-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

ALICE VIEIRA LIMA CAVALCANTE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 23/02/2024.

Prof.^a Dr.^a ELISA GUARANA DE CASTRO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a BERENICE GOMES DA SILVA (UFMA)



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 15011/2024 - CPDA (12.28.01.00.00.80)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/09/2024 14:58)

ELISA GUARANA DE CASTRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.83)
Matricula: ###238#5

(Assinado digitalmente em 02/09/2024 20:51)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###64#1

(Assinado digitalmente em 13/09/2024 20:28)

BERENICE GOMES DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.183-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **15011**, ano: **2024**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **02/09/2024** e o código de verificação: **0844f5feff**

Dedico este trabalho aos Vieira Lima que cultivaram em mim o encantamento pela vida, pela luta política e pelo Maranhão, em especial ao meu avô Omar Lima, que se encantou naquele chão.

AGRADECIMENTOS

O caminho por onde trilho foi calçado por pés descalços, desnudos, fortes. Pés de Ingracia, Joana e Filomena. Mulheres extrativistas da Região do Munim, no interior do Maranhão. Ingracia, Joana e Filomena abriram os caminhos, para que, minha mãe, Cláudia, bisneta de Ingracia, neta de Joana, sobrinha-neta de Filomena, chegasse no Planalto Central e, apoiada nessa ancestralidade tão forte, seguisse trilhando os seus caminhos. Hoje tento honrar a história dessas mulheres, marchando com passos, palavras e ações, lado a lado com as Margaridas, trazendo para a Academia as andanças, vivências e saberes que marchando pude observar e registrar.

Agradeço aos meus avós Cleres e Omar, que assumiram a educação de suas filhas e filhos como pilar de maior importância, possibilitando que minha mãe, minhas tias e meu tio construíssem suas vidas de forma digna e admirável. Agradeço a eles também por todas as acolhidas em Morros, regadas à camarão seco e juçara.

Agradeço à minha mãe, Cláudia, que me apresentou desde cedo a possibilidade de pensar sobre política e por ter me encantado com a força das coletividades que constroem as lutas por justiça social. Neste trabalho agradeço-lhe, especialmente, por ter se tornado uma Margarida da cidade e, por ter sido a responsável por me apresentar à Marcha.

Agradeço ao meu pai Luiz, por todo amor cultivado, por ter feito de tudo para que não nos faltasse o afeto, a segurança e a presença de um pai carinhoso e preocupado conosco.

Aos meus irmãos que seguem fazendo suas vidas em Brasília, Luísa, Lucas e Thayana, quero registrar que os amo e que agradeço todos os dias, por ser e aprender com vocês.

À minha irmã Letícia, com quem divido a vida no Rio de Janeiro, por ser minha melhor amiga, meu porto seguro e minha parceira há 25 anos. Que nosso amor siga crescendo, hoje e amanhã. Sem ela nada disso seria possível.

Às minhas tias Flor, Soraia, Gislene e Gisele, e ao meu tio Omar, por todo apoio e acolhida no Maranhão, e em especial à minha tia, madrinha e amiga Paulla, que me recebeu em sua casa para que eu pudesse realizar o trabalho de campo, e com quem partilhei as mais lindas noites de São João.

Aos meus primos João Pedro, Pedro Gabriel, Júlia, Laura, Isabela e João Daniel, agradeço a *prirmandade* e por nossas memórias felizes no Rio Una, na Litorânea. Que sigamos sendo lar uns para os outros, onde quer que nos encontremos.

Ao meu amor, Gustavo, por todo companheirismo nos dias, noites e madrugadas de escrita e por me mostrar, em ações carregadas de afeto, que o amor é o que o amor faz.

Aos meus amigos que fazem do Rio de Janeiro uma cidade possível de se viver com alegria, em especial à Seimour, Josena, Thayuan, Isabela, Gabriel, Bruna, Pedro, Bianca, Isabelle, Guilherme, Alcíbano. Agradeço também à Natália por ter me apresentado o edital do CPDA e por termos partilhado mais essa etapa e aos meus amigos-irmãos Davi e Maria, pelas partilhas acadêmicas e pessoais no eixo Brasília-Rio.

Agradeço à minha orientadora, Elisa Guaraná, pelos direcionamentos certos, pela escuta generosa, pelas trocas frutíferas e por ter mobilizado as orientações coletivas que tornaram a experiência da pesquisa mais prazerosa e menos solitária. Agradeço também aos meus colegas com quem nesses momentos pude estabelecer diálogos e aprender com suas pesquisas excepcionais.

À minha psicóloga, Maria, que me auxiliou durante todo esse processo a me reencontrar com as minhas potências, agradeço o profissionalismo humanizado.

Também gostaria de agradecer ao Núcleo Independente e Comunitário de Aprendizagem (NICA – Jacarezinho) e a todas as pessoas que o compõem, às estudantes e ao corpo da coordenação, por fazerem de mim uma educadora popular e por me permitirem exercer na práxis a formação política.

Por fim, agradeço a todas as Margaridas do Maranhão, gratidão que direciono especialmente à Daniela Strasser, assessora da FETAEMA, pela parceria estabelecida e pela amizade construída em campo e às margaridas da FETAEMA, por toda acolhida na Ilha Magnética e junto à delegação em Brasília.

RESUMO

CAVALCANTE, Alice Vieira Lima. **A Marcha das Margaridas como sujeito educativo e a formação política das margaridas do Maranhão.** 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação pretende analisar a Marcha das Margaridas (MM), ação estratégica promovida por mulheres do campo, das águas e das florestas, a partir do aspecto da formação política, realizando uma leitura da MM enquanto um sujeito pedagógico. A investigação sobre esta ação, que há mais de 20 anos ocorre sob coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), busca entender como são produzidas esferas de educação política neste processo. Desde o ano 2000, a Marcha das Margaridas reúne mulheres de todo o Brasil na capital federal, criando um momento de grande visibilidade ao levar as pautas e as bandeiras das Margaridas para o centro do poder político. No entanto, para que esse momento seja possível, os períodos entre as edições são marcados pela preparação nos estados e pela articulação política nacional, realizadas de forma exitosa ao longo de sete edições, de maneira que a mobilização é construída há mais de duas décadas continuamente. É proposta a categoria *entre-marchas* para dar conta do recorte temporal presente entre uma edição da Marcha e outra. Apresentando como estudo de caso a delegação do Maranhão para a 7ª edição da Marcha das Margaridas, busca-se também compreender de que maneira a formação política mobilizada pela Marcha das Margaridas (MM) incide na formação de Margaridas enquanto sujeito coletivo e de direitos. Para tanto foram utilizados referenciais teóricos sobre o surgimento e a formação de organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais aos níveis nacional e estadual, com foco no Maranhão; sobre as pedagogias presentes e mobilizadas no contexto de movimentos sociais e ações coletivas; e sobre a Marcha das Margaridas em si. Foi realizada a leitura e análise de cadernos de textos, documentos, ações e eventos formulados para as últimas duas edições da Marcha das Margaridas, com foco na VII Marcha das Margaridas, ocorrida em 2023 com o lema “Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”. Também foram realizadas entrevistas com mulheres da delegação do Maranhão para a edição de 2023 da Marcha e com a assessora de Mulheres da Contag. Como resultado pôde-se localizar a formação política como uma base fundamental para a luta coletiva engendrada pela Marcha das Margaridas que, enquanto sujeito pedagógico, produz instrumentos de emancipação de sujeitos políticos. Conclui-se que a formação política na Marcha das Margaridas é construída no fazer contínuo dessa ação e que esse formato no fazer contínuo desta ação e que este formato de ação estratégica visibiliza potencialidades de pedagogias que partem de movimentos sociais e ações coletivas.

Palavras-chave: Marcha das Margaridas; formação política; mulheres trabalhadoras rurais.

ABSTRACT

CAVALCANTE, Alice Vieira Lima. **The Marcha das Margaridas as a pedagogic subject and the political formation of the *margaridas* from Maranhão.** 2024. Master's Dissertation. (Master's degree in Social Sciences in Development, Agriculture, and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

This dissertation intends to analyze the *Marcha das Margaridas* (MM), a strategic action promoted by rural women and by water and forest's women, from the aspect of political formation, reading the MM as a pedagogical subject. The investigation into this action, which has been conducted for more than 20 years under the coordination of the National Confederation of Agricultural Workers (CONTAG), seeks to understand how spheres of political education are produced in this process. Since 2000, the *Margaridas March* has brought together women from all over Brazil in the federal capital, creating a moment of great visibility by taking the Margaridas' agendas and flags to the center of political power. However, in order to be possible, the periods between editions are marked by preparation in the states and by a national political articulation, carried out successfully over seven editions, so that the mobilization has been continuously built for more than two decades. The *between marches* category is proposed to account the period present between one edition of the March and another. Presenting as a case study the Maranhão delegation for the seventh edition of the Marcha das Margaridas, we also seek to understand how the political formation mobilized by the Marcha das Margaridas (MM) affects the formation of Margaridas as a collective subject with rights. To this end, theoretical references were mobilized on the emergence and formation of organizations and movements of rural workers at national and state levels, with a focus on the state of Maranhão; about the pedagogies that are present and mobilized in the context of social movements and collective actions; and about the Marcha das Margaridas itself. The reading and analysis of formation booklets of texts, documents, actions, and events formulated for the last two editions of the Marcha das Margaridas was carried out, focusing on the VII Marcha das Margaridas, which took place in 2023 with the motto "For the reconstruction of Brazil and for Good Living". Interviews were also carried out with women from the Maranhão delegation for the 2023 edition of the March and with Contag's women's advisor. As a result, political formation could be located as a fundamental basis for the collective struggle engendered by the Marcha das Margaridas which, as a pedagogical subject, produces instruments for the emancipation of political subjects. It is concluded that the political formation in and at the Marcha das Margaridas is built on the continuous carrying out of this action and that this format of strategic action makes visible the potential of pedagogical approaches that originate from social movements and collective actions.

Key words: Marcha das Margaridas; political formation; rural working women.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Banner do 2º Encontro Estadual de Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados..... | 27 |
| Figura 2: Cartaz de divulgação do 4º CNTR (1985) | 34 |
| Figura 3: Banner da MM 2019, Capas dos Cadernos de Texto da MM 2019 e Capa da Plataforma Política 2019. Fonte: (MM, 2023) | 51 |
| Figura 4: Capas dos Cadernos de Texto da Marcha das Margaridas 2023. Fonte: (MM, 2023)..... | 51 |
| Figura 5: Mapa das Regionais da FETAEMA | 55 |
| Figura 6: Elementos da Marcha das Margaridas no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão. Fotografias da autora, 2023..... | 61 |
| Figura 7: Margaridas no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão..... | 61 |
| Figura 8: Margaridas no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão..... | 61 |
| Figura 9: Registro do Brechó das Margaridas promovido pelo SINDSEP-MA..... | 74 |
| Figura 10: Kits das Margaridas. | 83 |
| Figura 11: Construção das atividades pós caravanas | 85 |
| Figura 12: Margaridas em Brasília para a VII Marcha das Margaridas. | 119 |
| Figura 13: Ações do Ministério das Mulheres anunciadas pelo presidente Lula e pela Ministra Cida Gonçalves na Marcha das Margaridas..... | 120 |
| Figura 14: MDA entrega um conjunto de medidas em resposta à Marcha das Margaridas. | 121 |
| Figura 15: Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas 2023..... | 121 |
| Figura 16: Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas 2023 | 122 |
| Figura 17: Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas 2023 | 122 |

QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Organizações envolvidas na Marcha 2000 | 7 |
| Quadro 2: Caravanas Regionais | 59 |
| Quadro 3: Parceiras da FETAEMA para a Marcha das Margaridas 2023 | 75 |

ORGANOGRAMAS

| | |
|---|----|
| Organograma 1: Atividades de preparação da delegação para a Marcha..... | 83 |
| Organograma 2: Fluxo entre Contag e Bases Sindicais | 92 |

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ATAM – Associação dos Trabalhadores Agrcola do Maranhão
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CESIR – Centro de Estudo Sindical Rural
CNMTR – Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
CNTR – Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CTB – Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central única dos Trabalhadores
ENAFOR – Encontro Nacional de Formação
FASE – Federação de órgãos para Assistncia Social e Educacional
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão
FETAGS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem
MEB – Movimento de Educação de Base
MIQCB – Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babau
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MM – Marcha das Margaridas
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras
MMTR – NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MNQC – Movimento das Quebradeiras de Coco
MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NAV – Núcleo de Apoio s Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra
PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PDLS – Programa de Desenvolvimento Local Sustentável
PNF – Poltica Nacional de Formação
PPP – Projeto Poltico Pedagógico
SAAP – Servio de Análise e Assessoria a Projetos
SOF – Sempre Viva Organização Feminista

STTRs – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UBM – União Brasileira de Mulheres (UBM);

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| A chegada ao tema: aproximações e interesses | 2 |
| Apresentando a Marcha das Margaridas | 3 |
| Dos objetivos | 11 |
| Da justificativa..... | 11 |
| Dos caminhos metodológicos..... | 12 |
| Do campo da pesquisa | 15 |
| CAPÍTULO I - A CONSTANTE E MÚLTIPLA LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS | 19 |
| 1.1.Os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais | 20 |
| 1.2. Histórico das mobilizações de mulheres rurais | 29 |
| 1.3. Entre-Marchas | 39 |
| 1.4. A estrutura formativa da CONTAG para a MM..... | 46 |
| CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DE MARGARIDAS MARANHENSES | 54 |
| 2.1 A FETAEMA e suas regionais rumo à Marcha..... | 54 |
| 2.2 Caravana das Margaridas..... | 58 |
| 2.3 Reuniões pós-caravanas..... | 64 |
| 2.4 O uso dos cadernos | 68 |
| 2.5 A Marcha das Margaridas como um sujeito pedagógico | 76 |
| CAPÍTULO III – FAZENDO A MARCHA | 82 |
| 3.1 O fazer da Marcha e a formação na ação..... | 82 |
| 3.2 A formação política e o processo de empoderamento na formação de sujeitos políticos | 93 |
| 3.3 “Eu sou a Marcha” – A formação de identidades políticas no <i>fazer-a-marcha</i> . | 99 |
| 3.4 “Moço, eu não corro do negócio não, vumbora” – Política de cotas, paridade e a Marcha que semeia Margaridas | 103 |
| 3.5 A hora de marchar – Observação participante VII edição da Marcha das Margaridas..... | 113 |
| CONCLUSÃO | 123 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 126 |
| APÊNDICES | 134 |

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho objetiva compreender os aspectos da formação política imbuída na Marcha das Margaridas (MM) e como auxiliam as mulheres que participam do movimento na construção de participação política, identidades coletivas e direitos. Já de início, vale destacar que chamo de formação política aquilo que o caderno de apresentação da Marcha das Margaridas 2023 chama de “formação na ação”, em referência a uma definição contaguiana presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC).

O PPP reconhece a o caráter processual da formação, de forma que “os processos formativos são concebidos como processos que se articulam por meio de diversas modalidades, dimensões, etapas e situações, que são sistematicamente organizadas em planos” (CONTAG, s.d., p.43). Entre as atividades de mobilização e luta apresentadas como esfera de formação na ação, o documento destaca a Marcha das Margaridas, ao lado de outras ações como campanhas salariais, acampamentos, assembleias, mutirões e mobilizações de massa como o Grito da Terra.

Isto posto, a partir do estudo de caso da delegação do Maranhão na construção da 7ª edição da Marcha, referente ao ano de 2023, busca-se analisar Marcha das Margaridas para além de uma expressão nacional de mobilização das mulheres trabalhadoras no campo, que já acumula mais de duas décadas de atuação, mas, também, busca analisá-la enquanto processo formativo e sujeito pedagógico.

A MM pode ser lida como uma ação estratégica coletiva que aglutina diversas organizações e é protagonizada por mulheres do campo, das águas e das florestas¹, o que inclui “agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas” (AGUIAR, 2015, p.7). De quatro em quatro anos², mulheres de todo país vão à Brasília para marchar e apresentar suas demandas, quando acontece o encontro nacional e a caminhada da MM.

¹ Vilênia Venâncio Porto Aguiar, pesquisadora da MM e assessora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares (CONTAG) utiliza, em sua tese de doutorado publicada em 2015, a categoria “mulheres do campo e da floresta” se valendo de uma construção feita nos processos da própria Marcha, até a data da publicação do trabalho. Documentos e sistematizações das edições da MM de 2015 e 2019, utilizam “mulheres do campo, das águas e das florestas” para se referir às trabalhadoras rurais que protagonizam o movimento. As edições de 2015 e 2019 do jornal da CONTAG já incorporaram também “mulheres das cidades”, para reconhecer a participação e integração entre mulheres rurais e urbanas, que se fortaleceu e viabilizou arranjos para a construção da Marcha.

² O intervalo entre as duas primeiras duas edições, 2000 e 2003, foi de 3 anos.

Desde a 5ª edição da Marcha, ocorrida em 2015, a mobilização consegue alcançar a marca de 100 mil pessoas³ em marcha (SOBREIRA; ARAS, 2018), sendo considerada a maior marcha de mulheres da América Latina. Nas duas últimas edições, a maior delegação estadual foi a do Maranhão, que levou 4 mil pessoas em 2019 e 3.500 em 2023.

4

A mobilização, no entanto, não se restringe ao momento em Brasília. No período temporal entre uma edição e outra da Marcha das Margaridas, o qual categorizo como *entre-marchas*⁵, também são promovidas ações de sistematizações, avaliações e formações, em retrospecto aos avanços da edição ocorrida e em preparação para a edição seguinte.

A presente introdução aborda como cheguei ao tema trabalhado nesta dissertação e é realizada uma apresentação sobre a Marcha das Margaridas. Além disso, são expostos os objetivos, a justificativa, os caminhos metodológicos e o campo da pesquisa.

A chegada ao tema: aproximações e interesses

Sou natural de Taguatinga, uma Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (DF) que fica à pouco mais de 20 quilômetros de distância da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, capital federal e quando tinha cerca de 14 anos, a minha família se mudou para São Sebastião, uma outra “cidade satélite”, que é como também são chamadas RAs. No entanto, apesar de ter crescido e alcançado a maioria residindo nessas cidades do Distrito Federal que “orbitam” Brasília, demorei algumas décadas para ouvir falar sobre a Marcha das Margaridas, cujo palco principal se dá em Brasília desde o ano 2000.

Foi apenas em 2019, quando já residia no Rio de Janeiro, que passei a acompanhar com maior atenção as matérias e publicações em redes sociais sobre a Marcha das Margaridas. Alguns anos depois, avalio que essa atenção maior se deu principalmente por conta da participação de minha mãe, Cláudia Regina, na edição de 2019, na qual ela

³ O texto "Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas: um balanço histórico acerca da Marcha das Margaridas" apresenta o seguinte quantitativo, por edição: em 2000, 20 mil Margaridas; em 2007, 70 mil; em 2011 quase 100 mil e em 2015 é alcançado o marco de 100 mil pessoas em marcha.

⁴ <https://fetaema.com/viva-a-marcha-das-margaridas-viva-o-maranhao-viva-o-brasil/>

⁵ “Entre-marchas” é uma categoria de análise que proponho para dar nome ao período entre uma edição da Marcha e outra, de forma a visualizar as atividades que se iniciam após o retorno das delegações que vão para Brasília para seus estados de origem e o trabalho que passa a ser desenvolvido, tanto nos estados quanto em Brasília, para a edição seguinte. A categoria é destrinchada na seção 1.3. deste trabalho.

integrou um grupo de voluntárias para um trabalho de sistematização das memórias referentes àquela edição.

O meu olhar também esteve mais atento para a mobilização naquele ano por conta do contexto político que vivíamos no Brasil: era o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, político da extrema-direita brasileira cuja política se demonstrava absolutamente desfavorável às pautas das quais sou defensora, em especial sobre os direitos humanos.

Somado a isso, em meu contexto de estudante universitária, no último período do curso de Ciência Política na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, estava realizando como uma das últimas disciplinas a cumprir créditos a matéria “Ação Social”, ministrada pela professora Andrea Lopes, que foi minha orientadora na escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC) dessa graduação.

A partir dos acúmulos dessa disciplina e de trocas que pude ter com minha mãe, além do acompanhamento de matérias e notícias sobre a Marcha das Margaridas, escolhi a mobilização como tema de pesquisa para o TCC em Ciência Política, cujo título foi “O que querem e o que conquistaram as Margaridas: uma análise entre governo e mobilização na esfera pública”, com o enfoque no diálogo entre a Marcha das Margaridas e os governos federais.

Realizei a maior parte da escrita do TCC em 2020, ano em que se iniciou a pandemia do coronavírus. Por conta das incertezas que o cenário sanitário apresentava, retornei ao DF por alguns meses para ficar na casa da minha família. Nesse período, criei uma proximidade ainda maior com minha mãe no que diz respeito aos debates sobre a Marcha das Margaridas, e acompanhei alguns de seus momentos de escrita e debates sobre a sistematização da qual ela fez parte, sobre a 6ª edição da MM.

Além disso, ao mesmo tempo em que estava em um período de escrita do TCC da graduação, colegas da Ciência Política divulgaram a abertura do edital do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura da Universidade Rural do Rio de Janeiro, no qual enxerguei uma oportunidade de seguir pesquisando a Marcha com outros enfoques.

Antes mesmo de finalizar a escrita do trabalho de conclusão de curso, escrevi o projeto de pesquisa para o mestrado já focando na questão do aspecto de formação política da Marcha das Margaridas. O título escolhido para o projeto de pesquisa naquele momento foi “Marcha educadora: A formação das Margaridas para a luta e para a vida”.

Fui aprovada no processo do mestrado, que infelizmente foi atravessado pela pandemia, um momento de muitos desafios, de luto, de angústias e de restrições. Somase a isso o fato de que a maior parte das disciplinas migrou para o formato remoto, e conciliar os estudos com as demandas do trabalho como assessora parlamentar demandou dedicação extra e horas subtraídas do descanso.

Apesar dos desafios, as disciplinas que fiz no programa foram fundamentais e me auxiliaram imensamente a moldar o projeto de pesquisa e afinar os meus objetivos, chegando a uma pesquisa possível, executável e defensável. Nesse sentido, uma das colaborações principais da troca com colegas e com a orientadora deste trabalho, a professora Elisa Guaraná, se deu nos recortes temporais e do campo de pesquisa, ou seja, qual seria o período temporal investigado e onde eu realizaria a pesquisa de campo.

O campo possível e frutífero se deu no estado em que residem as minhas origens, o Maranhão. Uma das imagens da delegação do Maranhão na MM de 2019 havia me marcado pessoalmente: uma grande faixa retangular da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) com um desenho do mapa do Maranhão contendo a bandeira do estado, à frente uma pintura de Margarida Alves e logo abaixo os dizeres “Mulheres do Maranhão por um país mais justo”.

Na foto que vi em redes sociais, várias mulheres que ocupavam cada espaço nas laterais da faixa e a carregavam em marcha. Corroborando para a escolha dessa delegação como campo de pesquisa, havia o dado de que naquela edição de 2019, a delegação do Maranhão havia sido a mais numerosa entre todos os estados participantes. Corroborou também para essa escolha, o fato de toda a minha família materna ser maranhense e residir no estado.

Quando realizei o TCC da graduação, comentei sobre o tema de pesquisa com minhas tias e tios e destaquei que para além da Fetaema, o Movimento Independente das Quebradeiras de Coco Babaçu é um dos principais para a participação de mulheres maranhenses quebradeiras de coco à Brasília. Lembro de, nessa conversa, eles relembrares momentos da infância e adolescência, nos quais realizavam a quebra de coco-babaçu no período das férias escolares. Por conta de trocas como essa, me conectei em mais essa frente com o Maranhão enquanto um campo de encontros e de pesquisa possível.

Por estar em um emprego formal para além da pesquisa, dispunha de apenas um mês para realizar o campo de pesquisa, que deveria coincidir com minhas férias do

trabalho. Optei por realizá-lo nesse estado em que estão as minhas origens maternas, onde tenho fortes laços de pertencimento e onde tive todo apoio em termos de alimentação, hospedagem, além de diálogos, trocas e acolhimento emocional. O campo foi realizado no mês de junho de 2023, ano da 7ª edição da Marcha das Margaridas e, apesar do curto período, oportunizou acúmulos de dados e informações, que foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Já a minha participação na Marcha das Margaridas, em Brasília, entre 15 e 16 de agosto de 2023, foi viabilizada pelo Edital de Apoio à Pesquisa Discente de 2023 do CPDA/UFRRJ. No Pavilhão do Parque da Cidade, acompanhei atividades formativas e caminhei com a delegação do Maranhão, registrando falas e observando a grandiosidade da mobilização na capital federal, como detalhado na seção "Hora de Marchar". Além disso, testemunhei o lançamento da publicação "Marcha das Margaridas: Caminhos, Memórias e Repercussões", fruto do trabalho de mulheres como minha mãe, Cláudia Regina, que participaram da edição de 2019 a partir do trabalho de sistematização de experiências e puderam assim, colaborar para que os relatos das Margaridas fossem eternizados em um livro.

Essas aproximações despertaram o interesse para essa pesquisa sobre a Marcha das Margaridas, a qual apresento a seguir através de uma trajetória histórica.

Apresentando a Marcha das Margaridas

A Marcha das Margaridas leva esse nome em homenagem à líder sindicalista rural Margarida Maria Alves (5/8/1933 – 12/8/1983), assassinada brutalmente, na porta da sua casa, a mando de latifundiários. A execução aconteceu em um momento no qual havia mobilizado um alto volume de ações trabalhistas contra as usinas de cana de açúcar da região em que atuava. Como veremos no capítulo 1 deste trabalho, a presença de Margarida enquanto mulher na liderança das ações de seu sindicato representava minoria nas organizações sindicais à época.

Contextualizando o momento histórico no qual Margarida foi assassinada, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo processo de redemocratização e por intensas disputas travadas pelos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, tanto em relação às demandas das mulheres sobre representação feminina dentro de suas organizações, quanto na disputa posta na esfera pública, no debate sobre os modelos de desenvolvimento relacionados à agricultura e à modernização do campo.

As tensões, violências, disputas e os processos acontecidos nessas duas décadas, e nisso está incluída a execução de Margarida Alves, foram decisivos para o fortalecimento das discussões de gênero dentro dos movimentos de trabalhadores rurais. A partir do segundo semestre de 1999 iniciou-se um processo de debates direcionado às questões e demandas das trabalhadoras rurais, englobando aportes de gênero e de classe, o que por fim se materializou na construção da primeira Marcha das Margaridas, em adesão à agenda da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) de 2000.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surgiu em 2000 como uma grande mobilização global contra a pobreza e a violência contra as mulheres. As ações, iniciadas em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e finalizadas em 17 de outubro, foram organizadas sob o lema "2000 Razões para Marchar contra a Pobreza e a Violência Sexista". Apesar de frequentemente interpretada como um movimento majoritariamente urbano, o relato da feminista Nalu Faria, em entrevista às pesquisadoras Tornquist e Fleischer, demonstra como a Marcha das Margaridas, enquanto ação específica, se integrou à agenda da MMM desde sua organização inicial no Brasil. As mulheres da CONTAG, inclusive, tiveram papel fundamental na definição da pauta da MMM desde a primeira reunião nacional.

No Brasil, em outubro de 1999, foi realizada a primeira reunião nacional, na qual constituímos a MMM no Brasil. Nessa reunião as mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM. Essa foi a atividade mais massiva naquele ano de 2000, com a presença de 20 mil mulheres. Entre 8 de março e 17 de outubro de 2000, foram realizadas inúmeras atividades em todos os estados, sendo a maior delas a Marcha das Margaridas, organizada pelas trabalhadoras rurais da Contag e outras entidades em agosto daquele ano como forma de adesão à MMM. Foi a partir do impacto desse amplo processo de articulação que várias brasileiras fizeram parte daquelas que propuseram a continuidade da Marcha como um movimento permanente em nosso país (TORNQUIST, FLEISCHER 2012, p.294, 295).

Veremos como essa adesão não foi livre de tensões dentro dos movimentos sindicais. Fato é que a Marcha foi resultante de todo um processo construído para que as mulheres do campo, das águas e das florestas pudessem reivindicar suas demandas e serem vistas como sujeitos de direitos. Neste ponto há espaço para uma investigação sobre um processo recente e desafiador de ocupação das esferas públicas de disputa política por grupos que foram historicamente destituídos de processos de garantia de direitos. Por isso, para que se situem as pautas da Marcha é preciso em primeiro lugar estranhar a sua

existência, o que proponho a partir de duas questões: como que se constrói uma mobilização nacional de grande porte promovida por mulheres trabalhadoras rurais? E por que se constrói?

A MM se faz a partir do trabalho realizado entre as organizações promotoras e as organizações parceiras⁶. Entre elas, há maior centralidade da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e uma participação recorrente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs); dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs); da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Na primeira edição da Marcha, foram as seguintes organizações que atuaram, como promotoras ou apoiadoras, para a realização da MM:

Quadro 1: Organizações envolvidas na Marcha 2000

| Organizações promotoras/Promoção | Organizações apoiadoras/Parceiras |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs); - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs); - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); - Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); - União Brasileira de Mulheres (UBM); - Movimento de Luta pela Terra (MLT); - Movimento das Quebradeiras de Coco (MNQC)⁷ | <ul style="list-style-type: none"> Sempre Viva Organização Feminista (SOF); - Associação Agroecológica Tijupá; - Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Nacional); - GTA da Amazônia; - OXFAM Internacional; - Cáritas Brasileiras; - Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); - Fundo SAAP (Serviço de Análise e Assessoria a Projetos); - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); - Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) |

Fonte: Moreira (2019)

Já as pautas da Marcha são alimentadas a partir de um fluxo entre os debates nas organizações que compõem a MM nos estados e a organização central da CONTAG, em Brasília. Em um formato de retroalimentação, as delegações estaduais e as organizações parceiras apresentam as demandas específicas de cada território, que são acolhidas,

⁶ A classificação entre organizações promotoras e parceiras é localizada nos documentos produzidos pela própria MM, como em cadernos de pauta e avaliações. As organizações parceiras também aparecem como apoiadoras. Em sua dissertação, Moreira (2019) traz quadros para todas as edições entre 2000 e 2015, mostrando quais foram as organizações de promoção da Marcha e quais foram parceiras/apoiadoras.

⁷ Nos documentos referentes à primeira edição da Marcha das Margaridas, o Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) aparece como Movimento das Quebradeiras de Coco (MNQC). A partir da edição de 2003, já é assumida a atual sigla.

debatidas e formuladas para a pauta nacional. Cabe, então, Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas trabalhar com essas demandas e direcioná-las para que componham a pauta nacional, que quando “fechada”, ou seja, quando completa, “retorna” para os territórios.

Neste sentido, fica a cargo da Coordenação Ampliada “debater nos movimentos parceiros, nas federações, sindicatos e comunidades rurais os pontos que integram sua plataforma política, assim como também promove[r] ações de formação política com mulheres lideranças rurais queiram replicar tais formações também em suas bases”. Desta forma, a Coordenação Ampliada é um espaço fundamental para as costuras referentes à educação política que envolve a Marcha. Cabe aqui dizer que a composição desta coordenação varia a cada edição, como destacado na citação a seguir.

Muitos grupos passaram por coordenação como o Movimento de Luta pela Terra (MLT) em 2000 e 2003; a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Redlac) a partir de 2003; o Fórum Carajás, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), FASE, Instituto Casa Lilás, e a ONG Esplar em 2003. As Loucas de Pedra Lilás que desde 2003 são parceiras da Marcha e as responsáveis pelo CD da Marcha de 2011; e a partir de 2007 se constituiu o grupo de parceiras que ainda permanece atualmente, sendo que alguns grupos agregaram na última Marcha. (CONTAG, [s.d], [s.l])

Para a edição de 2023, o site da Marcha das Margaridas citado acima lista as organizações integrantes da Coordenação Ampliada da Marcha das Margaridas. São elas: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB); Confederação de Produtores Familiares Camponos e Indígenas do Mercosul ampliado (COPROFAM); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); GT de Mulheres da ANA; Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CUT Brasil); Marcha Mundial das Mulheres; União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES Nacional); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Regional Latino-americana de la UITA (Rel-UITA); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA); União Brasileira de Mulheres (UBM) Movimento de Mulheres Camponesas Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR); (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM BRASIL).

No que tange aos temas trabalhados, desde a primeira edição o ponto de partida foi o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), uma proposta de desenvolvimento rural sustentável com foco na reforma agrária e na valorização da agricultura familiar, construído desde 1995 pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) que segue desde a primeira edição até hoje como balizador para a Marcha das Margaridas e como uma “referência política-pedagógica nacional para a formação sindical” (CONTAG, 2022).

O PADRSS, que em um primeiro momento serviu de base para a Marcha, e que desde o princípio defendia que “as questões econômicas têm de estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça” (SANTOS, 2001, p.226) passou a também reconhecer a Marcha e o protagonismo das mulheres do MSTTR, de forma mais explícita, em um caminhar participante dos movimentos das mulheres.

Além do PADRSS servir como referência para a Marcha, a Marcha também passou a servir às construções do projeto, que passou a assumir mais demandas alinhadas com as pautas das Margaridas, o que fica mais claro quando no documento é feita defesa do “reconhecimento e valorização da organização e protagonismo político das mulheres em suas diferentes formas [...] que se expressa na capacidade de articulação e de construção de parcerias da Marcha das Margaridas” (CONTAG, 2013, p.12).

Assim como é contínuo o desenvolvimento do PADRSS junto às esferas organizadas dos movimentos de trabalhadores rurais, a Marcha das Margaridas se coloca há mais de 20 anos na esfera pública, e por sua organização nacional e estratégica, consolida-se como uma das maiores mobilizações de mulheres das Américas. Este trabalho parte do pressuposto de que a continuidade da Marcha é produzida por um conjunto de fatores, tendo como eixo central de nossa investigação a formação política presente na MM.

Formação política é um termo usado tanto em documentos da Marcha, como na fala de dirigentes para se referir ao processo formativo enquanto um objetivo da Marcha das Margaridas. Ao longo deste trabalho veremos em que termos essa formação política se apresenta e a centralidade que assume na Marcha, ao ponto de em 2023, o primeiro objetivo político elencado em site da Marcha seja “Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais” (MM, 2023).

Tendo em vista que a mobilização da MM não se resume ao momento da ação em Brasília, levanto a hipótese de que, ao buscar manter as participantes debatendo em constante formação ao longo dos anos, a Marcha forma cidadãs ativas politicamente⁸, a MM consegue seguir organizada e organizando a luta e as mulheres em luta.

Neste sentido, apresento como estudo de caso a participação da delegação do Maranhão na 7ª edição da Marcha das Margaridas, ocorrida em 2023, para apreender aspectos deste processo formativo, com enfoque no *entre-marchas* iniciado em 2019, para delimitar o recorte temporal um período marcado por intensidades distintas no processo de formulação da Marcha. Será apresentado como o *entre-marchas* das edições de 2019 e 2023, atípico em relação às edições anteriores, sendo atravessado pois esse período foi marcado pelo enfrentamento a uma pandemia e por dois processos eleitorais ocorridos no contexto de um governo federal de extrema-direita no país.

Entendendo que todos os momentos da Marcha são atravessados pelo propósito formativo, o trabalho tem como foco as estratégias de formação política presentes neste *entre-marchas* para compreender de que forma, e se a educação política mobilizada pela Marcha incide e corrobora na formação política das mulheres trabalhadoras rurais que a integram. A partir de uma leitura voltada para esse aspecto da MM na formação da delegação do Maranhão, busca-se visibilizar a figura das Margaridas⁹, suas identidades, suas atuações políticas, os conflitos nas disputas sindicais e os repertórios adotados pela Marcha, a fim de entender as dificuldades e potencialidades dos momentos formativos nos territórios maranhenses.

Dos objetivos

⁸ O caderno de estudos número 4 de 2019 trazia a seção “Formação Política e Cidadã - Nossas formas de resistência para enfrentamento à violência contra as mulheres” (CONTAG/Caderno 4, 2019), enquanto já no primeiro caderno de 2023, todo conjunto de cadernos foi apresentado como uma base para o processo formativo. “Para contribuir com esse processo de formação política, que chamamos de formação na ação, a CONTAG e as organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2023 faz chegar até vocês esses cadernos de estudos, com a intenção de subsidiar os debates nas comunidades” (CONTAG/Caderno 2, 2023, p. 2). Na seção 1.4. veremos melhor como os cadernos de estudos produzidos para a Marcha das Margaridas fazem parte desta formação política.

⁹ Margaridas tornou-se a forma, o sujeito político, a identidade coletiva das mulheres que marcham e constroem a Marcha das Margaridas. Com clara referência à Margarida Alves, “Somos todas Margaridas” tornou-se lema entre as mulheres da MM. Em “O canto das Margaridas” música-hino da marcha, essa identidade também aparece desta forma “Olha Brasília está florida/ Estão chegando as decididas/ Olha Brasília está florida/ É o querer, é o querer das Margaridas”. Por isso, ao longo do texto, quando estiver me referindo a esta identidade coletiva, aparecerá com letra maiúscula e plural.

Como objetivo geral busca-se compreender de que forma se dá a formação política mobilizada na Marcha das Margaridas (MM). Ao abrir uma entrada para investigação sobre o caráter formativo dessa mobilização, busca-se trabalhar enquanto objetivos específicos: a) entender as bases formativas da Marcha que permitem realizar uma leitura da mesma enquanto sujeito pedagógico; b) visualizar a formação de identidades coletivas e sujeitos políticos como um dos fatores para a análise; c) compreender em que medida esta formação permeia processos de luta e de mobilização; d) visibilizar as potencialidades da educação não-formal, de base político-popular em movimentos sociais e ações coletivas.

Da justificativa

Apesar de haver considerável produção sobre a Marcha das Margaridas, entre artigos, dissertações e até mesmo teses. Contudo, um trabalho que tenha como foco o processo formativo a partir do estudo de caso de uma delegação pode contribuir ao trazer à tona elementos ainda não mapeados pela bibliografia existente. Um aspecto pouco trabalhado é justamente o da formação política nos estados, direcionada para a Marcha, para além do que é gestado em Brasília e das dirigentes que estão em contato direto com os debates sobre a MM. Entender a costura da Marcha a partir dos movimentos que acontecem ao nível de uma delegação é essencial para contribuir com o campo de estudos sobre as mobilizações populares.

Em relação à escolha do estudo de caso, para além das aproximações já apresentadas em seção anterior desta introdução, o cenário de conflitos por terra é preocupante e se aprofunda com o avanço do agronegócio. Segundo relatório da CPT de 2021, o Maranhão representa o 2º estado com maior número de conflitos de terra no Brasil. Um caso terrível e emblemático que ilustra o que ocorre nos territórios foi a morte de Maria José Rodrigues, de 78 anos, e seu filho, José do Carmo Corrêa Júnior, de 38 anos, que foram atingidos por palmeiras derrubadas de forma ilegal por um trator quando faziam a coleta de coco babaçu. Isso ocorreu na comunidade Boa Esperança, no município de Penalva (MA)¹⁰.

¹⁰ “Morte de quebradeira de coco e filho esmagados por árvore revela impactos do agronegócio no MA”. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/15/morte-de-quebradeira-de-coco-e-filho-esmagados-por-arvore-revela-impactos-do-agronegocio-no-ma>> acesso em 21 nov. 2023.

Notícias como essa também despertaram uma urgência em poder visibilizar as resistências que estão sendo travadas no estado do Maranhão. Por mais que não seja o foco do trabalho, há uma articulação entre as violências de classe, no que diz respeito à renda e à terra e a violência de gênero, que se expressa principalmente pela face da violência doméstica. Nesse cenário, a Marcha das Margaridas se apresenta como um espaço político possível, que vai ao enfrentamento das violências, e que, nesse processo, torna o fazer político acessível à milhares de mulheres.

Isto posto, vale destacar que foco são as mulheres que participaram e construíram a delegação do Maranhão da MM nos anos de 2019 e 2023, principalmente a partir da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) o que se justifica pela crescente participação das mulheres rurais e urbanas desse estado na Marcha, tendo alcançado o marco da maior delegação edição de 2019, com mais de 5 mil mulheres. Esse número, apesar de não falar por si, pode ser lido como um indicativo de que há uma mobilização consolidada das mulheres trabalhadoras rurais maranhenses, não apenas para a Marcha das Margaridas, mas também em suas organizações e territórios.

Dos caminhos metodológicos

A metodologia da pesquisa foi composta por uma revisão bibliográfica, levantamento e análise de documentos produzidos pela Marcha e pelos momentos de trabalho de campo. A revisão bibliográfica proposta foi fundamental para dar conta de eixos importantes que reivindicaram um aprofundamento teórico e uma leitura atenta da produção disponível sobre os seguintes temas: a formação dos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais no Brasil e no Maranhão; as teorias sobre os movimentos sociais e as categorias mobilizadas nestas literaturas e os processos de formação política neles imbuídos; a Marcha das Margaridas em si e a formação política nela presente.

A partir da revisão de trabalhos já produzidos, publicados e divulgados sobre a Marcha das Margaridas, pôde-se mapear as estratégias que vêm sendo usadas para estudar a manifestação e o acúmulo do que foi produzido até aqui. Foram também levantadas bibliografias acerca dos movimentos sociais como espaços de práticas educativas, para que se pudesse articular categorias neste campo de estudos. Ao longo da pesquisa, buscou-se agregar referências voltada para os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão, que tivessem a autoria de maranhenses e/ou fossem

produzidas nas universidades e institutos de pesquisa do estado, sobre os estudos rurais, as mulheres rurais, e os movimentos do campo no Maranhão.

A seleção da bibliografia foi realizada principalmente a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Plataforma Scielo e dos repositórios da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A pesquisa foi feita principalmente em torno dos seguintes eixos principais: “Marcha das Margaridas”; “Maranhão”; “Contag”; Fetaema”; “Margaridas”.

Selecionou-se “Marcha das Margaridas” por abranger o escopo maior da pesquisa; “Contag” por ser a entidade organizadora da Marcha das Margaridas a nível nacional e “Fetaema” por ser a entidade organizadora principal da Marcha no Maranhão; e “Margaridas”, para garantir que não ficassem ocultos os trabalhos que focassem nessa identidade coletiva e em narrativas voltadas para as mulheres.

A partir desses e, com o objetivo de identificar os processos formativos presentes na Marcha, foram selecionados trabalhos que contivessem as palavras-chave: “formação”; “educação popular”; “identidade coletiva”; “sujeitos (as) políticos (as)”; “educação não-formal”; “práticas educativas em movimentos sociais”. Essas buscas auxiliaram no trazer à tona trabalhos que investigam a relação entre a formação/educação política e os movimentos sociais.

Ao longo do processo, constatou-se a escassez de trabalhos acadêmicos que enfoquem a delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas. Apesar disso, observou-se um número considerável de pesquisas dedicadas às estratégias de luta das quebradeiras de coco babaçu, que frequentemente mencionam a Marcha e a participação do movimento. Por isso, também se fez necessário buscar mais trabalhos que trouxessem a formação do movimento de trabalhadoras rurais no estado, com foco no Movimento Independente das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Maranhão, partícipe da MM desde a primeira edição, e também trabalhos sobre a formação de grupos feministas no estado.

Para além da revisão bibliográfica feita a partir dos trabalhos levantados pela seleção descrita, somou-se documentos da Marcha, como cadernos de pautas, documentos de avaliação e textos base para as formações e construção da Marcha, fundamentais por apontarem as diretrizes de ação, a forma de organização, os conceitos e categorias utilizados pela MM. Também foram utilizados como fontes de pesquisa e referência: documentários produzidos sobre a MM; relatórios de avaliação das organizações participantes; e materiais disponíveis *on-line* sobre a MM que se destacaram

no decorrer da pesquisa, com o objetivo de qualificar a análise sobre o universo da Marcha por diferentes perspectivas.

É preciso também ressaltar a importância, para o presente trabalho, do acervo Observatório das Margaridas, sediado no site “www.transformatoriomargaridas.org.br”, uma iniciativa que reuniu dados sobre a Marcha até a edição de 2015, em um espaço que congrega documentos, trabalhos acadêmicos que estudaram a mobilização e materiais de entrevistas, fotos e vídeos que auxiliaram nesta pesquisa. Vale destacar que em 2023 esse esforço foi continuado com o lançamento de um novo site, “www.marchadasmargaridas.org.br”, também utilizado como fonte para este trabalho.

Em se tratando dos meios digitais, a organização e comunicação da Marcha no período mais restrito de isolamento social pôde ser mapeada a partir do acompanhamento de publicações em redes sociais e pelos cursos de formação que contaram com transmissões ao-vivo, disponibilizadas nos canais da plataforma *Youtube*, nos canais da Contag e da Fetaema. Neste sentido, Berenice Gomes da Silva (2021) identificou que “desde o período da primeira fase da pandemia [...] que a Coordenação Nacional de Mulheres da CONTAG, realizou os debates sobre os eixos estratégicos, via canais de comunicação desta entidade (Youtube e Facebook), com ampla participação de Margaridas de todo o Brasil” (p.168).

A partir dos acúmulos feitos no período da pesquisa que antecedeu a ida ao campo, organizou-se um roteiro aberto para que fosse possível dialogar com Margaridas desde as Secretarias da Fetaema, passando por lideranças sindicais que integram as regionais da Fetaema, até as associadas e delegadas sindicais, mulheres que compõem a base do movimento sindical, buscando uma variedade de narrativas, de forma a abarcar divergentes pontos de vista e relatos sobre as perguntas em investigação. Ao incorporar as vozes das mulheres e suas trajetórias, este trabalho se enriquece, pois evidencia a construção de uma sociabilidade singular nos espaços da Marcha, no dia a dia e nas comunidades. Essa sociabilidade, por sua vez, revela as individualidades e a rica diversidade que caracterizam as Margaridas.

Deste modo, outra hipótese desenvolvida no decorrer da pesquisa é de que a Marcha, enquanto ação estratégica, também é capaz de interferir na trajetória das mulheres e de seus movimentos, organizações e sindicatos. Por isso, para além da importância da sistematização em documentos da MM e o estudo dos materiais, apreender nas narrativas das mulheres aquilo que compõe o não-planejado e o não-relatado

oficialmente, auxiliou a alcançar um melhor entendimento sobre o processo formativo da Marcha e das Margaridas.

Portanto, para que não faltasse na pesquisa a narrativa de mulheres trabalhadoras rurais do estado do Maranhão, foi estabelecido um diálogo com representantes da principal organização de articulação da Marcha no estado, a Fetaema, entidade que compõe o Sistema Contag. A Fetaema articulou e coordenou a maior delegação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tanto na 6ª quanto na 7ª edição da Marcha das Margaridas, e a aproximação com as mulheres que a constituem foi chave para dialogar com as lideranças sindicais e com Margaridas de municípios das dez regionais que compõem a Federação, como apresento na seção seguinte.

Do campo da pesquisa

Para pesquisar o processo de formação política presente da Marcha das Margaridas, optou-se por acompanhar *in loco* e passo a passo, as Margaridas Maranhenses, que formaram, a maior delegação estadual das últimas duas edições da MM. A delegação do estado, sob coordenação da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão, planejou levar, junto a organizações parceiras, o expressivo número de 4000 pessoas à Brasília, a fim de igualar a marca atingida em 2019.

Desta meta, foi possível alcançar o número de 3500 pessoas na delegação e, como veremos a seguir, o período de intensa preparação e de formação política pelas organizadoras da MM no Maranhão foi essencial para que esse feito fosse alcançado. Por essa razão, o campo de pesquisa foi realizado com um olhar atento para os processos descritos a seguir, que antecederam o momento da Marcha em Brasília.

O início das tratativas desta pesquisadora com a organização das trabalhadoras rurais do Maranhão deu-se numa audiência pública sobre os conflitos de terra no estado. A audiência “Violência no campo no Maranhão”, que aconteceu no dia 22 de junho de 2022 no auditório da nova sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (MPMA, 2022), coincidiu com uma breve passagem que pude ter em São Luís, por ocasião do São João do Maranhão daquele ano. A princípio o que era uma viagem de férias, apenas para rever amigas e familiares, se tornou um importante primeiro contato.

Após ver uma publicação de divulgação da audiência pública feita pela Fetaema em redes sociais, enxerguei ali uma oportunidade de aproximação com o campo.

Compareci à audiência e estabeleci uma conversa com a presidenta da Fetaema, de forma que apresentei a ela a proposta da pesquisa. Depois desse primeiro contato, pude realizar uma entrevista¹¹, em junho de 2022, com a Secretária de Mulheres da Federação, onde se pôde entender melhor a organização e as ações de formação política que vinham sendo desenvolvidas e as previstas rumo à Marcha das Margaridas.

Posteriormente, no primeiro semestre de 2023, o objetivo foi mapear as ações da federação nos processos junto aos municípios, nas articulações com as esferas públicas governamentais e na estrutura organizativa de formação da delegação do Maranhão em preparação para a sétima edição da Marcha das Margaridas. Para tanto, acompanhei de maneira *on-line* as reuniões “pós-caravanas”, ocorridas no final de maio e no início de junho, realizadas pela Fetaema junto às regionais da federação. Após esse período, pude realizar, de forma presencial, seis entrevistas com coordenadoras e dirigentes dos sindicatos que compõem a estrutura da federação.

Essa série de entrevistas aconteceu principalmente nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2023, quando ocorreu o 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão, sediado no Centro de Estudo Sindical Rural (CESIR) da Fetaema, em São José de Ribamar, cidade vizinha à São Luís do Maranhão. Nesse evento estava presente a assessora da Secretaria de Mulheres da Fetaema, com quem comecei a estabelecer uma relação de trocas ainda no período das reuniões *on-line*, pois ela era a responsável pela condução e mediação daquele espaço, tendo feito as apresentações das reuniões pós-caravanas com as regionais. Esta assessora foi alguém que em muito contribuiu, voluntariamente, com a etapa da pesquisa em campo, auxiliando no diálogo com coordenadoras regionais, dirigentes e secretárias que estavam presentes no encontro presencial.

A partir desse auxílio foi possível marcar as entrevistas ao longo daqueles dias, nas pausas da programação¹², em especial nos momentos após o café da manhã e o almoço. Dialogar com as lideranças sindicais de municípios das regionais que compõem a Federação possibilitou apreender os aspectos da formação política presente na Marcha das Margaridas, o que foi essencial para a costura desta dissertação.

¹¹ O “Apêndice A” deste trabalho apresenta a relação de entrevistadas ao longo de todo percurso da pesquisa.

¹² Do planejamento inicial, apenas a entrevista com a presidenta da Federação teve que ser feita de forma *on-line*, no início do mês de julho, por questões de agenda.

Por fim, no segundo semestre de 2023, mais precisamente nos dias 15 e 16 de agosto, aconteceu em Brasília a Marcha das Margaridas, ocasião propícia para o acompanhamento das atividades que culminam com quatro anos de preparação, formação, captação de recursos, diálogos, elaboração das pautas reivindicatórias de Mulheres que de Norte a Sul, Nordeste a Sudeste, encontram-se no Centro-Oeste do Brasil, para realizar o maior evento de mulheres das América Latina.

Pude observar oficinas, conversar com mais Margaridas da delegação do Maranhão, captar falas sobre o processo formativo desta edição e ter uma dimensão de toda estrutura e mobilização na capital federal. Já no primeiro dia de Marcha, pude realizar uma entrevista com duas mulheres quilombolas, que compõem a base do STTR de Cândido Mendes, Maranhão. No momento de marcha, que se deu no segundo dia, pude apenas coletar breves relatos de Margaridas maranhenses.

Além disso, em adição às entrevistas do campo, em dezembro de 2023, e após ter realizado a leitura e análise dos cadernos de texto das edições de 2019 e de 2023, realizei uma entrevista de forma *on-line* com Vilênia Aguiar, pesquisadora da Marcha das Margaridas e assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, responsável pela revisão final dos cadernos de texto de 2023.

Diante do exposto, apresento os três capítulos que compõem esta dissertação:

O capítulo 1, “A constante e múltipla luta das trabalhadoras rurais”, apresenta um resgate sobre as fundações da Contag e da Fetaema, trazendo os seus antecedentes do movimento rural brasileiro. Traça um breve histórico do movimento rural brasileiro, em especial dos anos 50 até a primeira edição da Marcha das Margaridas, dando destaque para a formação do movimento rural do Maranhão, apontando para a invisibilização da participação das mulheres neste processo. É apresentada a categoria *entre-marchas*, proposta no contexto deste trabalho para nomear o período entre uma edição da Marcha e outra. Também se destacam como ações e materiais ofertados pela estrutura da CONTAG fornecem elementos para o processo de formação política da Marcha das Margaridas a nível nacional.

O capítulo 2, intitulado "A formação de Margaridas Maranhenses", explora as ações promovidas pela Fetaema e suas Coordenações Regionais no Maranhão para preparar as mulheres para a Marcha das Margaridas. O estudo enfoca as atividades do período entre-marchas, com destaque para as "Caravanas das Margaridas", as reuniões "pós-caravanas" e o uso dos cadernos de texto. Além disso, investiga a Marcha das

Margaridas como sujeito pedagógico, embasando-se em leituras referenciadas e na análise das falas das Margaridas, a fim de incorporar suas visões ao trabalho.

No capítulo “Fazendo a Marcha”, terceiro nesta dissertação, a ideia de que a formação política da Marcha das Margaridas se dá em cada ação, é melhor desenvolvida. Nesse capítulo é apresentada a reflexão de como o conceito de "empoderamento" é mobilizado pelas participantes e como as dinâmicas da Marcha produzem uma formação, influenciando a construção de sujeitos políticos e a consolidação de identidades coletivas. Na última seção do capítulo 3, é apresentado um relato sobre os dias de Marcha das Margaridas em Brasília, sobre o momento de marchar, e são levantadas observações sobre a estrutura formativa da Marcha das Margaridas em Brasília e sobre o momento da Marcha em si.

CAPÍTULO I

A CONSTANTE E MÚLTIPLA LUTA DAS TRABALHADORAS RURAIS

Esta luta não é fácil, mas tem que acontecer/A mulher organizada tem que chegar ao poder/Vamos juntas, companheiras, vamos botar pra valer/ Somos gente, somos força/Temos que ter igualdade/ Ao lado dos homens fortes/Transformar a sociedade.

Maria Nazaré de Souza, trecho da música “Essa luta não é fácil” (CONTAG, 2023).¹³

Um movimento protagonizado por mulheres trabalhadoras rurais, como é o caso da Marcha das Margaridas, ser a maior mobilização de mulheres na América Latina representa uma novidade histórica, fruto de intensa mobilização coletiva, em especial por ser uma mobilização que atua na incidência em políticas públicas a partir do trabalho conjunto feito entre sindicatos, organizações e movimentos de base.

Esta novidade diz respeito também ao período no qual a MM se constrói, que soma apenas pouco mais de duas décadas. Isso pode ser explicado a partir de uma leitura sobre a gênese dos movimentos de organização dos trabalhadores rurais como um todo, pela qual pode-se verificar que as mulheres não apareciam como sujeitos na esfera pública, como apresentado na revisão da bibliografia feita neste trabalho sobre as primeiras organizações dos trabalhadores do feita neste trabalho, de forma que as mulheres rurais, enquanto sujeitos políticos, não aparecem como tais na maior parte das leituras.

O seguinte trecho visibiliza essa questão: “Não obstante, é na década de 1950 que se começa a atribuir ao **homem do campo** um caráter político a partir do surgimento de organizações como as ligas e associações” (BORDALO, p.16, grifo meu). Se foi apenas na década de 1950 que o homem do campo passou a ser reconhecido em termos políticos,

¹³ O início de cada capítulo desta dissertação conta com uma música presente no “Caderno de Músicas” publicado para a Marcha das Margaridas de 2023, por isso a referência é feita ao ano em que o documento foi publicado pela CONTAG, não significando que as músicas citadas tenham sido criadas em 2023. Neste trabalho, a seção “2.2. Caravanas das Margaridas”, trabalha mais sobre músicas e místicas.

o protagonismo das lutas de quase quatro décadas a serem narradas a partir de então, direcionou-se majoritariamente à atuação dos homens. Isso não significa que as mulheres não atuavam como trabalhadoras rurais, mas apenas que elas não obtinham o reconhecimento enquanto tais.

O presente capítulo traça um histórico sobre os movimentos de trabalhadores rurais e seus entrecruzamentos com o aspecto formativo da luta política, com destaque para o momento em que os movimentos e a luta por reconhecimento das trabalhadoras rurais começam a aparecer na esfera pública.

Veremos como as mulheres trabalhadoras rurais tomam espaço na disputa pública, tanto em âmbito nacional quanto no Maranhão, e formulam estratégias em suas próprias bases, de forma a possibilitar manifestações de massa e amplitude como a Marcha das Margaridas.

1.1. Os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais

Esta seção se dedica a traçar um breve histórico do movimento rural brasileiro até a formulação da Marcha das Margaridas, dando destaque à formação do movimento rural do Maranhão, as fundações da CONTAG e da FETAEMA e a participação das mulheres neste processo. Esse resgate se fez importante para 1) localizar os antecedentes dessas organizações e compreender o histórico da luta e da formação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; 2) entender o desenvolvimento do sindicalismo rural e a presença das mulheres rurais nesse segmento; 3) observar as ações promovidas pelas mulheres trabalhadoras rurais que tornaram possível manifestações como a Marcha das Margaridas.

Sabe-se que a luta pelo direito à terra no Brasil é anterior ao período que será investigado neste capítulo. Reconhecendo como principais referências de luta histórica neste país a resistência dos povos indígenas na defesa de seus territórios e o quilombismo desenvolvido pelo povo negro aqui escravizado, não cabe dizer que foi apenas no século XX que se iniciaram as lutas pela terra no país. No entanto, a organização dos trabalhadores rurais, lavradores e até mesmo das comunidades tradicionais ganhou novas bases em especial a partir da década de 50, e segue em transformações até os dias de hoje, à medida em que os desafios de luta também foram mudando.

Para exemplificar esse marco, nos anos 50, em um cenário de acirramento dos conflitos no campo, novas formas de organização dos trabalhadores rurais apareceram como resposta. Pautando a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, as Ligas

Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) marcaram uma década de luta pela Reforma Agrária. Nesse contexto, "o campesinato se tornou um ator político relevante no cenário nacional por meio das suas mobilizações" (TEIXEIRA, 2018, p.21). Neste mesmo período, no Maranhão,

A formação de organizações sociais rurais no Maranhão se intensifica nos anos 1950 e 1960 e, mediante avanços populares em defesa dos direitos de classe, estruturas sindicais e associações foram regulamentadas, colaborando na sustentação de uma rede de interesses por atividades produtivas e de luta pela terra (DE OLIVEIRA, MELO, BURNETT, 2021, p.1371).

Exemplo disso foi a formação das primeiras organizações nas áreas dos babaçuais no estado, por meio da criação de associações em defesa do plantio de roças, em um momento em que as "suas atividades eram ameaçadas pelos grandes proprietários de terra que investem em pastos." (BARROSO; DE FREITAS; FIGUEIREDO 2021, p.124-125). Para se ter uma maior noção da relação entre atividades nacionais e as atividades estaduais no Maranhão, seguirei narrando uma série de eventos que formaram o campo de lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, nesses dois âmbitos.

Em 1954, ocorreu a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Realizado em São Paulo, o encontro proporcionou a criação da Ultab, movimento impulsionado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fortaleceu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária e representou para o Maranhão um pontapé para as primeiras organizações de trabalhadores rurais. A partir das resoluções aprovadas na conferência criou-se a Comissão Estadual de Reforma Agrária em São Luís, com o objetivo de levar a Campanha Nacional para o interior do estado de forma que todos os municípios também criassem as próprias comissões e tocassem esse trabalho (CARDOSO; PEREIRA, 2012).

Como resultado dessa estadualização, em 1956 houve a I Conferência Agrária Estadual, responsável pela Fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (Atam). Dois anos depois ocorreu a Assembleia Geral da associação com a participação de 36 Associações de lavradores de várias regiões do Estado e, no mesmo ano, a II Conferência Agrária do Maranhão que contou com "115 delegados e a participação de muitas autoridades, políticos e da Igreja Católica, fortalecendo o movimento" (Ibidem, 2012, p.15).

Vale dizer que essas articulações não se deram sem a resistência dos grandes proprietários, pelo contrário, a repressão e a violência foram acionadas para conter a

mobilização das associações, com a anuência e participação de polícias locais e a ação de jagunços. Dando continuidade aos movimentos iniciados nos anos 50, o começo da década de 60, no Brasil, foi marcado pelo fortalecimento da luta pela reforma agrária, da sindicalização dos trabalhadores e do reconhecimento dos sindicatos. Neste sentido, a ATAM participou em 1961, do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais:

O evento teve a presença de aproximadamente 7.000 pessoas, entre as quais, 1.600 eram delegados, representando 20 dos 21 estados brasileiros, escolhidos num sem-número de assembleias de locais de trabalho e de residência e em 13 encontros e conferências de âmbito estadual. Além de contar com lavradores e trabalhadores agrícolas, credenciados pelas suas associações e sindicatos, teve como convidados, com direito a voz, delegações de operários urbanos, de estudantes e de mulheres. O congresso foi organizado pela Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e reuniu as Ligas Camponesas, de Francisco Julião, e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) do Rio Grande do Sul. Teve apoio do governo federal e o seu encerramento foi marcado pela presença do presidente João Goulart (VASCONCELLOS, 2010, p.472).

Uma das orientações tirada neste Congresso foi a de reorganizar as associações em sindicatos. Em consonância à essa recomendação, há o registro de que o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão foi fundado em 1963, na localidade de Santa Inês (SANTOS, TAVARES, 2016). Neste ponto valem duas ressalvas: a primeira é que em 1963 Santa Inês ainda não tinha o status de município, tendo permanecido enquanto povoado subordinado a Pindaré-Mirim até o ano de 1966; a segunda é que, para além da mobilização das organizações anteriormente citadas, merece destaque o trabalho do Movimento de Educação de Base (MEB) neste processo, haja vista que em 1963, cinco municípios maranhenses onde o MEB atuava, a saber: Cantanhede, Matinha, Pindaré Mirim, Pirapemas e Viana, fundaram os seus sindicatos, sendo que as atividades deste movimento se intensificaram, principalmente nos três últimos municípios (RAPOSO, 1982, p. 173). A atuação do MEB, pautada na alfabetização de adultos e crianças, deu a base para que o sindicato pudesse ser fundado.

Como resultado desse trabalho em Pindaré-Mirim, sob a liderança dos lavradores Manoel da Conceição Santos e Antônio Lisboa Brito, foram construídas, em regime de mutirão, 28 escolas de alfabetização para adultos e crianças, as chamadas "escolas João de barro": casinhas simples, com uma porta, uma janela e bancos de madeira. Os professores eram pagos com dinheiro de contribuições uma "caixinha", criada para esse fim. Em 18 de agosto de 1963, foi também fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, o primeiro sindicato rural do Maranhão, reunindo mil famílias de pequenos agricultores (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2015, p.28-29).

Vale também pontuar que a formação praticada pelo MEB não se restringia à tarefa da alfabetização de crianças e adultos, mas “preocupava-se fundamentalmente em contribuir para que as camadas populares do meio rural fossem capazes de interpretar ‘toda uma situação social que estava condicionando seu destino’ (RAPOSO, 1982, p.50)”, como é ilustrado nos objetivos do movimento para o quinquênio de 1961–1965, citados a seguir:

1. Ministar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do país - Norte, Nordeste, Centro Oeste - através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada, visando à valorização do homem integral no soerguimento das comunidades. - 2. Suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País. 3. Velar pelo desenvolvimento do povo, preparando-o para o indispensável erguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade (RAPOSO, 1982, p.59).

Desta forma, o movimento conseguiu ter presença direta durante esses anos em diversos municípios do Maranhão¹⁴. A formação que o MEB desenvolveu nos territórios foi fundamental e possibilitou, posteriormente, a reorganização e continuidade das lutas no período da ditadura militar, sendo fundamental para as tentativas de manutenção das organizações populares frente às perseguições do regime autoritário.

O fluxo de transformação das associações em sindicatos se consolidou também em razão da Lei do Estatuto do Trabalhador Rural nº 4.214/1963 (BRASIL, 1963), pela qual os sindicatos tiveram que incorporar-se a uma legislação “que os vinculava aos aparelhos de Estado, com isso perderam a autonomia característica das Associações de Lavradores” (CARDOSO; PEREIRA, 2012, p.15). Neste mesmo sentido, em 1963 a ULTAB foi sucedida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, A Contag.

Com o golpe militar de 1964, à exceção de sindicatos relacionados à CONTAG, todos os demais movimentos como as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER foram proibidos, entrando na clandestinidade (FERNANDES, 1999). O objetivo era esvaziar os movimentos de camponeses e, conseqüentemente, promover a desarticulação dos projetos

¹⁴ Municípios em que o MEB atuou: Brejo; Bom Jardim; Cantanhede; Chapadinha; Colinas; Coroatá; Matinha; Monção; Paço do Lumiar; Pedreiras; Pindaré-Mirim; Pirapemas; Santa Inês; Santa Luzia; São Benedito do Rio Preto; São João Batista; São Vicente; Viana; Vitória do Mearim (RAPOSO, 1982, p.127).

que visavam à reforma agrária no Brasil. A CONTAG era a única cuja existência dava-se a partir de um status legal, tendo sido a única associação do movimento sindical sob intervenção militar.

Fundada em 1963, portanto no ano anterior ao golpe militar, contava com uma diretoria estruturada, composta por organizações prioritariamente do campo político da esquerda, mas esse cenário mudou. A partir do golpe de 1964, Ramos (2011) faz a leitura de que a confederação foi instrumentalizada pelo Regime Militar, levando à direção do sindicato interventores ligados aos Círculos Operários Cristãos e representantes dos interesses do regime, para conter e suprimir as mobilizações reivindicatórias de direitos sociais, ou que contestavam a ditadura que governava o Brasil. O autor aponta que a reestruturação ter sido feita nesse contexto afetou a linha política e foi utilizada estrategicamente pelo Regime Militar em ações de despolitização.

Nesse sentido, a estruturação da Contag se efetivou no período ditatorial em um contexto pouco favorável à mobilização contestatória e organização autônoma dos trabalhadores. [...] por meio da prática assistencialista prevista na estrutura sindical corporativa, o regime ditatorial civil-militar se utilizou dos sindicatos de trabalhadores rurais para implantar uma série de programas sociais que tinham por objetivo esvaziar o papel político e reivindicatório daquelas entidades e, ao mesmo tempo, desenvolver uma ação que diminuísse as tensões sociais no campo (RODRIGUES e LADOSKY, 2015, p.89,90).

Outras leituras destacam que, em um momento em que era difícil ocupar a arena pública, a Contag conseguiu fortalecer formações militantes sobre direitos trabalhistas. Contrapondo a visão mais crítica às ações da Contag durante o regime militar, Teixeira (2018) traz importantes eixos, que revisitando as ações possíveis feitas durante a ditadura, mostram outros repertórios de resistência no período. Neste período, o processo formativo pode ser lido como um fio condutor que deu a perenidade do movimento.

Teixeira investigou as formas de atuação que a Contag manteve durante o regime a fim de seguir existindo e defender os direitos dos trabalhadores, pelo uso da legislação vigente em favor dos trabalhadores rurais. Ele apresenta uma série de entrevistas e traz documentos que mostram articulações feitas para “manter a Contag e as demais instâncias do MSTTR em funcionamento, [...] entre 1968 e 1979, a forma de ação hegemônica na linha de atuação da Contag foi a luta com base na legislação” (TEIXEIRA, 2018, p.189).

Se as ações públicas e de confronto direto ao Estado eram proibidas ou perigosas naquele momento, o que os sindicalistas fizeram foi tentar atuar nas brechas possíveis, a partir de uma leitura própria, utilizando o discurso legal e técnico para embasar suas ações dentro de uma linguagem que, pelo menos no

plano público, em alguma medida era respeitada pelos agentes do Estado como esforço de manter a impressão de normalidade do Estado brasileiro. [...] A ação com base na legislação predominou como uma das principais ações coletivas da Contag até o final dos anos 1970, mas não desapareceu do modo de agir da Confederação nos anos subsequentes (TEIXEIRA, 2018, p. 198).

Sobre esse processo, Medeiros (2014) apresenta uma síntese em que avalia, que ainda que não sempre bem-sucedida, a prática “contaguiana” junto às federações e aos sindicatos foi formativa junto aos dirigentes e aos associados, tendo em vista que foi uma estratégia de denunciar as condições de trabalho e lutar em prol dos direitos.

Para tentar produzir esse alinhamento de concepções, não só foram realizados diversos encontros temáticos e atividades de formação de dirigentes, como também elaborados boletins, cartilhas etc., denunciando as condições de trabalho nas fazendas, conflitos fundiários, fazendo demandas ao Estado, divulgando determinadas concepções de ação sindical e de encaminhamentos possíveis para os conflitos. Evitando confrontos diretos com o regime militar, houve, num contexto de intensa repressão, um esforço de unificação do sindicalismo em torno da linguagem legal, gerando o que Novaes (1991) chamou de sindicalismo “prudente” (MEDEIROS, 2014, p.252;253).

Ainda em meio a esse período, nos estados houve a instalação de delegacias regionais. No Maranhão, no dia 16 de fevereiro de 1967 aconteceu a instalação da Delegacia Regional que organizou e fundou sindicatos, “que segundo exigência do Ministério do Trabalho, deveriam ter a denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais” (FETAEMA, 2012, p.8).

Em se tratar das resistências ao Regime Militar, é importante também visibilizar que a mobilização que se deu na clandestinidade, em direção oposta aos projetos do regime, foi fortemente reprimida. Como exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim tentou permanecer atuando na clandestinidade, mas teve seus sindicalistas perseguidos e presos, até ser oficialmente fechado em 1972. A perseguição às lideranças foi intensa, afinal as forças militares alinhavam-se aos interesses dos grandes latifundiários.

A relação a seguir mostra como as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela violência do Estado brasileiro contra os trabalhadores rurais organizados.

Relação de alguns trabalhadores rurais e/ou lideranças sindicais assassinados nos conflitos de terras no ano de 1964 e na década de 1970
1964 – Antônio Fernandes de Sousa – Tuntum
1972 – João Maranhão – Joselândia
1973 – Gil de Oliveira Campos – Caxias
1975 – João Palmeira Sobrinho – Imperatriz
1975 – José Viana de Souza – Imperatriz

1975 – Teodoro José dos Santos – Barra do Corda
1976 – Francisco Cirqueira – Imperatriz
1977 – José Ribamar Souza – Imperatriz
1978 – Enoc Pessoa – Imperatriz
1978 – Antônio Batista da Rocha – Timbiras
1978 – Amadeu Manoel de Melo – Santa Luzia
1978 – Hermínio Alves da Luz, Fazenda Maguary – Santa Luzia
1979 – Firmino Guerreiro dos Santos – São João do Caru
1979 – José Barroso - Tuntum
1979 – Eliseu Possione – Esperantinópolis
1979 – Eduardo Resende de Souza – Tuntum (FETAEMA, 2012, p. 19, apud SMDH, 1993).

Vale notar que nesta listagem, são apenas homens os citados, o que pode indicar um silenciamento das histórias de mulheres neste período.¹⁵ É preciso refletir, porém, sobre como a violência que vitimou esses líderes também atingiu suas famílias, sindicatos e comunidades, e de maneira especial suas esposas, filhas e filhos. De forma que as mortes direcionadas aos pais e aos filhos mais velhos, tinham como intenção “o enfraquecimento da luta pela terra e desestruturação familiar, ficando as viúvas e os órfãos numa agravante situação no sentido de continuar subsistindo” (NASCIMENTO, 2021, p.53 apud. SMDDH, NAV, 1993). Deere (2004) aponta que as mulheres trabalhadoras rurais terem sido apartadas da participação nos sindicatos também agravava este desamparo e dificultava tanto a garantia quanto a reivindicação de direitos.

Uma vez que os sindicatos eram a principal fonte de assistência à saúde em áreas rurais, a exclusão de mulheres dos sindicatos significava que as mulheres chefes de família estavam em forte desvantagem. As mulheres também estavam em desvantagem em termos de benefícios de aposentadoria, já que somente uma pessoa por família era qualificada para tais benefícios, o chefe de família. Além disso, considerando que os trabalhadores recebiam 50% do salário-mínimo na aposentadoria, suas viúvas recebiam uma pensão de sobrevivente, o equivalente a 30%. Mas foi só em 1985, no Quarto Congresso da CONTAG, que as questões das mulheres rurais foram seriamente tratadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores (DEERE, 2004, p. 33, 34).

No Maranhão, na década de 1990, a continuidade e recrudescimento dos conflitos no campo agravaram a situação de desamparo que as viúvas de vítimas da violência no campo. A gravidade do cenário se expressou na formulação do “Núcleo de Apoio às

¹⁵ Para ler mais sobre as mulheres na resistência à ditadura militar ver Teles (2015). No artigo “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, a autora mostra “o papel político da Comissão da Verdade por ter dado voz às mulheres vítimas, as quais só conseguiram falar em público, pela primeira vez, depois de mais de quatro décadas dos fatos ocorridos” (p.1001). Esse dado demonstra o quanto a violência contra as mulheres vítimas da ditadura atuou no silenciamento das suas histórias.

Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra – NAV, que teve atuação entre 1992 e 1996” (FETAEMA, 2012, p.19).¹⁶



Figura 1: Banner do 2º Encontro Estadual de Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados
Fonte: FETAEMA, 2012

Retomando as discussões sobre o período da ditadura e a atuação da CONTAG, em “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil” Catia Grisa e Sergio Schneider (2014) apresentam que, no período de 20 anos de ditadura, representantes ligados à agricultura familiar foram excluídos da arena pública e dos espaços institucionais, de forma que tinham suas ações críticas e propositivas limitadas.

Os autores destacam que este panorama só começa a mudar quando, em 1979, no III Congresso Nacional da Contag – Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR), a entidade “apresentou-se mais combativa e reivindicatória, cobrando insistentemente a reforma agrária e uma política agrícola adequada às particularidades dos pequenos agricultores” (CONTAG, 1979a; CONTAG, 1979b apud. GRISA e SCHNEIDER, 2014, p.129).

As disputas no interior do sindicalismo, a emergência do "novo sindicalismo rural" e de novos movimentos sociais incrementaram esta postura reivindicativa, de protesto e crítica ao governo federal (PICOLOTTO, 2011; SCHNEIDER, 2010; FAVARETO, 2006; SCHMITT, 1996). A defesa da

¹⁶ Para ler mais sobre o movimento de mulheres viúvas ver o artigo “Luto e luta pela Terra: uma revisita ao campo maranhense a partir das memórias de uma viúva camponesa” de Nascimento (2023).

reforma agrária, a demanda por políticas diferenciadas e por legislação trabalhista e críticas ao regime ditatorial tornaram-se constantes nas reivindicações dos representantes da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.129).

Esse processo intensificou-se com a abertura política e a redemocratização, momento no qual os movimentos se reestruturaram. “No âmbito da agricultura familiar, destacaram-se as mudanças na forma de atuação da Contag; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, [...] a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984 [...]” (Ibidem, p.130).

A pressão que o novo sindicalismo colocou sobre as formas de atuação da Contag também dizia respeito à centralidade que ela assumia e a disputa que travava pela hegemonia da representação dos trabalhadores rurais. Deu-se, então, um processo de disputas, dentro e fora da confederação a respeito de repertórios de maior radicalidade e por “atores” que estavam invisibilizados nos processos anteriormente narrados, eram “organizações que se constituíram por locais de conflito e que acabaram construindo estratégias próprias de luta, a partir das dinâmicas locais, traduzindo-as ou não em termos sindicais, apontando para a existência de alternativas organizativas”, como nos conta Medeiros (2014, p.256).

É nesse ensejo que vão à frente as mulheres e onde as reivindicações das trabalhadoras do campo começam a aparecer de forma mais explicitada, ao passo que “novos repertórios de ação se constituíram nesse processo, procurando chamar a atenção para as novas questões que se impunham aos trabalhadores frente às avassaladoras mudanças pelas quais a agricultura estava passando (MEDEIROS, 2014, p.256). A seguir, aprofundo esse tema.

1.2. Histórico de mobilizações das mulheres rurais

A primeira mulher presidente de um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado da Paraíba, Margarida Maria Alves, foi assassinada em 1983, em um contexto de abertura para a redemocratização, e o campo fervilhava em um cenário de mobilizações descrito na seção anterior. Margarida Alves era uma liderança política importante do movimento em Alagoa Grande, onde nasceu, residiu e trabalhou por toda sua vida e foi executada, após ter mobilizado um alto volume de ações trabalhistas contra as usinas de cana de açúcar da região em que atuava.

A presença de Margarida Alves enquanto mulher na liderança das ações de seu sindicato naquele momento ainda representava exceção à maioria masculina das organizações sindicais, apesar das mobilizações das mulheres rurais terem se intensificado no começo da década de 80. Carneiro (1994) mostra que o crime bárbaro que vitimou Margarida Alves chocou a imprensa à época, não apenas por conta do cenário de violência no campo,

mas, sobretudo, ao fato de se tratar de uma mulher que ocupava uma posição destinada socialmente aos homens. Não podemos responder o que seria a causa maior de tal espanto: se a violência praticada contra uma mulher ou se o fato de ser uma líder feminina. Sem dúvida, a sua eleição para a presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, em 1973, e as consecutivas reeleições (1976, 79 e 82) contrastam com a forte resistência à sindicalização que milhares de mulheres vêm enfrentando (CARNEIRO, 1994, p.13).

A seguinte seção propõe-se a trabalhar com as questões: por que Margarida Alves era minoria entre as lideranças sindicais? Se havia movimentos sociais rurais, sindicatos, federações e confederações rurais se formando desde os anos 50, onde estavam as mulheres? Quando a organização de mulheres rurais se consolidou?

Vale ressaltar, de partida, que a participação de mulheres rurais é anterior à década de 80, e que não era inexistente, mas foi apagada. Parte deste apagamento tem relação com a falta de reconhecimento enquanto trabalhadoras. A invisibilização do trabalho realizado pelas mulheres dentro e fora do âmbito doméstico é um elemento a se levar em conta. As mulheres rurais brasileiras, historicamente, sempre estiveram nas lutas pelas roças, pelo acesso à terra e na defesa dos direitos de suas famílias, mas somente a partir da década de 1980 suas participações nas lutas sociais começaram a ser reconhecidas.

Antes da década de 80 do século XX, essas mulheres trabalhadoras rurais e sertanejas integravam os sindicatos apenas como dependentes de seus pais e maridos. Havia na sociedade daquela época uma compreensão de que esse trabalho da mulher era complementar, uma simples ajuda aos chefes de família, conseqüentemente não havia remuneração por seu desempenho e tampouco o reconhecimento de sua contribuição como trabalhadora rural. A produção na roça, na maioria dos sítios, destinava-se ao sustento da própria família e o pouco dinheiro arrecadado era aplicado na aquisição de itens do consumo familiar, como roupas, sapatos, utensílios para o lar, produtos alimentícios industrializados e instrumentos de trabalho. (CARVALHO, COSTA, 2017, p.38)

Isso mostra que as categorias que dizem respeito às “identidades” para as mulheres informam mais do que uma simples nomenclatura, entregam que aqui reside um

processo. Deve haver uma tomada de consciência para se assumir e reivindicar uma identidade. A investigação deste trabalho perpassa pela compreensão sobre esse processo formativo que costura a identidade das mulheres trabalhadoras rurais e, em como se estabelece e se reconhece ser “Margarida” também enquanto uma identidade.

Carneiro (1994), escrevendo em um momento em que as relações de gênero ascendiam à condição de marcador social, destacava que a identidade feminina, entrelaçada com as expectativas sociais de "ser esposa", "ser mãe" e "ser trabalhadora", gerava um conflito para as mulheres que buscavam seus direitos. Essa multiplicidade de papéis, segundo a autora, configurava um nó para as mulheres da época.

[...] o que distingue essa participação feminina nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais é o fato de se estar tornando pública a situação da trabalhadora-mulher que engloba outras identidades, o da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa. É do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural (CARNEIRO, 1994, p.14;15).

Carneiro apresentava então, “o processo de transformação da mulher em ator político” (Ibidem) a partir da própria multiplicidade do sujeito político. Esse processo também foi apontado por Maria Aparecida de Moraes Silva, na obra “Errantes do fim do século”, que ao aprofundar-se no universo de mulheres “boias-frias”, chegou à seguinte síntese:

[...] as três organizações sociais (de classe, gênero e raça/etnia) definem a já mencionada multiplicidade do sujeito, e faz que a identidade também seja múltipla e se manifeste segundo as condições reais das relações sociais vividas pelos sujeitos. Em vez de uma única identidade de classe do trabalhador "boia-fria", há uma intrincada rede de relações-oposições entre os contingentes raciais, sem contar as diferenças de gênero (SILVA, 1999, p. 236).

Neste sentido, Aguiar (2016) mostra que a partir da participação política e da organização das mulheres rurais no espaço público se forma um reconhecimento destas como sujeitos de direito (p.261). Analiso aqui que este reconhecimento é construído tanto da perspectiva do *outro*, externo a elas, quanto das mulheres sobre si mesmas. A partir deste processo da luta coletiva, reivindicatória e formativa, sobre as pautas demandas específicas às mulheres, se dá a constituição dessas mulheres enquanto sujeitos políticos, ou seja, “as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se armando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política” (AGUIAR, 2016, p.261).

Mota (2006) investigou a categoria política “mulheres trabalhadoras rurais”, para identificar o que fez as “mulheres trabalhadoras rurais se definirem, reconhecerem e serem reconhecidas como tal” (p. 343), dando destaque para a dimensão coletiva da produção de tal categoria.

Os processos que permitem o estabelecimento das mulheres rurais como categoria específica, manifestam-se como uma produção coletiva. Produção que pode ser traduzida como uma poética, no sentido original dessa palavra, de ser uma criação. A esta produção atribuí a ideia de construção no sentido de que a categoria das mulheres trabalhadores rurais não se exprime apenas por processos estruturais, normalmente atribuídos como determinantes de situações consequentes; e nem se mostra como reflexo imediato de uma tomada de consciência política espontânea (MOTA, 2006, p.341).

A criação poética de uma identidade política tal qual “mulheres trabalhadoras rurais” não é dada como algo determinado, fruto da espontaneidade. A palavra-chave para a leitura aqui proposta é processo. Entende-se, então, que as categorias partem de um processo político de reconhecimento e, que, para entender o processo de construção das identidades é preciso traçar um histórico dos processos formativos que a luta política engendra.

Toda formulação de identidade neste contexto parte de processos de reconhecimento, ou seja, para que se tenha validade enquanto designação coletiva, requer reconhecimento, de modo que “ser mulher e trabalhadora rural é uma posição assumida politicamente e discursivamente na busca por direitos e empoderamento” (DE ALMEIDA, 2018, p.1).

É no contexto da construção e visibilização de outras identidades para além da identidade de “trabalhador” que se localiza um ponto de crise do sindicalismo tradicional. Para além de mulher trabalhadora rural, de identidades coletivas como “quebradeiras de coco” e “quilombolas” passaram a ser acionadas em lutas coletivas, na busca pela titulação de terras. Essas mudanças pressionaram o sindicalismo a uma atualização.

Mesmo que filiados aos sindicatos de seus municípios, esses segmentos se identificam a partir de identidades com fortes recortes étnicos e territoriais. Isso não significava ruptura necessariamente com o sindicalismo, mas implicava alguma reorganização de sua representação política, que garantisse que suas particularidades não se dissolvessem em categorias genéricas (trabalhadores rurais, agricultores familiares) e contemplassem uma determinada forma de se relacionar com a terra (MEDEIROS, 2014, p.271).

Neste sentido, a construção da identidade das quebradeiras de coco exemplifica bem a relação entre formação política e identidade. Conforme Barbosa (2013), a politização de termos locais pelos movimentos teve início, no caso das quebradeiras de coco do Maranhão, em um ciclo de reuniões do grupo de estudo da estrutura da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema) formado por quebradeiras da Região do Médio Mearim, unidas pela atividade da quebra de coco realizada cotidianamente, pela qual “elas se representam e são representadas” (p.293).

A partir das reuniões naquele grupo de estudo, quebradeiras do Médio Mearim teriam se mobilizado em prol de uma organização própria e em busca de maior representatividade política através da articulação interestadual. Dona Maria de Jesus Bringelo, uma das lideranças do MIQCB, envolvida em luta pela terra desde 1976 e em grupo de mulheres desde o final dos anos 1980, disse em entrevista: “quando nós criamos o MIQCB, nós já tínhamos um grupo de estudos de quebradeira na Assema. Sempre o objetivo de criar o Movimento veio em função mesmo de estar criando uma identidade para as quebradeiras e lutando contra as derrubadas, lutando para preservar o babaçu” (BARBOSA, 2013, p.295).

Por isso, se faz importante resgatar a trajetória do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, seus repertórios de ação e de luta, para entender a identificação das mulheres no campo brasileiro. A seguir, toma-se essa tarefa e a fim de visibilizar os desafios enfrentados por elas, suas conquistas e reivindicações, busca-se narrar os caminhos feitos até a formulação da Marcha das Margaridas, objeto deste trabalho.

Em 1978, no ciclo de cursos de formação para o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR), Josefa Reis, uma das responsáveis por esses cursos preparatórios, relata que Margarida Maria Alves, de Alagoa Grande, Paraíba; Gedalva de Sergipe; e Maria¹⁷, de Arapiraca no Alagoas, foram as únicas mulheres participantes em um processo de 18 cursos. A pouca participação de mulheres a despertou para iniciar uma discussão sobre a sindicalização das mulheres e a partir desse momento, “o debate sobre questões das mulheres começou a ser feito no interior da Contag de maneira mais sistemática” (TEIXEIRA, 2018 p.254).

A percepção da ausência das mulheres nas esferas de participação no movimento sindical não foi exclusiva de Josefa. Um movimento de despertar coletivo se dava entre as mulheres trabalhadoras rurais, que até aquele momento tinham a participação nesses

¹⁷ Na entrevista disponível na tese de Teixeira (2018) Josefa não cita o sobrenome das duas mulheres citadas, apenas o de Margarida Maria Alves.

espaços restrita a serem dependentes de pais e maridos. Foi nos anos de 1980 a mobilização pela associação sindical das mulheres resultou na conquista dos direitos associativos das trabalhadoras rurais e incidiu sobre suas múltiplas lutas.

Em 1982 surgiram as primeiras organizações de mulheres trabalhadoras rurais, no sertão pernambucano e no interior do sul do País. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), foi uma expressão autônoma dessa organização, de forma a ser um movimento que nasce estadualizado e regionalizado, como expressão de raízes históricas das lutas no campo.

Ao longo do crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural, a década de 1980 foi caracterizada pelo crescimento, em muitos estados, do movimento autônomo de mulheres rurais, o MMTR. Os MMTRs estaduais surgiram no final da década de 1980 no Sul e no Nordeste quase ao mesmo tempo. [...] Os MMTRs estaduais eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres (DEERE, 2004, p.182).

Em 1985, o Congresso da Contag trouxe pela primeira vez, em sua 4ª edição, uma mulher em seu cartaz de divulgação e um temário para discutir o tema “Papel do sindicato na ampliação da participação sindical das mulheres”. Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais se prepararam para apresentar reivindicações nesse espaço, junto aos seus pares, o reconhecimento das mulheres que trabalhavam em regime de economia familiar como trabalhadoras rurais agricultoras, e por meio de uma moção, também denunciaram:

a discriminação da legislação em relação à mulher rural, agricultora e assalariada; o fato da mulher, esposa de mini e pequeno produtor rural, não receber benefícios previdenciários porque a legislação previdenciária a considerava dependente do marido; a exclusão da trabalhadora rural da legislação pertinente ao meio rural a despeito de integração na economia familiar; e a identificação da trabalhadora rural como doméstica e do lar, categorias profissionais já reconhecidas e características do meio urbano. (TEIXEIRA, 2018, p.255)

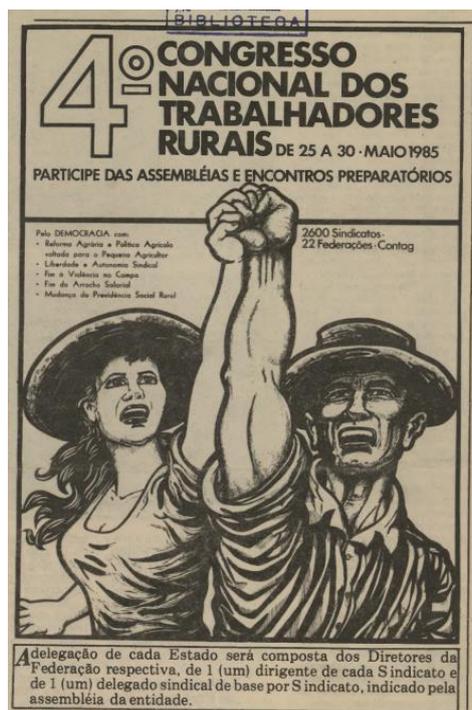


Figura 2: Cartaz de divulgação do 4º CNTR (1985)
 Fonte: CONTAG, 1985

A CUT e o MST, que atuavam fortemente na disputa política pela esfera pública, apoiaram a realização do 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais, ocorrido em Barueri, São Paulo, em 1986. Deere (2004) registra que a “história da fundação do MMTR-NE credita-se ao encontro nacional de São Paulo em 1986 (no qual seis mulheres do Nordeste participaram), o que deu ímpeto ao Primeiro Encontro do MMTR-NE em João Pessoa, em 1987.” (DERRE, 2004, p.182) Essa experiência mostra como as articulações nacionais impulsionaram as organizações nos estados, tendo o encontro consolidado a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)” (CFEMEA, [s.d.]).

A efervescência da luta organizada das mulheres rurais deu origem às coordenações, articulações e encontros múltiplos, em diferentes movimentos. Cada espaço político assumia linhas políticas próprias, mas que carregavam um objetivo comum: a inserção das mulheres e de suas agendas reivindicatórias.

Em 1987 ocorreu o 1º Encontro Regional de Trabalhadoras Rurais, em Florianópolis-SC, organizado pela Contag e pelas federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás (TEIXEIRA, 2018, p.257). No mesmo ano ocorreu o II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo 25 mil mulheres em torno do reconhecimento das agricultoras enquanto trabalhadoras, da

reforma agrária, saúde e aposentadoria, em Gigantinho – Porto Alegre (FETAGRS, [s.d.]).

Na luta pela igualdade de direitos e de oportunidades, as mulheres rurais também criaram: a Coordenação Nacional de Mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), nos anos 1980; o MMTR-NE, em 1987; o MMC, com a fundação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995; o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, com a realização do Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST (1996). (GOIS, TAVARES, 2022, p. 152; 153)

As raízes históricas dos movimentos por reforma agrária e do enfrentamento à violência no campo, remontam ao Sul e ao Nordeste do País, o que reflete na centralidade dessas duas regiões na organização das mulheres trabalhadoras rurais neste período histórico. Mas a luta nacional das mulheres estava se formando e se fortalecendo nas redes entre mulheres urbanas e mulheres rurais. Em um âmbito mais amplo, outra chave fundamental para a incorporação de pautas das mulheres à Constituição Federal de 1988 foi o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985 que

[...] conclamava as mulheres, tanto urbanas quanto rurais, a apresentarem propostas para a nova constituição. As mulheres rurais reivindicavam a sindicalização e a disputa da direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, reconhecimento da profissão, aposentadoria, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros (SALVARO, LAGO e WOLFF, 2013, p. 81). A luta por direitos trabalhistas e previdenciários faz emergir politicamente a categoria Trabalhadoras Rurais (DE ALMEIDA, 2018, p.2).

Neste sentido, o 1º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais do MSTTR tratou da participação e das demandas para a Assembleia Nacional Constituinte que formulou a Constituição de 1988, tendo sido criada em 1987 uma Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, em caráter provisório. As trabalhadoras rurais organizadas foram para Brasília entregar o abaixo-assinado com suas pautas para a Constituinte.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um passo importante dado em favor dos direitos sociais, individuais e coletivos no Brasil, inclusive no que se refere à consolidação da efetividade da luta coletiva das mulheres trabalhadoras rurais. Contudo não foi suficiente para garantir a efetividade dos direitos que nela constam, e as lutas das mulheres rurais, dentro e fora do movimento sindical, seguiram firmes.

O mérito maior por levantar a questão dos direitos da mulher à terra é das mulheres dentro dos sindicatos rurais. Os direitos formais das mulheres à terra

foram conseguidos na reforma constitucional de 1988, e em grande medida isso foi um subproduto do esforço para acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões. A conquista das igualdades formais, contudo, não levou a um aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma, a qual permaneceu baixa até a metade da década de 1990. Isso aconteceu principalmente porque garantir na prática os direitos da mulher à terra não estava entre as prioridades dos movimentos sociais rurais (DEERE, 2004, p.175).

Foi apenas em 1991 que houve a eleição das primeiras mulheres para cargos da diretoria da Contag, ainda em vagas de suplência. Somente neste ano também que a Fetaema passou a se inserir de forma mais sistemática nas discussões das trabalhadoras rurais que ocorriam em regiões como no Médio Mearim, no interior do Maranhão (FETAEMA, 2012).

O I Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Maranhão, ocorreu em 1992, com apoio da Fetaema. Em 1994 ocorreu o II Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Maranhão, que elegeu duas mulheres: Clementina de Sousa Barros¹⁸ para a diretoria de Política Agrária, Agrícola e Meio Ambiente e Maria da Graça Amorim para Coordenação de Mulheres, ligada à Secretaria de Política e Formação Sindical, cujo trabalho “se voltou para a criação de comissões de mulheres nos municípios, objetivando a sindicalização e sua organização política dentro dos sindicatos” (FETAEMA, 2012, p.33).

Em 1995, ano no qual a Contag aprovou sua filiação à CUT, foi criada a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) para fazer parte da estrutura da confederação. Três anos depois foi implementada uma política de cotas para que o mínimo de 30% de mulheres fosse garantido nas direções sindicais e na participação em espaços de decisão do então MSTR¹⁹, em consonância à recomendação da plenária nacional da CUT.²⁰

Essas medidas adotadas na estrutura da Confederação mostraram-se relevantes e contribuíram para o início do processo de discussão das questões de relações de gênero dentro do movimento, de forma que a partir do segundo semestre de 1999, “a Comissão

¹⁸Vale destacar que em 1997, nas eleições para a Diretoria Executiva da Fetaema, Constância Clementina de Sousa Barros assumiu a Coordenação Estadual de Mulheres.

¹⁹ Hoje a sigla completa é MSTTR. Antes, “Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais”, hoje “Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais”.

²⁰ Na IV Plenária Nacional da CUT, foi aprovada cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada sexo e aos sindicatos e entidades filiadas foi recomendada a adoção dessa porcentagem para compor as direções.

Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR começa a construir uma proposta de grande mobilização de massas que incorporasse as questões específicas das mulheres às questões gerais da categoria, num claro recorte de gênero e de classe” (TRANSFORMATÓRIO, 2000b, p.2)²¹.

A confluência das ações que vinham sendo tomadas na última década do século XX culminaram na primeira Marcha das Margaridas, que aconteceu no ano de 2000. Na ocasião foi uma ação que mobilizou 20 mil trabalhadoras rurais em adesão à Marcha Mundial de Mulheres, levando como lema “2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista”.

A Marcha enquanto ação estratégica pautou temas que estavam proeminentes nas mobilizações das mulheres organizadas em sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais, mas que encontrava entraves até mesmo nesses espaços para suas reivindicações. Montar uma agenda própria, como vinha sendo feito na experiência do MSTTR e poder defendê-la, fez a diferença para que essas pautas não fossem escanteadas e jogadas para segundo plano. Esse cenário é apontado na citação a seguir.

Levou 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defenderem com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional. Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como Marcha das Margaridas, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos (DEERE, 2004, p.176).

Desde a primeira edição, colocar em pauta o direito à terra com o protagonismo e partindo das demandas específicas das mulheres é muito significativo. Na perspectiva da luta das mulheres rurais, isso já representa um avanço, se não uma conquista de fato. Para além das conquistas de políticas públicas reconhecidas, fortalecidas ou elaboradas em conjunto com a institucionalidade dos governos, há também um saldo positivo na

²¹ Posteriormente a CNMTR passou a ser promotora da Marcha das Margaridas.

formação política para os movimentos rurais, no que diz respeito à centralidade das pautas das mulheres.

Ainda que existam demandas específicas, os avanços alcançados beneficiam todo o movimento sindical. Essa leitura também pode ser feita no sentido inverso: a não-participação das mulheres representa um obstáculo para a luta coletiva. De forma que foi “quando a exclusão das mulheres começou a ter consequências práticas reais para a consolidação dos assentamentos da reforma agrária que os direitos das mulheres à terra tornaram-se uma questão dentro do [...] MST, e para o Estado” (DEERE, 2004, p.176).

Em entrevista no episódio 8 do podcast “O Jubiabá: Direito e Trabalho na História”, Raimunda Celestina de Mascena, sindicalista, ex-dirigente da CONTAG e Coordenadora da I Marcha das Margaridas, que aconteceu no ano 2000, falou sobre os desafios que as mulheres enfrentaram dentro da própria CONTAG para a realização da Marcha.

“Nós levamos muito tempo, muitos meses para convencer a diretoria da CONTAG, para fazer uma marcha de mulheres. ‘Para que uma marcha de mulheres?’, ‘Nós já temos o Grito da Terra Brasil, para que uma atividade de mulheres?’ [...] Foi muita elaboração, foi muita discussão, foi muito argumento que nós precisamos construir para convencê-los. Primeiro passo, convencer a executiva (JUBIABÁ, 2021).

Os entraves colocados a partir das relações de gênero representam mais um entre os múltiplos desafios para a organização das mulheres. Contudo, a Marcha das Margaridas conseguiu não apenas ser realizada em 2000, como seguiu nos seguintes 23 anos em movimento, entre jornadas, marchas, formações e formulações pensadas a partir das mulheres trabalhadoras rurais. Na seção seguinte veremos como esta continuidade se faz a partir de processos produzidos pela via da formação política.

1.3. Entre-Marchas

Para que se compreenda o processo de formação presente na Marcha das Margaridas é preciso entender que há um tempo próprio da Marcha, e aqui não há referência somente aos dias de ação em Brasília, mas também ao período de preparação para a participação na MM. Este tempo pode ser compreendido de maneira aproximada à noção de tempo trabalhada por Palmeira (2010) como parte do que compõe o *tempo da política*, “o tempo em que são possíveis os rearranjos ou em que são formalizados os rearranjos de compromissos que foram se dando entre duas eleições” (p.22).

Com esse paralelo, quero dizer que para se chegar ao momento do encontro e do ato político de Marcha em Brasília, anos de trabalho na Contag, nas federações estaduais, nas organizações parceiras, nos sindicatos, nos municípios e povoados, precisaram acontecer. Para dar conta desse momento de preparação, *entre-marchas* é a categoria de análise que proponho, relativa ao período de *mobilização* entre uma edição da Marcha das Margaridas e outra.

A categoria busca visibilizar o ciclo de atividades que se inicia após cada edição da Marcha, com o retorno das delegações aos seus estados de origem e o trabalho que passa a ser desenvolvido, nos diversos territórios, para a edição seguinte. No período entre-marchas, são promovidas diversas e importantes ações, tais como: sistematizações das atividades realizadas na ação em Brasília, avaliações, encontros festivos, rodas de conversas para trocas de experiências e impressões dos acontecimentos vividos pelas Margaridas em Brasília, formações com ênfase no retrospecto e nos avanços da edição ocorrida, e reuniões de preparação para a edição seguinte.

Aguiar (2015) utilizando a noção de *tempo da política*, define o momento de preparação como o *tempo da Marcha*, de forma que “se há o tempo de política, como fala Palmeira e Heredia (1995), [...] há o tempo da Marcha.” A fim de visibilizar a ideia do processo de formação política neste período, ao qual nomeio *entre-marchas*, considero que este período contém tanto um *tempo da Marcha* quanto é entrecruzado pelo *tempo da política*, por sempre conter em si processos eleitorais. Aguiar também já apontava para um “tempo entre marchas” ao se referir às articulações com movimentos de mulheres e movimentos feministas que envolvidos na ação:

Algo importante para compreender a dinâmica interna da Marcha das Margaridas é a sua articulação com outros movimentos de mulheres e movimentos feministas em rede de movimentos e organizações. Articulação

que lhe empresta uma forma própria, rompe as fronteiras institucionais da Contag e oferece às mulheres um espaço próprio de organização, que é dinamizado mesmo **no tempo entre marchas**, alimentando um ethos movimentalista que, em nome da Marcha, mobiliza as mulheres a se engajarem em ações outras como mostras, feiras, jornadas, atos públicos (AGUIAR, 2015, p. 459).

Outra contribuição que Aguiar traz neste sentido é que “não há algo que sinalize o início do *tempo da Marcha*. Finaliza-se uma e logo se começa a falar na próxima” (p.270). Este elemento também apareceu nas falas das interlocutoras desta pesquisa, de forma que a Secretária Geral da Fetaema chegou a comparar o modo de operar da ação com os grupos de escola de samba dos carnavais, “*termina um e nós estamos fazendo a outra*”, assim como a Assessora de Mulheres da federação apresentou a ideia de que a Marcha é um processo, “*são quatro anos em que você faz esse constante caminhar.*”

Para além da percepção destas mulheres envolvidas no processo de organização da MM, há uma agenda própria para o período entre-marchas. Por exemplo, no caso do Maranhão, logo após a primeira participação na Marcha em 2000, houve um ato contra Roseana Sarney, então governadora do estado, como foi citado nas entrevistas, com a coordenadora da Regional Sul da Fetaema, Aldecy Leite. Aldecy participou da construção da Marcha das Margaridas desde a primeira edição e na ocasião da entrevista, se referiu a essa manifestação como “uma outra Marcha das Margaridas, aqui no Maranhão, em 2002”, que verifiquei ter sido nomeada como o ato “Mulheres Maranhenses em Marcha”.

Localizando matérias de jornais, apurei que a organização do ato foi da Fetaema, da CUT-MA e da Pastoral da Mulher, ou seja, para além de trabalhadoras rurais e urbanas, o ato contou com uma soma de setores da oposição política à Roseana Sarney, cotada para ser candidata à Presidência da República à época. A mobilização contra Roseana Sarney, governadora do Estado, atingiu a marca de 10 mil²² mulheres mobilizadas em São Luís, assim como Aldecy relatou (UOL/NE10, 2002).

A gente conseguiu trazer 10 mil mulheres para dar nosso recado para Roseana que a gente não aguentava mais a violência e o descaso, e a gente também sempre à procura de o fortalecimento para as agricultoras familiares e, aliás, para todas as mulheres. Aqui no estado a gente já tinha essa grande dificuldade. A Roseana não nos recebeu, mas foi entregue as pautas aqui em 2002 (Aldecy, regional Sul, 2023).

²² Cerca de dez mil mulheres organizadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão (Fetaema), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pastoral da Mulher e outras entidades devem fazer nesta sexta-feira protestos contra “a política neoliberal e excludente do Governo Federal e a miséria, corrupção e mentidas que caracterizam o Governo do Estado do Maranhão”(NE, 2002).

Esse é apenas um exemplo de uma ação local que mobilizou as Margaridas do Maranhão em um período *entre-marchas*. Em âmbito nacional, essa agenda de continuidade de ações ficou ainda mais demarcada a partir da edição de 2007, pois os anos de 2008, 2009 e 2012 e 2013, tiveram nos *entre-marchas* a realização das Jornadas das Margaridas, que surgiram como

[...] resultado da intenção e da necessidade das Margaridas de todo o Brasil de ter um momento *entre as grandes marchas* para atualizar sua pauta de modo a acompanhar a implementação dela, reafirmar pontos centrais e atualizar seus pontos, bem como seguir nos seus processos de negociação com o governo e de formação política para as mulheres. (TRANSFORMATÓRIO, [s.d.], grifo meu.)

Ou seja, as Margaridas já vinham pautando a importância de “entre as grandes marchas” seguir com as articulações em favor das pautas defendidas. Nesses anos, uma agenda de mobilizações, seminários, reuniões e audiências com o governo deu sequência à cobrança e as articulações em torno das pautas da edição que as antecedeu.

Compondo a agenda da Marcha das Margaridas 2007, em 2008, por ocasião dos 25 anos da morte de Margarida Alves, as agendas foram iniciadas no dia 11 de agosto, com uma Sessão Solene em memória da maior referência da Marcha, seguida da abertura do Seminário Nacional “Mulher: participação, poder e democracia”, em que foi entregue uma Pauta Atualizada de Reivindicação das Margaridas no Parlamento. Após isso, uma série de agendas ministeriais foram realizadas até o dia 15 de agosto.

Em 2009, houve a segunda Jornada das Margaridas. Dessa vez, as atividades foram voltadas para a participação das trabalhadoras rurais no II Grito Nordeste CONTAG, que aconteceu no dia 12 de agosto de 2009 em Natal, no Rio Grande do Norte. Na ocasião foi realizada a assinatura do governo do estado em adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, construído como conquista pela Marcha das Margaridas. Vale destacar o enfoque dado às mulheres negras, indígenas e rurais, como mostra o seguinte trecho de um documento referente à jornada daquele ano.

Para prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres, o Governo Federal em parceria com o Governo Estadual do Rio Grande do Norte assinará o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no dia do II Grito da Terra Nordeste. De acordo com a proposta apresentada pelas trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas e por conta da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres confere especial atenção às mulheres negras, indígenas e rurais. O enfrentamento à violência contra as mulheres rurais é uma das mais

antigas reivindicações propostas pela Marcha das Margaridas. Por isso, a assinatura e implementação do Pacto no Rio Grande do Norte e em todos os estados brasileiros, representa também um importante conquista das margaridas (JORNADAS, 2009).

Para além desta ação, também ocorreu uma reunião da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, no CESIR da Contag em Brasília no dia 17 de agosto daquele ano, seguida pelo Seminário Nacional Protagonismo das Mulheres nos Territórios Rurais, que aconteceu nos dias 19 a 21 de agosto, em Brasília. Mulheres do Maranhão estiveram presentes nas atividades sobre “Experiências da Organização Produtiva das Mulheres” nas quais apresentaram relatos de experiências de organização produtiva das mulheres trabalhadoras nos territórios rurais (JORNADAS, 2009).

Em 2011, houve mais uma edição da Marcha das Margaridas, nos dias 16 e 17 de agosto em Brasília. Contudo, no trajeto para Brasília, nos dias que antecederam à marcha, federações estaduais realizaram atos políticos em todas as regiões do país. A delegação do Maranhão, tanto pela proximidade geográfica quanto pelas pautas de luta, se uniu às mulheres do Pará. A Fetaema, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetag-PA), bloqueou por mais de três horas a rodovia federal Belém-Brasília, que é a principal via de acesso aos estados (FETAEMA, 2011).

Trabalhadoras rurais do Norte-Nordeste fazem ato para denunciar violência na região duas caravanas de ônibus com cerca de 3000 mulheres do campo e da floresta das regiões norte-nordeste, oriundas dos Estados do Maranhão e do Pará vão se encontrar no município de Estreito (MA), às 7h do dia 15, nas margens da BR 110. No local, representantes das comitativas farão denúncias sobre os impactos negativos de grandes projetos na região, a exemplo da construção de uma hidroelétrica, que vai remover várias comunidades de seus municípios para outras localidades. Além disso, as mulheres denunciam também a violência da qual são vítimas, referindo-se aos conflitos nas áreas quilombolas e aos frequentes assassinatos de lideranças sindicais em seus respectivos Estados (CONTAG, 2011).

Após a Marcha, a então presidenta Dilma pactuou uma série de respostas às reivindicações da Marcha de 2011. Entre elas estava a criação de um grupo interministerial, justamente para que o diálogo e as cobranças ao governo tivessem espaço e continuidade. Em maio de 2012, o governo federal havia preparado um caderno de respostas com os pontos prioritários, indicando o eixo, os pontos de pautas, os avanços em cada um deles, e qual ministério ou órgão público seria responsável por dar seguimento.

A programação da Jornada das Margaridas daquele ano, aconteceu entre os dias 30 de julho e 3 de agosto. Uma das atividades foi a realização de uma edição do

“Seminário Nacional Democracia, Poder e Participação Política” em Brasília, dos dias 30 de julho a 01 de agosto, cujo público era composto por “mulheres dirigentes sindicais (coordenadoras das comissões estaduais de mulheres e das coordenações estaduais de jovens e diretoras das FETAGs); representantes das organizações parceiras da Marcha das Margaridas” (CONTAG, 2012).

Além de objetivar retomar o diálogo com o governo e pressionar pelas urgências da pauta da Marcha das Margaridas de 2011, os objetivos do seminário giravam em torno de debates sobre a conjuntura política e a participação política das mulheres rurais, tanto em âmbito eleitoral quanto na participação dentro do MSTTR. A implementação da política de cotas no movimento foi então avaliada e foi proposto um debate sobre a paridade “como estratégia para construir a igualdade” (CONTAG, 2012).

O seminário também deu base para que as mulheres preparassem conjuntamente “estratégias para serem apresentadas ao 11º Congresso na perspectiva de fortalecer a participação das mulheres no MSTTR proposição de cotas e/ou paridade” (Ibidem), que viria a acontecer no ano seguinte, em março de 2013. A partir de uma busca nos anais do CNTR daquele ano, o tópico 327 do documento indica que houve sucesso em pautar a Marcha das Margaridas e o tema cotas e paridade.

A participação das mulheres, especialmente a partir da implementação da política de cotas, além da ampliação e qualificação da sua plataforma política, resultou em importantes contribuições para o conjunto do MSTTR e para a construção do PADRSS. A expressão maior do crescente protagonismo das mulheres está na realização da Marcha das Margaridas que, em sua dimensão política e simbólica, deu visibilidade às trabalhadoras do campo e da floresta, com toda a diversidade étnico-cultural, construiu plataformas e pautas de reivindicação e fortaleceu sua capacidade de diálogo e negociação de políticas públicas (CONTAG, 2013, p. 95).

Em 2013, tendo como mote os 30 anos da morte de Margarida Maria Alves, ocorreu a última jornada das Margaridas no período de 17 a 21 de agosto. O formato de audiências com os ministérios foi mantido e outras ações com o objetivo de “revisitar a pauta de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais, realizar um balanço dos avanços e do que ainda não foi implementado pelo governo” (CONTAG, 2013), foram realizadas.

Em 2014, o principal destaque foi o lançamento do Observatório e Transformatório das Margaridas, uma plataforma *on-line* que reuniu dados sobre a Marcha até a edição de 2015, em um espaço para congregar documentos, trabalhos

acadêmicos que estudam a mobilização e materiais em entrevistas, fotos e vídeos que puderam, inclusive, auxiliar nesta pesquisa.²³

Apesar do formato das jornadas não ter sido mantido para as edições seguintes após a edição de 2015, ações de incidência política em continuidade à Marcha permaneceram acontecendo. O contexto político a partir de 2016 foi marcado por um distanciamento da Marcha das esferas do governo federal. A Marcha se posicionou contra o que caracterizou como golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff da presidência e contra o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Assim, tanto o período entre-marchas de 2015 a 2019 quanto o de 2019 a 2023 foram marcados por turbulências políticas.

A Marcha das Margaridas posicionou-se de forma abertamente crítica e em oposição aos governos Temer e Bolsonaro em diversos momentos deste *tempo da política*. Em 2019, os cadernos de debates já traziam análises sobre medidas provisórias, revogações e projetos de lei do governo, mostrando como os impactos negativos atingiram as Margaridas e suas famílias. Abaixo segue um trecho de um dos cadernos de textos da MM de 2019, que exemplifica isso.

Após o golpe sofrido pela Presidenta Dilma (PT), Michel Temer (PMDB) extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e são extintas e/ou reduzidas, significativamente, as políticas públicas para as mulheres rurais. Em 2019, o governo de extrema direita de Bolsonaro (PSL), não só põe fim à Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), como entrega ao agronegócio todo o poder sobre as políticas para o campo. Prova disso é a nomeação de Teresa Cristina, a musa do veneno, como Ministra da Agricultura, e de Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), para Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, dentro deste ministério. O que vemos é a política de reconcentração de terras, o fortalecimento do agronegócio, o fim da política para reforma agrária e do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais (CONTAG/Caderno 3, 2019, p.38).

Um outro marco se deu em 2019, quando Fernando Haddad, que havia sido candidato à presidência no ano anterior, leu a Carta às Margaridas, escrita pelo então ex-presidente Lula, que estava preso. A campanha “Lula Livre” era encampada pelas Margaridas que denunciavam o caráter político desta prisão, o que é destacado no caderno de abertura do material de debates daquela edição: “A prisão de Lula (sem provas) foi

²³ Este site deixou de ser alimentado a partir da edição de 2015. Em 2023, um outro site foi criado, assumindo o papel de site oficial da Marcha das Margaridas, sediado no endereço eletrônico “www.marchadasmargaridas.org.br”.

outro duro golpe à democracia, [...] hoje, o grito de “Lula Livre” representa um grito de resistência, por justiça e em defesa da democracia” (CONTAG/Caderno 1, 2019, p.13).

Na edição de 2019, pela primeira vez as Margaridas não chegaram a apresentar um caderno de pautas para o governo federal, mas formularam uma plataforma política. Por todo esse cenário, quis entender melhor a percepção da Secretária de Mulheres da Fetaema sobre aquela Marcha. Na visão da secretária, “não tinha o que negociar com ele [Bolsonaro], mas a gente ia fazer a plataforma política, né? Apresentando o que nós queríamos pelo menos que fosse garantido, o que já tínhamos” (Gersina, Secretaria de Mulheres da Fetaema, 2022).

Mesmo sem uma agenda de Jornada das Margaridas, entre 2019 e 2023 aconteceram ações que merecem destaque, tais quais: os momentos de avaliação da grande ação em Brasília, tanto em âmbito nacional quanto no das federações; o ciclo de atividades em celebração aos 20 anos da Marcha em 2020, que aconteceu de forma *on-line* em razão do isolamento social necessário no contexto da pandemia de coronavírus; e o lançamento da Carta-Compromisso às candidatas e aos candidatos às eleições de 2022, feito ainda em 2021.

No Maranhão, a Fetaema promoveu ações e caravanas. Para fins de análise propõe-se a sistematização do entre-marchas no Maranhão da seguinte forma: 1) pós-Marcha em 2019 e balanços avaliativos da 6ª edição, como mapeado por Silva (2021); 2) 2020 enquanto ano de pandemia e isolamento social, porém também contendo processo eleitoral nos municípios e eleição da primeira mulher presidenta da FETAEMA; 3) 2021 enquanto ano híbrido, entre isolamento social e retomada de atividades presenciais; 4) 2022 como um ano de retomada e intensificação de atividades presenciais preparatórias para a Marcha; 5) 2023 como o ano da Marcha.

No capítulo 2, será trabalhado o campo da pesquisa e destrinchado o entre-marchas da delegação do Maranhão para a 7ª edição da Marcha das Margaridas, ocorrida em 2023, mas antes é preciso entender o papel da Contag na formação política para a Marcha das Margaridas, esforço feito na seção que se segue.

1.4. A estrutura formativa da Contag para a MM

Em diversos momentos nas entrevistas, ao questionar as interlocutoras sobre os processos de formação política tanto da Marcha das Margaridas, quanto do movimento sindical, obtive como resposta que no movimento há uma escola, a Enfoc, Escola

Nacional de Formação da Contag, principal organizadora da Marcha, o que indica que a Enfoc é referência para elas. Chama atenção, contudo, a Enfoc ter sido criada oficialmente em 2006, após terem acontecido duas edições da Marcha das Margaridas. Além disso, a escola de formação é fruto de uma semente plantada por mulheres da confederação, mulheres que também fizeram parte da construção da Marcha das Margaridas.

[...] as mulheres trabalhadoras rurais, que vinham conquistando espaços de participação nas direções e também nos espaços de formação, se fortaleceram, e, no pós Marcha das Margaridas de 2000, o desenho de uma Escola de Formação das Mulheres do Movimento Sindical começa a ganhar força. Foi da efervescência do debate político das mulheres, realizado na Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 2004, que surgiu, com potência e viabilidade política, a ideia de criação de uma escola para fazer a formação política para as mulheres. Posteriormente, o 9º Congresso da Contag, em 2005, discute e delibera sobre a criação da escola, mas para todos os sujeitos políticos do movimento. (CONTAG, 2022, p. 35-36).

Essa construção histórica e a recolocação da formação política no centro da CONTAG, a partir da luta e da provocação histórica das mulheres, mostra como a preocupação formativa está presente desde as origens da MM. Também evidencia como a formação política produzida na Marcha das Margaridas não é uma ação isolada no movimento sindical de trabalhadores rurais por estar inserida na estrutura da Contag, mas que também incide sobre essa estrutura, a modificando de forma contundente.

Para além da mobilização política das mulheres, há outras bases importantes nesse processo. A primeira consiste na estratégia pensada em 1969, em “realizar massiva formação de base, [...] retomada a estratégia de formação de base nacional”, focada no estímulo à alfabetização da base sindical (CONTAG, 2022, p.16). Posteriormente, no período de redemocratização na década de 80, a “retomada da formação sindical [...] esteve focada nas demandas de assalariados e assalariadas rurais, com a colaboração do DIEESE, a CONTAG desencadeia intenso processo educativo voltado para as lideranças e dirigentes sindicais” (Ibidem).

Já na década de 1990, com a formulação do Projeto CUT/Contag para um Projeto de Pesquisa e Formação Sindical, o MSTTR concebeu o PADRSS. Aprovado em 1998, o projeto trouxe elementos mais voltados para a agricultura familiar²⁴ como base, a defesa

²⁴ Vale destacar que “Agricultura familiar” enquanto categoria só passou a ser adotada pelo MSTTR em 1995, quando foi realizado o 6º CNTR. Outro ponto que vale destaque é que o PADRSS já trazia a

de ampla reforma agrária e ainda destacou “[...] o compromisso com a justiça, a autonomia, a igualdade e a liberdade para as mulheres; [...] e a valorização da juventude e da terceira idade na organização e na luta sindical, na dimensão produtiva e na defesa de políticas públicas específicas (CONTAG, 2022, p.20).

A busca de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento motivou os delegados e delegadas do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1995, a iniciar o debate e a afirmar a necessidade de formular um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este debate teve continuidade em várias iniciativas de âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Os seminários regionais de desenvolvimento alternativo, promovidos pela Confederação em 1996, e a realização do projeto de pesquisa e formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/CONTAG, foram momentos ímpares de elaboração e sistematização de propostas (SANTOS, 2001, p. 225).

Após a aprovação do Projeto Alternativo, era necessário levá-lo às bases, o que provocou a necessidade de instrumentos tal qual o Coletivo de Formação. O PADRRS constitui-se, a partir de então, como uma “referência política-pedagógica nacional para a formação sindical” (CONTAG, 2022, p. 34). A efetivação do PADRSS deu-se por meio do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS), que por focar em ações municipais, focava em apresentar as políticas públicas a partir das municipalidades, articulando parcerias, alianças e intervenções do poder público (Ibidem, p.35).

Em 2001, no 8º CNTR, foi reafirmado o compromisso e a importância do Coletivo Nacional de Formação da Contag e da implementação das medidas formativas que vinham sendo tomadas. Essas discussões deram base para o que viria a ser a Política Nacional de Formação (PNF), assim como a articulação das mulheres iniciou a provocação para o que viria a ser a ENFOC, que como anteriormente apontado, foi aprovada no 9º CNTR, em 2005.

Para a formulação da PNF e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da ENFOC, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Formação (ENAFOR). É importante ressaltar que essas duas formulações não se deram de forma definitiva, de modo que a cada congresso e a cada encontro, são atualizados os enfoques formativos e debatidas as estratégias para manutenção e o autofinanciamento da formação político-sindical. Exemplo disso, o 11º

nomeação “sujeitos do campo, da floresta e das águas”, apropriada enquanto sujeito político construído posteriormente, pela Marcha das Margaridas.

CNTR enfatizou “o fortalecimento da Rede de Educadores e Educadoras Populares, como um espaço importante de organização horizontal do movimento, destacando a realização de itinerários formativos específicos para mulheres, juventude e pessoas da terceira idade e idosas” (CONTAG, 2022, p.36-37).

No caso da Marcha das Margaridas o “itinerário formativo” é justamente voltado para as mulheres, sejam elas jovens ou idosas, ainda que haja debates voltados para cada uma dessas faixas etárias. É importante destacar que, de acordo com a PNF, “todos os espaços do MSTTR são considerados formativos, tanto na modalidade de formação programada quanto na de formação na ação” (CONTAG, 2022, p. 72). A Marcha das Margaridas é lida na modalidade de formação na ação, que é definida no trecho citado a seguir:

É a aprender com as experiências do cotidiano do movimento sindical, que tem como conteúdos a vida e as lutas, evidenciadas a partir de variadas atividades, como: mobilização e luta (campanhas salariais, acampamentos, assembleias, mutirões, Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, Jornadas Pedagógicas, entre outras); articulação (reuniões nas comunidades, visitas aos locais de trabalho, panfletagem nas feiras, portas de banco, entre outras); gestão sindical (plantões na sede do sindicato, reuniões de diretoria, conselhos, congressos, reuniões nas comunidades rurais e de organização e planejamento das finanças das entidades); e atividades culturais (festivais, gincanas, mostra de arte e cultura, feiras, torneios esportivos, entre outras). Nessa perspectiva, segundo Freire (1981), como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, e o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade, decorrentes desta presença (CONTAG, 2022, p.72).

Outra reflexão que merece espaço no momento é a relação entre tempo escola e tempo comunidade. Segundo o PPP do MSTTR, o tempo escola “constitui-se em momentos formativos realizados na Escola de Formação, nos Institutos de Formação, nos coletivos de formação e nos grupos de estudos por meio da formação programada na modalidade presencial ou a distância.” Já o tempo-comunidade diz respeito às ações formativas “no cotidiano sindical, na formação na ação, nas atividades de pesquisa, de estudos, de sistematização” (CONTAG, 2022, p.87).

Como parte da estrutura formativa pensada para a Marcha das Margaridas está o Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres. Em 2022, o curso contou com módulos *on-line*, com encontros presenciais e seguiu essa lógica de alternância dos tempos e espaços, entre o momento escola e o momento nas comunidades. A partir desse curso, também foram realizadas reuniões ampliadas com foco na Marcha das Margaridas. Em maio de 2022, as participantes se reuniram para avaliar o primeiro módulo do curso

e na ocasião também ocorreu a 2ª reunião ampliada de preparação da Marcha das Margaridas, que, de acordo com matéria publicada no site da CONTAG, objetivava fazer uma “profunda análise como processo de atualização dos eixos temáticos da maior e mais efetiva ação de luta das mulheres do campo, da floresta e das águas” (CONTAG, 2022).

A avaliação da Secretária de Mulheres da CONTAG e Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas, Mazé Moraes, citada a seguir, indica que para além do objetivo formativo, aquele também foi um espaço no qual a prática das mulheres na política era incentivada. A provocação foi feita para que as mulheres calcassem suas incidências políticas para além dos cargos da estrutura sindical, mas também para que elas pudessem pensar, formular e agir nos programas pensados para suas cidades, estados e regiões.

Para prepararmos bem a Marcha das Margaridas, precisamos sempre olhar para o chão que estamos pisando para construir os novos passos e construir a nossa plataforma com eixos temáticos bem atuais, [...] A nossa meta é finalizar e apresentar a Carta Política até o mês de junho para incidir diretamente nos projetos e programas de governo e do legislativo, principalmente nas questões estruturantes que impactam diretamente a vida das famílias, principalmente das mulheres, como a questão da fome, que tem impactado de forma perversa na vida das companheiras (MORAIS, entrevista para CONTAG, 2022).

Falar sobre a formação política dessas mulheres então, envolve um esforço de teoria e prática. E mais, esta formulação, voltada para as eleições de 2022, prenunciava que o tempo daquele ano que antecedeu a Marcha, construía um outro *tempo da política*.

Isso posto, é importante também destacar que o caráter formativo multiplicador permeia a formação política ofertada para as dirigentes regionais da MM, pois uma Margarida que faz parte de um espaço formativo pode passar a ser multiplicadora no local onde atua. A ideia é que cada Margarida “formada” leve para sua base territorial a responsabilidade de replicar o que aprendeu e vivenciou, disseminando conhecimento, em um sistema de redes ou teias de aprendizagem e partilha, colaborando e fortalecendo a estrutura formativa oferecida pela CONTAG, especificamente para Marcha das Margaridas. Essa é uma estratégia adotada pela Coordenação Ampliada da Marcha.

Em cada uma de suas edições, a Marcha das Margaridas realiza um amplo processo de construção de sua plataforma política através de reuniões com a Coordenação Ampliada da Marcha - responsável por debater nos movimentos parceiros, nas Federações, sindicatos e comunidades rurais os pontos que integram sua plataforma política, assim como também promove ações de formação política com mulheres lideranças rurais que irão replicar tais formações também em suas bases (MM, 2023).

Nesse sentido, vale destacar que do Maranhão, além da Secretária de Mulheres, também participaram também do Curso Nacional de Formação para Mulheres de 2022 a Secretária de Finanças do STTR de Lagoa Grande do Maranhão, Isabel Alves da Silva, a Coordenadora Regional do Baixo Paranaíba, Maria Anecy Martins e a Coordenadora da Regional Tocantina, Maiara Maciel Batista Viana.

Outra ação que merece destaque é o curso “Comunicar o nosso mundo para semear Margaridas”, novidade presente na edição da MM de 2023. Voltado para mulheres jovens ligadas ao MSTTR, o curso trazia o subtítulo com “Práticas e Estratégias de Comunicação Popular Feminista”, destacando que o objetivo formativo desta ação era voltado à comunicação. Houve uma oficina com parceiras para a preparação seguida de etapas *on-line* e presenciais em Brasília.

Além dessas ações, também foram preparados os cadernos de texto, materiais fundamentais para a Marcha das Margaridas no processo, acúmulo e avanço da formação política das Margaridas. Os cadernos de texto e debate são materiais produzidos pela Marcha das Margaridas, baseados no lema e nos eixos temáticos de cada edição. Constituem-se como materiais político-formativos que fazem parte do escopo da educação política desenvolvida na MM. Ao passo que esses cadernos aprofundam os debates e trazem perguntas e exercícios para serem respondidos pelas mulheres da base, também explicitam posicionamento da MM sobre várias questões políticas.

Da mesma forma que outros processos da Marcha, esses materiais não são produzidos de forma isolada, apenas pela Secretaria de Mulheres da Contag em Brasília. A partir de oficinas que ocorrem para a escrita dos cadernos, representantes de todas as federações e organizações parceiras colaboram com o material. Em janeiro de 2023, ocorreu a Oficina de Construção do Caderno de Estudos da Marcha das Margaridas, e a Secretária de Mulheres da Fetaema esteve presente, por exemplo, da mesma forma que compareceu em junho de 2023 para o ajuste e o alinhamento das pautas, antes de serem apresentadas aos órgãos públicos. Em junho do mesmo ano, na mesma linha formativa e de finalização da construção da Marcha, essas mulheres voltaram a se reunir em Brasília, na sede nacional a CONTAG, com vistas ao ajuste e alinhamento das pautas que seriam apresentadas e defendidas em Brasília, tanto nos dois dias da manifestação das mulheres que compõem a tríade campo, floresta e águas do Brasil, quanto naquela mesma semana.

Ao se realizar uma leitura comparativa entre os cadernos de 2019 e de 2023, percebe-se que aconteceram mudanças nas demandas elencadas pelas Margaridas nesse intervalo de quatro anos, haja vista a alteração na conjuntura política e social no Brasil,

o que resultou em diferenças no enfoque dado a cada tema apresentado. Dessa análise comparativa surgiram os seguintes questionamentos: quais são as categorias utilizadas? Quais temas permanecem entre as edições? Quais temas são inseridos?

Na edição de 2019 foram publicados 6 cadernos, com até 50 páginas cada um. Em 2023, os cadernos foram menores, com média de 10 páginas, mas foram também mais numerosos, sendo produzidos 14 cadernos.



Figura 3: Banner da MM 2019, Capas dos Cadernos de Texto da MM 2019 e Capa da Plataforma Política 2019. Fonte: (MM, 2023)



Figura 4: Capas dos Cadernos de Texto da Marcha das Margaridas 2023. Fonte: (MM, 2023)

Respondendo aos questionamentos suscitados, entre essas duas edições a maior parte dos temas foram mantidos, demonstrando acúmulos e aprofundamentos em algumas pautas e com diferenças relacionadas à cada conjuntura sobre a qual refletiam. É interessante destacar que nessas duas edições os cadernos foram escritos e divulgados ainda no primeiro semestre do ano da edição da Marcha, para que houvesse tempo de enviar as bases para leitura e processos formativos.

No que diz respeito à conjuntura política, em 2019, ainda que tenha sido desenvolvido apenas nos primeiros meses do governo Jair Bolsonaro, o conjunto de cadernos já continha uma aprofundada análise sobre as medidas governamentais que foram tomadas nos primeiros meses de governo, em especial nos pontos que consideravam medidas de retirada de direitos das Margaridas. Em 2023, o caderno de

apresentação da Marcha das Margaridas trouxe uma carta de apresentação em que o tom era de alívio, após as eleições gerais de 2022 que elegeram Lula presidente.

Quatro anos se passaram desde o nosso último encontro na Capital Federal, em 2019. Naquele momento marchávamos para resistir e assim denunciar os ataques aos direitos e à vida que nós, mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades estávamos sofrendo. [...]Na luta por sobrevivência, mesmo vivendo às margens, nós atuamos incansavelmente em defesa da nossa existência, construímos nossas histórias, protagonizamos a luta em defesa dos nossos direitos, resistimos e procuramos formas de nos organizar a partir de questões do nosso cotidiano. Nós mostramos que há resistência e que somos resilientes! [...] Essa reconstrução exige a força e a determinação necessária para superação dos retrocessos que o governo anterior impôs as nossas vidas e à vida do nosso povo (CONTAG/Caderno 1, 2023, p.2)

O primeiro caderno temático tem por lema “Pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver” e explica o porquê da palavra “reconstrução” estar em destaque, elencando os pontos que foram “desconstruídos” pelo governo Bolsonaro, pautando que a reconstrução se daria com a mobilização e a atuação das Margaridas, além de apresentar o significado de “Bem Viver” e os 13 eixos políticos. Esse primeiro caderno trouxe uma novidade em relação ao material da MM de 2019, quando não existiu um caderno “abre alas” apresentando todos os eixos temáticos, o que a Marcha elaborou, à época, foi um texto de apresentação que se repetia em todos os cadernos.

Já eixos como “Democracia e participação política das mulheres” foram trabalhados nas duas edições, enquanto o tema “Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética”, foi mantido entre uma edição e outra, tendo sido adicionado o termo “[soberania] hídrica” na edição de 2023. A discussão “Proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns” trazida em 2019 foi atualizada para “Direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns”.

Debates sobre agroecologia; autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; e educação pública, não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo, mantiveram-se entre uma edição e outra, apenas com maior aprofundamento. Houve ainda em 2023 a adição de dois eixos, “Proteção da natureza com justiça ambiental e climática” e “Universalização do acesso à internet e inclusão digital.”

A formulação do conjunto de cadernos em si já constitui um processo de formação política para as mulheres que o elaboram e o postulam como um material que dará sequência a esse processo de formação, subsidiando os debates nas bases. Há, no final de

cada caderno de 2023, com eixos temáticos, uma série de perguntas que objetivam suscitar o diálogo. Além do aspecto formativo, o material produzido a cada Marcha funciona, também, como registro e recorte histórico de um período político, atualizado de 4 em 4 anos, e que reflete, fundamentalmente, uma formação contínua e consolidada.

Deste modo, os cadernos de textos, para além de instrumentos da formação política, funcionam também como documentação histórica e preservam a memória política da Marcha das Margaridas ao mesmo tempo que valorizam o processo de trocas e aprendizados entre as Margaridas.

No capítulo 2, o debate sobre o uso dos cadernos é aprofundado, assim como é feita a discussão sobre a Marcha das Margaridas enquanto um sujeito pedagógico. Essas discussões são costuradas a partir da análise da participação da Fetaema e a delegação do Maranhão rumo à MM de 2023.

CAPÍTULO II

A formação de Margaridas Maranhenses

Sofro, mas canto/ Do luto à luta/ A cada grito de ódio que mente/
Vai ecoar Margarida presente!

Música “Negração” do Funmilayo Afrobeat Orquestra
(CONTAG, 2023).

Entre ações *on-line* e caravanas nas regionais, veremos como o *entre-marchas* da Fetaema foi permeado por atividades de formação política. Tendo em vista que a federação e as regionais que a compõem são as principais mobilizadoras da delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas, neste capítulo discorrer-se-á sobre os aspectos formativos os aspectos formativos do processo de preparação para a ação de massas em Brasília.

Para tanto, são trazidas falas de Margaridas que foram entrevistadas ao longo da pesquisa e falas captadas em reuniões *on-line*, para que as seguintes perguntas pudessem ser respondidas: quais são e no que consiste a formação política para as diferentes Margaridas do Maranhão? Quais são os materiais mobilizados por elas? Em que momentos elas citam processos formativos? As respostas a esses três questionamentos passam pela análise da estrutura de formação política ofertada pela CONTAG às participantes da MM, bem como seu alcance nos diversos territórios, organizações, sindicatos e demais parceiras e parceiros da manifestação das Margaridas

Na última seção do capítulo é realizada uma leitura da Marcha das Margaridas como um sujeito educativo, destacando-se pontos de uma pedagogia própria à Marcha, mobilizando formulações de Arroyo (2003, 2007), Gohn (2006, 2009, 2016, 2020), Freire (2001) e Caldart (2000).

2.1. A Fetaema e suas regionais rumo à Marcha

As dimensões geográficas do Maranhão e os números de delegacias sindicais são desafiadoras e ao mesmo tempo potentes para uma articulação política. A Fetaema conta com mais de 4000 delegacias sindicais, referentes às comunidades rurais de 215

sindicatos filiados à federação, que abarcam quase a totalidade dos 217 municípios do estado (FETAEMA, 2021).

Isso significa que há 215 Secretarias de Mulheres nos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Maranhão, mas também significa que é necessária uma organização eficaz para que a mobilização política ocorra e por isso os municípios são organizados em Regionais, com coordenações próprias.

No âmbito regional, a FETAEMA é representada politicamente pelas 10 Coordenações Regionais, que têm a responsabilidade de mobilizar, articular, fortalecer e orientar as lutas do MSTTR nas suas respectivas regiões. As regionais são fundamentais para o processo de conscientização e formação política da base (FETAEMA, 2021).



Figura 5: Mapa das Regionais da FETAEMA

Elaboração Própria

As 10 regionais são: Alto Turi, Baixada Maranhense, Baixada Oriental, Baixo Parnaíba, Cocais, Mearim, Médio Sertão, Pindaré, Sul e Tocantina. Todas elas marcaram presença na Marcha de 2019 e prepararam-se para participar da Marcha de 2023. Sobre este período entre-marchas, Silva (2021) mapeou atividades que se deram após a realização da 6ª edição em Brasília:

- a) Avaliação nacional com a Coordenação e as parceiras, em 2019 - apresenta e debate o balanço político de cada Marcha;
- b) Avaliação Estadual, com as Coordenadoras regionais ligadas ao MSTTR, em dezembro de 2019;
- c) Aprofundamento dos eixos da pauta em eventos virtuais denominados Prosa das Margaridas, democracia, violência, saúde, agroecologia;
- d) Realização do 8 de março em 2020;
- e) Lançamento e realização do Festival da Juventude, em formato virtual, em 2020;
- f) Evento nacional e estadual sobre os 20 anos da

MM, em 2020; g) Avaliação com as parceiras, em agosto de 2021; h) Evento de alusão ao assassinato de Margarida Alves, em agosto de 2021 (SILVA, p.139, 2021).

Essas atividades evidenciam o caráter contínuo das ações da Marcha das Margaridas e corroboram com a construção proposta pela categoria entre-marchas. Além disso, sinalizam que a sequência dos debates de avaliação e formação ocorreram tanto em âmbito nacional com as coordenações e parceiras, quanto com abrangência estadual, pela reunião com as coordenadoras do MSTTR do Maranhão.

Outra atividade importante de caráter formativo, sanitário e socializador foi a "Prosa de Margaridas em Tempos de Pandemia", promovida pela CONTAG no contexto da pandemia do coronavírus, que seguiu trabalhando com os eixos da pauta da edição de 2019. No período mais restrito de isolamento social, atividades *on-line* incluindo etapas de eleição e temáticas congressuais aconteceram entre 2020 e 2021. A etapa eleitoral do 9º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Maranhão (CETTR/MA), que elegeu a gestão para o quadriênio 2020-2024, aconteceu em julho de 2020, via plataformas *on-line*. Já em dezembro deste mesmo ano ocorreu a etapa temática "Agricultura Familiar e Produção de Alimentos Saudáveis", contando com a participação de cerca 500 delegados de 150 Sindicatos filiados à Federação (CONTAG, 2020).

Nos Anais desse congresso, há quatro menções à Marcha das Margaridas. A primeira diz respeito à uma conquista histórica da MM e à busca pela sua efetivação, destacando que pelo cenário de violência doméstica e intrafamiliar, "tem-se reforçado a luta pelas Unidades Móveis de Combate à Violência contra as Mulheres/Ônibus Lilás, conquista da Marcha das Margaridas" e na sequência reconhece que "as mulheres do MSTTR são as responsáveis pela maior ação de massa do movimento sindical: e porque a Marcha das Margaridas apresentou força de mobilização e poder organizativo, ganhou notoriedade em toda a América Latina" (FETAEMA, 2020, p.130).

A terceira menção registra o compromisso com a realização da Marcha das Margaridas 2023 "garantido a realização de **estratégias de formação política, de captação de recursos financeiros** para sua realização, a exemplo do fortalecimento do fundo para as ações de massa" (FETAEMA, 2020, p.132, grifo meu) e a quarta reafirma esse compromisso, colocando a Marcha ao lado de outras ações de massa:

Garantir a realização das ações de massa como o Grito da Terra, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude Rural, Romaria dos Aposentados, ocupações de latifúndios, de estradas e órgãos públicos, como espaços

Passado o período pandêmico que obrigou a sociedade como um todo a manter-se em regime de isolamento por questões sanitárias, havia a tarefa de mobilizar novamente as ações presenciais com os sindicatos e organizações. Afinal, há diferenças objetivas e subjetivas entre realizar encontros *on-line* ou mesmo presenciais, com o uso máscaras, receios e apenas com poucas mulheres. Neste sentido, tanto a Marcha das Margaridas, quanto as demais mobilizações políticas das mulheres constituíram um importante eixo de mobilização para esta retomada.

Traçando uma linha temporal em relação às atividades de formação política efetivadas pela Fetaema, no *entre-marchas* da MM de 2019 e a de 2023, foram identificadas as seguintes ações formativas realizadas em parceria ou a partir de uma provocação da ENFOC, para homens e mulheres trabalhadoras rurais ligadas à entidade:

1. Em julho de 2021 foi realizada uma Jornada Formativa da ENFOC para a FETAEMA. Realizada de forma *on-line*, tratou, entre outros temas, da pergunta “Por que e para que as Campanhas de Sindicalização? Mutirão da Agricultura Familiar e Camponesa”. Neste ano foi realizada uma campanha de sindicalização, chamada “Mutirão da agricultura familiar camponesa”.
2. A realização de mutirões de sindicalização seguiu e, em março de 2022, houve intensificação das ações com os municípios a partir de uma campanha voltada para as mulheres, tendo o 8 de março como ponto mobilizador e o lema “A luta sem as mulheres vai pela metade”, proposto pela CONTAG para ser utilizado em todas as federações.
3. Em 2022, um ano depois do módulo *on-line* da Jornada Formativa, foi realizado um encontro de formação em formato presencial, entre os dias 4 a 8 de julho, com a Turma Estadual da ENFOC-MA, que formou educadores e educadoras populares.

Além dessas atividades, a retomada intensa de encontros presenciais de formação, ações de análise de conjuntura, construção coletiva de textos, programas e pautas nacionais, regionais e estaduais, em muitos momentos voltados para as eleições que se avizinhavam.

nós estamos também na campanha estadual de sindicalização, esse mutirão vai para onde? Lá para dentro, lá tratar o conteúdo na comunidade, na zona rural. Então assim, a gente consegue dialogar, com tudo que está aqui dentro, nos pontos, leva nesses mutirões (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, entrevista concedida em 2022).

Importa ressaltar o *tempo da política* de 2022, no sentido de Moacir Palmeira (2010) como um tempo em que a oposição ao governo federal foi liderada pela Esquerda junto a uma frente ampla que também se unira para derrotar a candidatura da extrema-direita, na figura de Jair Bolsonaro, que aspirava ser reeleito presidente da República. Esse período recente vivido no Brasil também pautou a costura da MM de 2023 e, em consequência, incidiu sobre o tempo do entre-marchas.

Em 2023, ano da sétima edição da MM, foram várias as atividades de formação e organização, a saber: caravanas, reuniões pós-caravanas, reuniões preparatórias com as organizações parceiras, ações para captar recursos, e nos dias 15 e 16 de agosto, a Marcha em si. Essas atividades serão mais bem descritas nas seções a seguir.

2.2. Caravanas das Margaridas

No início de 2023 aconteceram as “Caravanas das Margaridas” nas regionais, que foram uma série de atividades por organização da Fetaema iniciadas em fevereiro daquele ano, sob a coordenação da Secretaria de Mulheres e contando com a participação de outras representantes da federação em cada uma das regionais. O registro dessas atividades para o presente trabalho teve como fontes: publicações em redes sociais, matérias relativas às caravanas e relatos feitos pela assessora da Secretaria de Mulheres da Fetaema, que foi solícita em fornecer informações sobre a estruturação dessas caravanas.

O primeiro passo para que cada caravana ocorresse era escolher um município sede, pois as demais coordenações sindicais precisariam se deslocar para participar, de modo que as rotas tinham de ser levadas em conta. Para além disso, o município deveria ser politicamente estratégico, considerando os possíveis apoios a serem negociados. Antes de partir para as caravanas, a Fetaema enviava ofícios convidando vereadores, prefeitos e entidades locais, lidos como parceiros em potencial, para apoiar o projeto da Marcha, garantindo ônibus e outras formas de apoio.

A gente definia a data, o local e o horário, convidava as pessoas e passava pros sindicatos se mobilizarem. Vamos supor que a gente fazia na região Alto Turi, então a gente mobilizava a coordenação do Alto Turi [...] eles mobilizavam isso, com os indicados a participarem, reafirmando o compromisso do convite.

[...] então eles se articulavam e se deslocavam para o município, alguns da base iam também, né? Aqueles que tinham disponibilidade, as associações. Mas o foco também era conversar com algumas secretarias estratégicas do sindicato como a de Finanças, que é o que de certa forma libera o dinheiro do sindicato para aquelas mulheres irem. [As secretarias de] Juventude e de Mulheres também, né? Porque sobretudo nas bases elas que coordenam de certa forma Marcha lá na base, né? Enquanto a gente está aqui na Federação, elas estão lá embaixo (Daniela, Assessora de Mulheres da FETAEMA, 2023).

Quadro 2: Caravanas Regionais²⁵

| Regionais | Datas |
|---|----------------------|
| Regionais Tocantina, Sul e Médio Sertão | 13 a 15 de fevereiro |
| Regionais do Alto Turi, Pindaré e Baixo Parnaíba. | 09 a 14 março |
| Microrregional Oriental | 24 de março |
| Regional dos Cocais | 23 de junho |

Fonte: elaboração da autora com informações da Fetaema.

Já no texto da publicado no *site* da Fetaema que relata a primeira caravana, pode-se perceber os objetivos relacionados à articulação política e ao caráter organizativo, ou seja, as questões referentes aos ônibus ou mapear as Margaridas que iriam participar da grande ação em Brasília não eram os únicos temas. Esses encontros tratavam, para além dessas questões, da história da Marcha das Margaridas e abriam espaço para debater sobre os eixos que compunham a edição para a qual se preparavam.

A caravana é uma ação preparatória e importante de articulação, mobilização e debate dos eixos norteadores da marcha deste ano. É um momento participativo entre trabalhadores(as) rurais, agricultores (as) familiares, delegacias sindicais, diretoria de Sindicato, parceiros de diferentes segmentos da sociedade civil e poder público. No primeiro encontro com as três Regionais houve diálogos com o poder público local para captação de recursos financeiros e de ônibus para garantir a ida das mulheres à Brasília. E desta forma as margaridas podem reivindicar as políticas públicas específicas e de combate à violência no campo, nas florestas e nas águas (FETAEMA, 2023).

As caravanas possibilitaram trocas entre mulheres que ocupam diferentes espaços na estrutura do movimento sindical, organizações parceiras e representantes do poder público, de modo que foram construídas como um espaço onde há trocas de experiências, aprendizado sobre a Marcha das Margaridas e o processo de ir à Brasília e demonstrando, então, como o processo de formação se faz na ação.

²⁵ Não foi possível localizar informações sobre a realização de caravanas nas Regionais Baixada Maranhense e Mearim, contudo nesse caminho, hoje (07 de junho de 2023), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA) através da secretária de Mulheres da Federação, Gersina Vieira, apresentou a Marcha das Margaridas à Câmara de Vereadores do município de Esperantinópolis, região do Mearim.

A partir do diálogo com a assessoria foram indicados os pilares desses momentos: “A caravana [...] tem três processos, angaria apoio, faz articulação e organização dos sindicatos em relação à região para ir para marcha e os encaminhamentos pós-caravanas que são o que eles precisam fazer atividades que a gente fala de empoderamento.” (Daniela, assessora da FETAEMA, 2023, grifos meus). Tendo em vista esses elementos chave em grifo e as leituras sobre as caravanas, os encontros foram separados e apresentados levando-se em conta três principais momentos: o primeiro momento, com ênfase em angariar apoio e fortalecer as articulações locais, o segundo momento organizado para a necessária escuta de falas dos sindicatos e o terceiro momento para organizar os encaminhamentos das ações pós-caravana.

Antes de analisar cada um desses momentos, vale uma breve reflexão sobre os cantos e as místicas que permeiam esses encontros. Como apresentado em nota de rodapé no Capítulo I, cada capítulo desta dissertação se inicia com o trecho de alguma música presente no livro de cantos das Margaridas. Esses cantos trazem a história não só da Marcha das Margaridas, mas também da história de luta das trabalhadoras rurais, seus cotidianos, desafios e potências. O relato a seguir não diz respeito às Caravanas Regionais, mas pode ajudar a leitora a criar uma ambiência semelhante, pois se trata de um imagético comum ao repertório de ações das Margaridas maranhenses.

Pude acompanhar momentos de mística no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão²⁶, uma atividade que ocorreu após as caravanas, em junho de 2023 e no início de cada rodada de debates, era realizada momentos de mística. A ornamentação do auditório onde as plenárias ocorreram já chamava atenção: à frente da mesa onde ficavam os pesquisadores, representantes do poder público e da Fetaema foram colocados os produtos levados pelos agricultores e pelas agricultoras familiares, além das bandeiras do Maranhão, da CUT, da Contag, do CTB, da Fetaema e de regionais da federação e da Marcha das Margaridas. Além disso, estandartes relacionados à Marcha das Margaridas ocuparam as paredes do espaço.

²⁶ Foi neste encontro que pude realizar algumas entrevistas para este trabalho, com mulheres de diferentes municípios, coordenadoras regionais, com uma assessora e com uma Secretária da FETAEMA. Na participação no encontro, também havia duas mesas com camisetas da Marcha à venda onde também era possível comprar bilhetes da rifa criada para angariar fundos para a delegação.



Figura 6: Elementos da Marcha das Margaridas no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão. Fotografias da autora, 2023.

No segundo dia de encontro, no momento do retorno das atividades após o almoço, foi realizada uma mística encabeçada por Margaridas, que reuniram-se na parte da frente do auditório, e enfileiradas puxaram músicas sobre a luta das mulheres como a canção “Sem medo de ser mulher”, cujo trecho destaco aqui: “Porque a luta não é só dos companheiros/ Participando sem medo de ser mulher/ Pisando firme sem medir nenhum segredo / Participando sem medo de ser mulher/ Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer / Participando sem medo de ser mulher”.



Figura 7: Margaridas no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão.

Figura 8: Margaridas no 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão.

Fotografias da autora, 2023.

A relação entre a mística e as manifestações públicas foi trabalhada por Castro (2009), na reflexão sobre a juventude rural. É interessante traçar esse paralelo entendendo que a juventude rural caminha nas últimas décadas, assim como as mulheres trabalhadoras rurais, calcando na esfera pública um espaço de disputa e busca por legitimação. Isso porque a mística também funciona como uma forma de apresentar elementos envolvidos

naquela *luta política* para aqueles que são externos ao movimento, com quem se negocia legitimidade e apoio político.

As manifestações públicas compreendem espaços privilegiados para o processo de construção e legitimação dessas novas identidades. As místicas, os cantos, as roupas exclusivas para os eventos e para as manifestações de rua aparecem como práticas políticas recorrentes em todos os movimentos sociais. É também nesse espaço que a categoria juventude busca legitimidade como ator político, sujeito de suas ações, discutindo não só questões relativas a ela, mas integrando as questões gerais do movimento às suas discussões (CASTRO *et al.*, 2009, p. 179).

Feita a reflexão sobre as místicas, segue a seguir a apresentação dos momentos das Caravanas Regionais:

1º Momento - Angariar apoio e fortalecer articulação

A chegada e acomodação dos participantes à caravana eram feitas com as músicas da Marcha das Margaridas, dinâmicas e místicas. As místicas são um repertório, muitas vezes acionado em movimentos de trabalhadores rurais, que constroem a legitimação de elementos simbólicos, o fortalecimento das identidades coletivas e ainda a formação de uma habilidade política militante, como apresentado por Mota (2009).

no momento da acolhida — o primeiro momento de um evento —, o sentimento é que faz o elo, através da realização da mística. A mística acontece num ritual cheio de dinâmicas, símbolos [...]. Criar uma mística dentro de um contexto também é uma habilidade que se desenvolve na experiência da militância. Articulando-se símbolos e significações, despertando emoções. Esses rituais de mística se fundamentam numa prática que incorpora uma vivência de espiritualidade difundida e praticada por grupos católicos ligados à Teologia da Libertação. (MOTA, 2009, p.6)

É um momento de ambientação, onde as mulheres e as pessoas convidadas vão chegando e observando as bandeiras da Marcha das Margaridas e todos os elementos da identidade característica da Marcha, somadas a estandartes com palavras de ordem, cartazes da marcha e banners dos sindicatos presentes. Vale destacar que os momentos de mística não se restringem às caravanas, mas permeiam as ações de preparação da FETAEMA para a Marcha e os dias da Marcha das Margaridas em si.

Após o momento de acolhimento e chegada, formava-se a Mesa, nomeada pela assessora de "dispositivo de honra", em uma definição protocolar do cerimonial de eventos que contam com autoridades públicas. Eram convidados para essa mesa os políticos locais, vereadores, representantes da diretoria da FETAEMA e quem mais tivesse relevância no escopo político-institucional. Por exemplo, a composição na

caravana da Microrregional Oriental contou com a prefeita do município de Paço do Lumiar²⁷, a representação da Secretaria de Estado da Mulher e as representações do Conselho Estadual da Mulher, ao lado representantes dos seguintes movimentos sociais, coletivos e sindicatos da região: “MST, SINDSEP, Emaranhadas, Coletivo de Mulheres Negras Mãe Andressa, Coletivo Nacional de Mulheres do PT, Instituto Raissa Mendonça; União Nacional LGBT; Casa Familiar Rural do Quebra Pote” (FETAEMA, 2023).

Feito isso, era realizada uma apresentação sobre a Marcha das Margaridas em si e o que a Secretaria de Mulheres denominou de “projeto do Maranhão” para a Marcha, destacando a importância do apoio dos municípios e dos representantes políticos presentes para a efetivação deste plano. Em termos de legitimação, a presença de diferentes representações públicas e organizações locais parece mostrar que a proximidade com os movimentos sociais e a luta das mulheres rurais se constituiu também enquanto um interesse político, ou seja, como um capital político a ser disputado, de forma que a Fetaema e os sindicatos observam isso e aproveitam a oportunidade para incidir politicamente, apresentando pautas e angariando apoios.

2º Momento - Escuta dos Sindicatos

O segundo momento era focado na escuta aos sindicatos. Esse foi um espaço para que as representações de cada município relatassem como estava sendo a organização para ir à Brasília. Pensado para auxiliar as coordenações regionais e as secretarias dos sindicatos, era uma possibilidade da Fetaema orientá-los melhor sobre a estruturação da arrecadação de recursos, o mapeamento de Margaridas e auxiliar na articulação com entidades parceiras locais.

O segundo momento é de escuta, o que que seria essa escuta dentro das caravanas? É colocar os desafios que os sindicatos estão tendo, tanto da Autossustentação financeira, quanto da dificuldade em mapear as Margaridas em relação à divisão de ônibus, em relação a eles terem dificuldades ou não, ou terem facilidades para poder articular com entidades parceiros locais. Nesse momento [...] você vai fazer o levantamento, mapear possíveis quantidades de pessoas que vão por região [...] essa quantidade de ônibus sai das caravanas (Daniela, assessora de mulheres da FETAEMA, 2023).

²⁷ A prefeita de Paço do Lumiar para a gestão 2020-2024, Paula Azevedo, havia sido reeleita em 2020. Silva (2021) indica que a candidatura contou com o apoio das Margaridas e que em um “cenário de motivação pós-Marcha, diversas mulheres trabalhadoras rurais foram candidatas à vereadora, algumas foram candidatas à prefeita e à vice-prefeitas (p.147).

O diálogo sobre essas questões possibilita que coletivamente fossem levantados caminhos para a superação dos entraves. Nesta troca também reside um aspecto formativo, pois aprender a ir para a Marcha envolve apreender uma série de procedimentos tanto práticos, como entrar em contato com empresas de ônibus para realizar orçamentos e fechar contratos, quanto políticos, que se referem à mobilização de base e à articulação com outros atores políticos locais.

3º Momento - Encaminhamentos para o período pós-caravana

Por fim, das caravanas também saíram os encaminhamentos das tarefas que cada regional precisaria tocar até a chegada da Marcha das Margaridas. Essas tarefas foram chamadas de “atividades pós-caravanas”. Uma das propostas apresentadas a todas as regionais foi realização de “1000 ações das Margaridas”, ou seja, mil atividades de preparação, somadas entre todas as regionais.

Nesta proposta, para além de atividades pensadas para impulsionar a arrecadação de fundos para a Marcha, uma das tarefas elencadas era realizar o debate dos cadernos de texto com as comunidades, nas associações e com as trabalhadoras rurais. Também era prevista como atividade mais uma rodada de encontros com as regionais, dessa vez de forma *on-line*, entre os meses de maio e junho. Na seção seguinte, veremos o que foi possível realizar.

2.3. Reuniões pós-caravanas

Do calendário de atividades pós-caravanas, entre maio e junho de 2023 acompanhei 6 reuniões *on-line*: regionais Baixo Parnaíba, Tocantina, Médio Sertão, Cocais, Alto Turi e Oriental. Essas reuniões representaram uma retomada nesta organização para a Marcha, uma oportunidade para realinhar prazos, passar tarefas, ouvir demandas e verificar como os sindicatos vinham caminhando até ali.

Apesar de, à primeira vista essas reuniões parecerem ser apenas operacionais, ao analisar os seis encontros no conjunto da preparação para a Marcha das Margaridas, pude notar que era também estabelecida uma linha política formativa. A formação política se dava nas falas das lideranças sindicais, nos momentos de partilha sobre *as análises de conjuntura*, termo comumente usados nas reuniões, e nas propostas do operativo que envolve a Marcha.

As reuniões começavam sempre com falas da Secretária de Mulheres, e caso houvesse mais alguma secretária ou secretário da FETAEMA presente, era-lhe dado espaço para uma saudação. Em seguida, a assessora e a estagiária da federação revezavam-se na apresentação dos *slides* para a reunião.

Um dos primeiros temas a serem tratados era a necessidade de ativar as articulações políticas para garantir e verificar quais apoios seriam dados para os ônibus, fortalecendo as relações locais na base, com vereadores e deputadas estaduais. Este foi um indicativo de que a força dessas lideranças, o papel que elas assumem nos seus municípios, as reivindicações e os apoios alcançados podem constituir e influenciar no terreno político de toda uma região.

Neste ponto avalio que essas ações fazem parte de uma esfera da prática da formação política e que as articulações com o poder local dizem muito respeito a um *tempo da política* (PALMEIRA, 2010) do *entre-marchas*, que também em um período *entre eleições*. Isso porque o ano de 2023 foi um ano após as eleições gerais e estaduais e um ano anterior às eleições municipais de 2024.

A orientação da assessoria da Fetaema era que, naquele ponto, seria importante que as secretárias e dirigentes retomassem contato com aqueles políticos locais que tivessem “*firmado apoio político*” na ocasião das Caravanas Regionais. Neste ponto, foi levantado que os (as) vereadores (as), prefeitos (as) e seus secretários buscavam estar presentes nas caravanas para serem fotografados e vistos, a fim de fortalecerem suas imagens com as bases. Isso indica que as *bases sindicais* podem representar, compor, ou consolidar suas *bases eleitorais*. Neste sentido, a *base eleitoral* não “é somente o local ao qual o parlamentar retoma, mas é para onde dirige sua atividade” como nos mostra (BEZERRA, 1999, 103).

A relação com as bases efetua-se também por meio da participação em atividades coletivas, isto é, que mobilizam e agregam os moradores como o futebol, as festas e a igreja. A presença do político nestes eventos mostra a conexão da atividade política a outras formas de sociabilidade. De modo geral, dois aspectos, portanto, são utilizados pelo parlamentar para caracterizar as bases: os vínculos pessoais e a integração à “comunidade”. [...] O atendimento desses pleitos é um elemento significativo na relação dos parlamentares com suas bases na medida em que contribui para a criação e consolidação de uma rede política do parlamentar na localidade (BEZERRA, 1999, p.103).

Ao mesmo tempo em que o político atende ao *pleito* das mulheres e comparece aos eventos pré-Marcha visando a “criação e consolidação de uma rede política do

parlamentar na localidade”, as Margaridas também buscam consolidar uma rede política de apoio às suas pautas em cada território.

Neste sentido, vale ressaltar que no ano anterior, em 2022, a Marcha das Margaridas lançou em âmbito nacional, pela primeira vez²⁸, uma Carta-Compromisso, para o período eleitoral, tendo sido esta “fruto de diálogos estabelecidos com organizações e movimentos sociais, articulados em torno da Marcha das Margaridas a partir de uma Plataforma Política construída coletivamente”. A carta foi lançada em uma live/Ato Político “Margaridas nas eleições para fazer florescer a Democracia” (CONTAG, 2022).

Essa carta é mais um elemento que traduz questões anteriormente trabalhadas: o tempo de preparação da Marcha, ou seja, o *entre-marchas*, ativa as redes articuladas pela Marcha das Margaridas e posiciona a Marcha em um campo propositivo e reivindicatório mesmo nos anos em que não ocorre a ação de massas em Brasília. A Marcha reconhece cada *tempo da política* presente no *entre-marchas*, e atua de forma a incidir sobre ele.

Outra questão válida de destaque diz respeito à unidade na diversidade, com pautas construídas coletivamente, pensadas para uma incidência política que antecipa a Marcha em si. A plataforma política que se faz nacional é pensada para incidir nos territórios e parte deles. Conforme fala da Assessora de Mulheres da Contag, houve uma forte movimentação neste sentido.

Foi uma coisa bem coletiva [...] a gente fez uma minuta, leu dentro da Coordenação Ampliada. Essa carta as mulheres levavam no pós-módulo²⁹ e realmente era incrível, porque elas ficavam mandando foto elas não compartilhavam muito agora na plataforma [oficial do curso], mas como tinha o grupo de formadoras do pessoal que tava fazendo essa formação. Ela tudo compartilhavam no WhatsApp, então mandava fotos do processo formativo. “Ah aqui na comunidade tal discutindo sobre ele...” e mandava foto. E essa história da carta caramba! Foi uma coisa impressionante, porque era vereador, era deputado, elas tiravam foto com essa carta, que era carta compromisso “Entregando a carta-compromisso”, tirava e isso teve um efeito muito grande, então a carta estava ligada ao processo, estava ligado a condição da Marcha, mas já era uma pré-plataforma da massa na verdade, entendeu? Então isso, ela já tavam se apropriando também do que seria os grandes eixos da Marcha, né

²⁸ Em 2018 as Margaridas também lançaram uma carta no período eleitoral, que, no entanto, não tinha o propósito de arrecadar assinaturas de candidatos e candidatas. Endereçada à sociedade civil, a Carta da Marcha das Margaridas à Sociedade sobre as Eleições 2018, a carta trazia o posicionamento da ação de massas em adesão ao movimento “#EleNão” que posicionava-se contrário à eleição de Jair Bolsonaro, e uma crítica contundente ao período do governo Temer, ao qual caracterizam como ilegítimo, e ainda chama as mulheres à mobilização “em defesa de candidaturas comprometidas com o projeto democrático, popular, feminista, antirracista, soberano, agroecológico e assentado na reforma agrária” (CONTAG, 2022).

²⁹ O pós-módulo ao qual ela se refere é uma etapa do Curso Nacional de Formação para Mulheres da Contag.

das principais questões do Brasil (Vilênia, Assessora de Mulheres da CONTAG, entrevista concedida em 2023).

Apesar de não ter sido possível localizar o número de adesões de candidatos à carta, a adesão das Margaridas em fazê-la chegar aos candidatos e candidatas mostra a expressividade e capacidade de organização política dessas mulheres.

Retomando o ponto das reuniões pós-caravanas, parece que o formato de mobilizações da Fetaema, em primeiro ir aos municípios e incentivar atividades pós-caravanas que deveriam ser realizadas pelas mulheres nas regionais seguiu a lógica do *tempo-escola, tempo-comunidade*.

Como apresentado na seção anterior, quando foram realizadas as caravanas no início de 2023, uma das propostas apresentadas às regionais foi a de serem realizadas “1000 ações das Margaridas”, que deveriam ir além do objetivo de arrecadação de verbas, assumindo também o caráter de mobilização e formação política. Contudo, quando foram realizadas, o fluxo de tarefas referentes às ações organizativas para a Marcha estava mais intenso, de forma que faltavam menos de 3 meses para a ação em Brasília.

O calendário pensado pela Fetaema previa que até o final de junho os contratos dos ônibus, a previsão do número de *kits*, produzidos pela Fetaema e compostos por blusas e mochilas, e a previsão de qualquer outro material deveriam estar fechados. Além disso, na ocasião da entrevista com a assessora da Secretaria de Mulheres, a meta das 1000 ações parece não ter sido atingida:

Imagina, fazer mil atividades. Porque era a proposta, tirando as 10 regionais era fazer mil atividades quase acabando foi feito muitas, mas eu fico com receio esse fazer foi surtir efeito, entendeu? se tu percebeu nas reuniões poucas sindicatos falaram ó, vamos fazer tal dia fizemos isso já fizemos não, não teve tanta essa e eu fico pouco assim, porque eu não lembro não (Daniela, assessora da Fetaema, entrevista concedida em 2023).

Por serem muitas as camadas de mobilização e muitas as tarefas a serem realizadas, destacava ainda que “a Marcha é isso, é uma infinidade de coisas que a cada passo a cada aproximação com a data, a gente vai tendo outras demandas que precisam ser cumpridas para a gente ir para Marcha em tempo hábil.” (Daniela, assessora da Fetaema, fala em reunião com a regional Baixo Parnaíba, 2023).

Em síntese, as reuniões pós-caravanas com as regionais funcionaram como os espaços de mobilização e organização, coletivizando os desafios e a elaboração de soluções, mas também assumiram um caráter formativo, tanto com os aprendizados que permitem que em cada regional a história da Marcha das Margaridas siga sendo

construída, quanto com os momentos de *análise de conjuntura* e debate de temas que se relacionam à Marcha das Margaridas.

2.4. O uso dos cadernos

Como apresentado no capítulo 1, para direcionar o processo de formação, em todas as edições da Marcha das Margaridas é lançado um conjunto de cadernos de textos de debates sobre os eixos políticos da MM. Contudo, a partir das ações da delegação do Maranhão foi possível perceber que a estrutura ofertada pela CONTAG tem limitações para uma atuação direta nos territórios.

Para que os temas dos cadernos cheguem às Margaridas, a estratégia de caravanas é acionada. Conforme relatado pela Secretária de Mulheres da Fetaema, é costurada a estratégia dos mutirões, que envolve a ida de representantes da Fetaema aos STTRs municipais e de coordenadoras regionais às atividades na federação, é costurada uma articulação a partir do conselho dos sindicatos, com as delegacias sindicais, com o objetivo de que o lema, as pautas e temas contidos nos cadernos alcancem as zonas rurais “Por mais que a gente não consiga ler o caderno todo, mas a gente leva, pra dizer ‘Ó, tá aqui a pauta, tá aqui a construção das Margaridas, aqui nós temos as terras, as políticas públicas, a saúde da mulher”” (Gersina, Secretária de Mulheres da Fetaema, 2022).

Em reunião pós-caravana com a Regional Tocantina, em junho de 2023, a secretária relembrou dessa tarefa firmada e provocou a realização de atividades, cujos formatos sugeridos eram bastante variados, e antecipou que os cadernos de textos enviados pela Contag haviam chegado à sede da Fetaema.

E das nossas ações nas nossas delegacias sindicais, vocês lembram? Quem tá aqui que estava em fevereiro? Então, nós precisamos fazer aquela roda de conversa, o nosso café da tarde, a nossa conversa lá na igreja, o nosso informe lá no nosso culto, levar o cartaz da Margarida lá no campo de futebol, fazer aí quem sabe uma seresta dos Namorados, um campeonato das Margaridas. E dizer “Olha vai ter a Marcha, e nós estamos aqui!” Então assim, nós precisamos divulgar a nossa Marcha das Margaridas nas nossas delegacias sindicais, nas nossas ações que nós tivermos fazendo. Vamos fazer um café na delegacia sindical. Vamos fazer o nosso café com os nossos aposentados para dizer “vai ter a marcha das Margaridas e nós fazemos parte dessa grande ação!”. Então eu quero também ver as fotos da nossa Tocantina lá no nosso grupo da Marcha das Margaridas, as nossas rodas de conversa divulgando a nossa Marcha das Margaridas. Ó, nós já recebemos o caderno de texto e quem tiver vindo no dia 14, 15 de junho já vai levar um kit com os 13 eixos da Marcha das Margaridas (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, reunião com a regional Tocantina, 2023).

O caderno de texto ao qual ela se refere e na sequência chama de *kit*, era o conjunto dos 14 cadernos com os 13 eixos da Marcha das Margaridas de 2023 (ver análise feita no capítulo 1), e as datas dos dias 14 e 15 de junho diziam respeito ao 1º Encontro de Comunidades em Conflitos Agrários e Socioambientais no Maranhão, como anteriormente citado, ocorreu nos dias 12, 13 e 14 de junho e contou com a presença de mais de 400 lideranças de territórios maranhenses, entre elas muitas Margaridas.

Em um primeiro momento, ao tentar analisar os cadernos de texto como a principal matéria formativa para a Marcha, parecia que a única questão possível em termos de formação política seria o alcance e a capilaridade que aquele material teria nos municípios, se ele seria capaz de alcançar todas as Margaridas que participariam da marcha. Contudo, ao longo do percurso da pesquisa, pode-se notar que os cadernos de texto e debates, elaborados para funcionar como objeto de formação política tem um alcance e abrangência limitados. Apesar de funcionarem como uma base fundamental para que os eixos da Marcha sejam apresentados, nas falas das interlocutoras não são o formato mais citado em termos de formação política.

Parecia improvável que, em termos práticos, as mais de 100 mil mulheres participantes da Marcha lessem todas as páginas, todas as seções de todos os cadernos. Mas seria esse o objetivo, alcançar todas as participantes da Marcha? A partir do diálogo com Vilênia Aguiar, que hoje ocupa a Assessoria das Mulheres da CONTAG e se debruça na construção e na edição final destes cadernos, há uma intencionalidade de moldar o material de forma que ele alcance mais mulheres, mas são reconhecidos os limites do material.

Em uma análise crítica sobre essa formulação, Vilênia aponta que apesar de terem sido feitas alterações nas últimas duas edições, o material ainda não alcançou, em termos de linguagem e formato, o seu ideal, “para isso a gente tem que adequar uma linguagem, várias linguagens, é uma tradução na verdade, né?” (Vilênia, assessora de mulheres da CONTAG, 2023). Mesmo para a assessora, essa não é uma questão recente, e um apontamento sobre os cadernos havia sido mapeado na tese da própria Aguiar (2015), que ainda na posição de pesquisadora Marcha, ao dialogar com dirigentes entendeu que

O caderno de textos é mais utilizado em encontros estaduais, encontros regionais ou de polos sindicais. Algumas dirigentes revelaram que, embora ele contenha um material rico e importante, apresenta um vocabulário não muito acessível às trabalhadoras rurais, algumas se referiram à linguagem utilizada como “mais acadêmica”, em contraposição ao panfleto cujo vocabulário é mais acessível e de mais fácil compreensão. Por se tratar de um texto curto, de um linguajar mais simples e direto, e por sua reprodução ser mais viável, do ponto

de vista financeiro, os panfletos são mais utilizados. Com esse material em mãos, as lideranças municipais e/ou comunitárias promovem reuniões em seus sindicatos, suas comunidades ou povoados para apresentarem e discutirem os temas nele abordados. A sua utilização facilita a transmissão de informações básicas sobre a Marcha, levadas pelas lideranças a essas localidades, com o objetivo de chamar as mulheres a se organizarem e dela participar. Aliás, uma motivação importante para a participação das mulheres é obter maior conhecimento sobre esses temas, uma vez que elas se ressentem de falta de informações (AGUIAR, 2015, p.292;293).

Na apresentação feita para as reuniões com as regionais pós-caravanas, a assessora da Fetaema sempre destacava como para ela um dos momentos mais importantes da Marcha se daria com o debate destes cadernos, nos momentos das discussões sobre os temas. Incentivava, ainda, que as regionais mobilizassem as mulheres de seus territórios, de forma a entrelaçar o que aqui leio como de atividades de formação, que tratam da história da Marcha, com as de arrecadação de verbas e com as de mobilização.

Esse processo pós-caravana versa sobre como vocês sindicatos na base vão comunicar através dos cadernos de texto, através de seminários, através de palestras, através de discussões [...] eu considero um dos mais importantes para a gente de mobilização, porque ele é um processo que a gente consegue compreender a importância da marcha e compreendendo a gente tem mais ânimo para lutar por ela. [...] aqueles sindicatos que estão com 50 rifas ainda para finalizar a venda, aproveite essas atividades e faça um mutirão de vendas lá com as Margaridas, com os cravos das associações, das comunidades, daquelas pessoas que nem sempre conseguem enxergar o sindicato, né que é mais difícil acesso. (Daniela, Assessora de Mulheres da Fetaema, reunião com a regional Baixo Parnaíba, 2023)

Contudo, apesar da Secretaria de Mulheres citar os cadernos como elemento central no processo formativo, ao questionar sobre a formação política no processo de preparação da Marcha das Margaridas essa fala não se repetiu em outras entrevistas, de modo que as entrevistadas costumavam acionar outras esferas que diziam respeito a um processo educativo que as envolvia na construção da MM e que de alguma maneira faziam os temas alcançarem as Margaridas.

Logo, entende-se que para que todas as Margaridas tenham acesso à leitura de todos os cadernos e/ou a seus temas, há ajustes a serem realizados seja na quantidade de cadernos lançados a cada edição, na tiragem e distribuição que mostram uma barreira prática e financeira ou ainda pela quantidade de páginas do material e linguagem utilizados. Por isso, é necessário entender a formação para além dos cadernos, tendo em vista que estes ainda não circulam nas mãos de todas as mulheres e todos os homens que compõem uma delegação.

Além desses desafios apontados, também não há uma metodologia específica para a aplicação e o trabalho com este material, o que apareceu enquanto preocupação da própria assessora que disse ter *receio* se o processo de leitura e debate dos cadernos estava sendo feito *do jeito que era para ser*. Na visão que apresentou, o processo de formação política depende do *empoderamento*³⁰ *de quem vai aplicar esse debate*.

O que eu tenho percebido é que tem algumas secretárias muito perdidas assim, e que talvez, não é que vai dificultar o processo, mas pode ser deixado de ser falado muita coisa para aquela mulher que está indo para Brasília, né? Porque não tem esse processo ainda que eu acredito que seja uma falha nossa [Fetaema], talvez, de estar acompanhando mais perto, mas pelas demandas também que a gente tem. (Daniela, Assessora de Mulheres da Fetaema, entrevista em 2023)

Se o processo formativo for lido enquanto *educação não-formal*, nos termos de Gohn (2006), esta *lacuna* é mapeada naquilo que falta à educação não-formal, como “sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano; Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado”. Ou seja, o processo educativo contido na Marcha das Margaridas não é pautado por uma “metodologia” que permita retornos e acompanhamentos rigorosos.

Vale destacar que também não há nos cadernos a indicação de quem seria esse sujeito educador, ou seja, quem deveria ser responsável por apresentar o material às demais mulheres. Mas, nesta fala fica direcionado que esse seria um papel das secretárias e coordenadoras dos sindicatos. E por isso, vale trazer um outro destaque: nas falas de secretárias e coordenadoras de sindicatos que participaram das reuniões pós-caravanas pude perceber que, anterior à preocupação com a leitura dos cadernos, está a preocupação com os recursos financeiros para que se garantisse a participação da delegação na MM.

Nas regionais em que havia uma maior organização, ou seja, um maior número de Margaridas já garantidas pelo levantamento financeiro realizado para os ônibus, outros temas ganhavam espaço nas reuniões, ao passo que naquelas regionais onde ainda havia muita incerteza em relação ao número de ônibus e à quantidade de margaridas, as falas eram mais organizativas. Deste modo, o concreto que é ir a Brasília passa à frente do

³⁰ Os sentidos pelos quais as interlocutoras empregam a palavra “empoderamento” são mais bem trabalhados na seção “3.2 A formação política e o processo de empoderamento na formação de sujeitos”. Aqui é possível adiantar que o *empoderamento* foi empregado como um sinônimo de formação política.

processo de formação política pelos cadernos, idealizado para ser feito antes da ida das delegações à Brasília.

Ao mesmo tempo, nas reuniões com as regionais, as dirigentes compartilharam sobre estratégias com festas e outras atividades relacionadas à arrecadação de fundos para a Marcha, que extrapolam o limite dos sindicatos, e que aqui também leio como atividades formativas, ainda que não sejam para um debruçar sobre os cadernos de texto. A limitação em alcance e capilaridade dos cadernos não significa que não ocorra a formação política, mas sim que a formação política se dá de forma processual e permeia todas as etapas de preparação de uma delegação para a Marcha das Margaridas, indo além dos materiais produzidos para a MM.

As ações das regionais no período pós-caravanas não são organizadas pela Fetaema, o que faz com que as regionais e os sindicatos tenham maior autonomia para realizar suas atividades neste período. Contudo, é preciso destacar que este é o momento mais curto, em termos de tempo hábil, para retomar discussões e promover debates, sendo ainda atravessado por um calendário festivo, dos festejos do São João, que conta com feriados estaduais no Maranhão.

Ou seja, as ações com os cadernos são estimuladas em um momento em que as coordenações regionais estão buscando garantir as questões organizacionais. Foi interessante uma das falas da assessora da Secretaria de Mulheres da Fetaema, que entendendo as limitações impostas pelas conjunturas, reflete sobre o *tempo da base* ser diferente do tempo das mulheres no dia a dia da federação, e que não se pode “sufocar a base porque eles têm todo um processo diferente de como funciona. O *tempo* é outro *tempo* que eles têm lá no campo, né? O tempo deles não é o mesmo nosso, que é o acelerado da cidade que precisa, precisa, precisa” (Daniela, assessora de mulheres da Fetaema, 2023).

Logo, os cadernos são importantes instrumentos formativos, mas não são os únicos. O que há, na verdade, são fluxos distintos de formação, o que quer dizer que as Margaridas, a partir do espaço político que ocupam, do território que residem e do cargo que desempenham, viverão os processos da Marcha em intensidades distintas.

Os acontecimentos do tempo da Marcha não são vividos por todas as mulheres com a mesma intensidade. Durante esse “tempo”, laços e relações e vínculos são criados e/ou fortalecidos ou rompidos. Diferentes articulações e trocas entre as mulheres e entre diferentes atores sociais são estabelecidas, resultando numa multiplicidade de práticas e ações. Em todas as esferas de organização da Marcha, as mulheres conquistam e mapeiam novos espaços, e lugares. Em

âmbito nacional e estadual, é fundamental que articulações sejam construídas no interior do próprio movimento sindical, envolvendo as secretarias e as coordenações dos sindicatos, as federações e a própria confederação (AGUIAR, 2015, p.279).

Por exemplo, há um fluxo formativo, provocado pela Contag, no qual se localiza o grupo de mulheres da estrutura da Fetaema e sindicatos que participaram do Curso Nacional de Formação para Mulheres, que como citado anteriormente, aconteceu no ano que antecedeu a Marcha. Para que mulheres da diretoria da Fetaema à base sejam alcançadas por essas discussões, é necessário que as mulheres formadas nesse curso sejam multiplicadoras dos acúmulos adquiridos nos espaços políticos de seus territórios, mantendo o fluxo formativo vivo entre a sua delegação.

Em entrevista realizada após a 7ª Marcha das Margaridas, em 2023, e refletindo sobre os processos de construção dessa edição, Vilênia Aguiar reafirmou a ideia de multiplicadoras, referindo-se ao Curso Nacional de Formação.

A gente começou a primeira reunião com a Comissão de Mulheres em agosto de 2021, né? A gente já pensando em todo o ano que antecede a Marcha, faz um curso político para as mulheres dirigentes sindicais, um curso de formação política, muito na perspectiva feminista. Para dialogar tudo isso que a Marcha, o processo da Marcha, a organização das mulheres, que é o movimento sindical discutir essas pautas que são os grandes temas dos cadernos da Marcha. Como é que se chega então às mulheres? Tem nessa formação a ideia de que as dirigentes sejam multiplicadoras. (Vilênia, Assessora de Mulheres da CONTAG, 2023).

Também foi possível perceber, ao conversar com diferentes Margaridas, que há um processo formativo distinto para cada mulher na estrutura da Marcha das Margaridas, e mais, ao comparar as conversas com mulheres que integram a estrutura da Fetaema com os diálogos estabelecidos com mulheres de uma organização parceira na delegação do Maranhão ficou evidente que há processos distintos, também nessas esferas.

A Fetaema é a principal organizadora da delegação maranhense para a Marcha das Margaridas, o que quer dizer que por mais que haja um conjunto de organizações parceiras no estado, é a federação quem organiza, inclusive, reuniões com as demais participantes para alinhar a ida à Brasília. Por isso, no percorrer da pesquisa foi feita uma aproximação com as mulheres que constituem a federação, o que foi fundamental, mas também houve o diálogo com Margaridas de um movimento sindical de servidoras públicas, parceiras na Marcha, como relatado a seguir.

Quando cheguei a São Luís em 2023, vi *on-line* a divulgação de um “Brechó das Margaridas” que estava sendo promovido na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão (SINDSEP-MA), realizado por mulheres daquele sindicato, com o objetivo de arrecadar fundos para participarem da MM em Brasília.



Figura 9: Registro do Brechó das Margaridas promovido pelo SINDSEP-MA. Fotografia da autora, 2023.

Ao chegar, lá havia um grupo de diretoras que aceitou conversar comigo de forma coletiva. Conversamos sobre o que as motivou a buscar a participação na Marcha e houve um consenso de que elas estavam indo *lutar pelos direitos das mulheres*, em uma *união* de mulheres do campo e da cidade, especialmente em defesa da vida das mulheres, *contra os feminicídios*.

Na ocasião da visita ao brechó do SINDSEP, pude ainda dialogar com a Secretária de Formação Sindical, que havia recebido a minha pergunta sobre uma formação anterior aos dias em Brasília como uma novidade. Quando perguntei se já havia ocorrido algum processo de formação sobre a Marcha das Margaridas, uma das mulheres presentes não soube responder e redirecionou a pergunta à outra colega, que logo afirmou *nunca se deu*, e que *essa parte competia à Fetaema*, e ainda comentou que iria se informar se havia algo a ser feito nesse sentido.

Contudo, após alguns instantes de reflexão, complementou que as mulheres do SINDSEP já haviam participado de três reuniões em 2023, de caráter organizativo junto às demais organizações parceiras da Marcha, duas ocorridas na CUT-MA e uma na CESIR - Fetaema. Essas reuniões contaram com a presença de parlamentares e prefeitas que apoiam a Marcha das Margaridas e com o que chamaram de *testemunhos*, que podem ser entendidos como relato da experiência que tiveram indo em marchas anteriores. Ou seja, ainda que espaços para trocas e debates tenham sido ofertados pela Fetaema, não foram identificados pelas mulheres do SINDSEP enquanto momentos de formação, por sido direcionados para a organização do que representa ir à Marcha.

O SINDSEP-MA é uma organização parceira da Marcha em âmbito estadual, e nestes encontros havia representantes de movimentos que são parceiros tanto regional quanto nacionalmente.

Quadro 3: Parceiras da FETAEMA para a Marcha das Margaridas 2023

| Entidades Parceiras Nacionais | Parceiras Estaduais |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Central do Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); - Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); - Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) - Marcha Mundial das Mulheres (MMM) | <ul style="list-style-type: none"> - Coletivo Nós; - SINTSPREV/MA-CUT; - SINDCOMÉRCIO; - Mulheres Unidas Cidade Nova; - SETRAM/CUT-MA; - SINDOMESTICA-MA; - TIJUPÁ; - GT MULHERES RAMA; - SINDSEP; - Agência Tambor; - Coletivo de Mulheres Rosa Vermelha; - Secretaria Municipal do PT, - Conselho Estadual do Maranhão; - SINSEP; - UNEGRO, - SINPROESSEMA; - Grupo de Mulheres Mãe Andressa; - Coordenadoria Municipal de São Luís - SINJUSP. |

Fonte: Fetaema. Elaboração autora

Insistindo no tema da formação política, perguntei novamente sobre os ganhos que elas teriam em ir para a Marcha, no sentido dos debates que a Marcha provoca. E, de modo geral, elas responderam que sabiam que nos dias de Marcha participariam de oficinas e havia uma expectativa quanto a esses momentos, *“lá a gente sabe que vão ter esses debates, né?”*, *“Lá na Marcha é muito bom porque tem vários momentos de palestras, né? E aí a pessoa vai para aquela palestra que ele que interessa mais”*, foram falas que apareceram na conversa.

Sobre os cadernos de textos que contém as apresentações dos eixos da Marcha, afirmaram não ter conhecimento. Ou seja, no momento anterior à ida para Brasília, o foco e as ações que elas organizavam giravam em torno da arrecadação de recursos e da divulgação de ações que garantiriam a participação deste grupo na MM. Isso não significa um afastamento sobre a história da Marcha. Ao dialogarmos sobre os motivos que as

levam a participar, houve falas sobre a importância da luta das Margaridas e da *história de Margarida Alves*.

Além disso, por estarem organizadas em um sindicato que possui em sua estrutura uma secretaria voltada para a formação, as mulheres participam de ações formativas voltadas para a classe trabalhadora que acabam por levantar pautas em comum com as da Marcha das Margaridas. Mas há uma diferença no aprofundamento das discussões sobre as ruralidades e suas temáticas, se comparadas às mulheres que integram a estrutura dos sindicatos associados à Fetaema.

Até aqui foi possível identificar um processo formativo e levantar pistas para essa investigação, mas ainda há questões a serem trabalhadas, tais como: quem é o sujeito pedagógico neste processo? Quais são os processos formativos contidos no *fazer a marcha*? De que forma os fluxos de formação se dão? No primeiro capítulo apresentei cursos da Contag e a estrutura ofertada pela confederação referente ao processo formativo da Marcha das Margaridas, mas pode o processo formativo ser entendido apenas nos termos do que oferta a Contag? Compreendendo o período *entre-marchas* nas federações e sindicatos, aponto que não. Apesar de a estrutura da Contag ser um ponto fundamental e uma base, a Marcha parece formar cada Margarida no processo, no fazer a marcha. Essas questões serão trabalhadas a seguir.

2.5. A Marcha das Margaridas como um sujeito pedagógico

Essa seção busca fazer a defesa de que é válido realizar a leitura da Marcha das Margaridas enquanto um sujeito pedagógico, como apresentado no título deste trabalho. Algo que chamou atenção ao longo das entrevistas é que muitas Margaridas relataram sentir-se parte de processos de aprendizado, com algumas falas que relataram considerar a MM como uma escola, de forma que ficou evidente o reconhecimento do papel formativo desempenhado pela Marcha, contudo, nenhuma delas apresentou-se enquanto *educadora*, *educanda* ou mesmo fez o uso de termos correlatos.

Neste ponto, pode-se estabelecer um paralelo com a leitura de Caldart em “Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola” (CALDART, 2000), no que a autora reflete sobre o processo de formação dos sem-terra como uma experiência de formação humana, entre teoria e prática, e para isso defende o MST como um sujeito pedagógico (p.199, 2000). No título-síntese “O movimento social como sujeito pedagógico” já há uma potente referência para discussão e para o debate sobre a formação

política na Marcha das Margaridas, que apesar de não se constituir como um movimento social tal qual o MST, acaba por ser, também, um sujeito pedagógico.

O que constitui, então, este sujeito educativo? Em primeiro lugar, é preciso entender a formação política da Marcha das Margaridas como um processo que se dá na ação. Logo é um fazer que se faz pela soma dos cadernos de texto, das rodas de conversa, dos cursos da ENFOC voltados para as Margaridas, dos cadernos de pautas, das reuniões que ocorrem em vários âmbitos, das oficinas, das atividades que compõem a programação dos dias da Marcha em Brasília, de forma que tudo isso faz parte do *fazer pedagógico* da Marcha das Margaridas.

Ao realizar a leitura da Marcha das Margaridas enquanto um sujeito pedagógico, proponho que as Margaridas sejam reconhecidas como sujeitos que constroem este fazer *político-pedagógico* que se dá no/em movimento. Ou seja, se segundo Gohn em processos de educação não-formal “o grande educador é o outro, aquele com quem interagimos ou nos integramos” (2006, p.29), as educadoras e educandas são as Margaridas em diálogo.

Por isso, o sujeito educativo da Marcha se realiza nos mutirões e caravanas, nas oficinas, formações, encontros e rodas de conversas, oficina de formulação dos cadernos de pauta, na construção dos cadernos de textos, nas ações de divulgação, nas pesquisas feitas sobre a Marcha das Margaridas, pois se “o trabalho é educativo, então é possível pensar que o sujeito educativo, ou a figura do educador, não precisa ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar na escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas” (CALDART, 2000, p.202). Não há uma pessoa em específico, ou uma função que denomine quem são as educadoras da Marcha: todas as pessoas que se aliam na Marcha podem ser vistas como educadoras e educandas neste processo.³¹

Essa visão aparece de forma aproximada à fala de Patrícia, coordenadora da Regional Mearim, e a mais jovem coordenadora entre as regionais. Patrícia, cuja trajetória política construiu-se no movimento sindical, relatou sentir-se formada por esse movimento e suas expectativas em relação à Marcha das Margaridas.

³¹ Aqui vale uma ressalva: a ENFOC, Escola de Formação Nacional da CONTAG promove cursos de formação para educadoras populares. Contudo, é preciso destacar que não é suficiente realizar uma leitura estritamente contaguiana sobre a Marcha das Margaridas, pois como anteriormente apresentado, a Marcha é uma ação estratégica que é composta pela soma de movimentos sociais, organizações de mulheres, cooperativas e, principalmente, do movimento sindical de trabalhadoras rurais. Logo, se reconhece a base contaguiana fundamental para a realização da Marcha, mas também que há mais influências nesse fazer.

A Marcha vai resgatar um pouco de tudo que a gente se transforma quando entra dentro do movimento sindical, que é uma escola. E a Marcha vai mostrar para mim o tamanho que é a união. A gente como militante, se a gente soubesse o tamanho da nossa força, eu acho que as coisas seriam bem mais fáceis, as políticas públicas chegariam até nós e a marcha ela vai servir para isso, pra gente ver a grandeza. Além da ENFOC, essa questão de você tá com outras pessoas já tem essa troca de saberes, então a escola eu falo nesse sentido de trocar saberes e experiências. Não é aquela educação bancária, né? É na troca de saberes.” (Patrícia, Coordenadora da Regional Mearim, entrevista concedida em 2023).

Mesmo mulheres que têm a ENFOC como referência, como Patrícia, entendem que a Marcha e a formação do movimento sindical vão além da Escola. Além disso, nos dois enunciados “a Marcha vai resgatar” e “a Marcha vai mostrar para mim”, a Marcha assume o papel de sujeito, de modo que a interlocutora ao mesmo tempo em que constrói a MM, enxerga a ação estratégica e estar em Brasília como algo que é externo a ela própria e que vai atuar sobre ela. Esse olhar para a Marcha que a coloca quase como um *sujeito vivo*, na perspectiva desta pesquisa pode ser traduzido como um olhar a Marcha enquanto *sujeito pedagógico*, que apresenta, ensina, resgata.

Ou seja, por mais que existam processos de educação formal no campo e que a CONTAG em si tenha desenvolvido uma escola própria de formação, o que a Marcha produz em termos de demandas e materiais formativos extrapola essas dimensões. Por ser costurada em uma “coalização” de movimentos sociais e organizações, também a produção pedagógica da Marcha está aberta para mais trocas de saberes, de modo que a pedagogia da Marcha se vale do acúmulo que as Margaridas conseguem partilhar entre si. Ela se vale do que as Margaridas, dirigentes, associadas aos sindicatos, organizadas em movimento já trazem, mas vai além. O que também representa algumas novidades para a reflexão pedagógica.

É possível realizar uma leitura freiriana sobre o processo de formação da Marcha das Margaridas, tendo em vista que, entre quem forma e quem é formado não há uma delimitação fixa. Paulo Freire, ao refletir sobre a participação da comunidade na vida escolar, apresenta uma importante síntese sobre elementos que compõem a prática educativa, sendo estes:

[...] presença de sujeitos - O sujeito que, ensinando, aprende e o sujeito que, aprendendo, ensina; [...] objetos de conhecimento a ser ensinados pelo educador e a ser apreendidos pelos educandos para que possam aprendê-los; [...] Objetivos mediatos e imediatos a que se destina ou se orienta a prática educativa; [...] Métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos, que

devem estar em coerência com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está impregnado. (FREIRE, 2001, p.35)

Enxergar o movimento sindical como uma escola e a Marcha dentro desse processo permite estabelecer um diálogo com Comerford (2003) que, em pesquisas sobre o movimento sindical, também encontrou nas falas de seus interlocutores esse paralelo, tendo sido “recorrente a comparação, por dirigentes, funcionários e militantes sindicais, do sindicato ou movimento sindical com uma escola [...] uma oportunidade para apropriar-se de diversos tipos de conhecimento, algo que mudou a sua perspectiva de vida” (p. 309).

Outra referência essencial para a discussão está contida em Arroyo (2003), que enxergou nos movimentos sociais potencialidades formativas não apenas para as pessoas que os constroem, mas também investigou de que forma podem representar “uma matriz educativa em nossas sociedades, que dimensões eles formam e que aspectos eles trazem para a teoria pedagógica e para o fazer educativo tanto nas propostas de educação formal quanto informal.” (p.30) Em sua visão, os movimentos sociais

[...] revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar. Há bases teóricas profundas, inspiradas nas concepções da teoria pedagógica mais sólida, nesses vínculos que os movimentos sociais do campo defendem entre direito à educação, à cultura, à identidade e ao território. Dimensões esquecidas e que os movimentos sociais recuperam, enriquecendo, assim, a teoria pedagógica; abrindo novos horizontes às políticas de formação de educadores. Formação colada ao território, à terra, à cultura e tradição do campo (ARROYO, 2007, p.163).

Esta visão da formação aparece de forma explícita ao olharmos para os cadernos de texto da Marcha das Margaridas. O direito à educação é pautado de forma que é explicitado que tal educação deve ser não-sexista e antirracista, vinculada não apenas a um território geograficamente demarcado, mas aos *corpos-territórios* das mulheres.

Mas qual seria então a matriz pedagógica da Marcha das Margaridas? Caldart (2000) define, como a *matriz pedagógica do MST*, “uma *coletividade em movimento*, que produz uma referência de sentido a cada ação, estrutura ou sujeito que constituem o seu cotidiano” (p.207, grifo da autora). Se essa é a matriz pedagógica presente nas vivências educativas, do MST, creio que no caso da Marcha essa matriz seja também seja construída por uma coletividade em movimento, com o destaque de que essa coletividade tem as Margaridas como as protagonistas que produzem sentidos e ações em prol da construção

do projeto de sociedade que defende a Marcha das Margaridas. Desta forma, a matriz pedagógica da Marcha está enraizada no conjunto de trabalhadoras rurais, quilombolas, ribeirinhas e indígenas que a compõem, produzindo significados em seu fazer a luta no cotidiano.

Parafrazeando mais uma vez Caldart (p.207), nos sentidos de formação política, *a Terra é mais do que a terra, a produção das mulheres é mais do que somente produção material; porque a Marcha é mais do que marchar.*³² Para exemplificar com um sujeito político que compõe a MM isso quer dizer que ser uma quebradeira de coco vai além do que ter uma profissão, significa ter uma forma de vida que envolve a defesa da terra e dos babaçuais³³, relações familiares e afetivas, proteção ambiental e um projeto de sociedade. Esses são fatores reconhecidos e destacados nos cadernos de texto da Marcha, no que diz respeito aos babaçuais e às terras de uso comum.

As terras de uso comum como as de fecho e fundo de pasto, a dos cocais (babaçuais), seringais, castanhais entre outras mostram a história das comunidades em seus territórios. O babaçu e os territórios de babaçuais são reafirmados permanentemente pelas quebradeiras de coco como um bem comum. Ele organiza socialmente a vida e o cotidiano dessas mulheres. A luta pelo babaçu livre é também uma luta por território. (CONTAG/Caderno 9, 2023, p.9)

Em síntese, essa formação que leva em conta os múltiplos sentidos da terra, da produção e considera as condições que envolvem a vida das mulheres *em movimento, em marcha*, também como processos educativos assemelha-se ao processo educativo do MST analisado por Caldart. No entanto, há algo não citado nos cadernos de texto, que gira em torno da compreensão da dimensão educativa.

[...] compreender a dimensão educativa da dinâmica mesma, e de seus próprios processos de condicionamento, que agora já sabemos são contraditórios, multidimensionados e, sobretudo, vivos (em processo, em movimento), exatamente porque neles também estão as pessoas que afinal, não deixam de atuar em algum momento como sujeitos. *As circunstâncias fazem o ser humano na mesma medida em que este faz as circunstâncias*, nos disse Marx. E esse processo de fazer-se humano nas circunstâncias, fazendo-as mais humanas, é educativo, nos dizem pedagogos e pedagogas nele inspirados (CALDART, 2000, p.201).

³² Texto original: “Terra é mais do que terra; escola é mais do que escola; talvez porque o Movimento seja mesmo Movimento” (CALDART, 2000, p.207).

³³ A Marcha das Margaridas foi importante na mobilização para a conquista dos babaçuais livres.

Apenas ao se tratar dos eixos da Marcha das Margaridas já é possível entender como em cada edição a defesa dos direitos para as Margaridas e o projeto de sociedade que leva em conta as suas identidades e territórios são pautados. Para isso, são pensados momentos de troca e são acolhidas reivindicações das federações de todos os estados brasileiros e são pensados materiais, oficinas, painéis e debates. Desta forma o movimento que a Marcha faz referência às dinâmicas das organizações sociais do campo, ao mesmo tempo em que as impulsiona.

Deste modo, a Marcha enxerga cada mulher dentro de sua coletividade e enxerga que a luta se dá também na conjunção dessas coletividades. A intenção em apresentar uma pauta nacional tanto ao governo quanto nos cadernos de debates é fazer com que cada margarida aprenda, reivindique e defenda a luta da outra, se enxergando como parte de um mesmo projeto de mundo, de sociedade.

CAPÍTULO III

FAZENDO A MARCHA

Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar/Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar/Margaridas num só passo para o mundo transformar/Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar/Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar/Mulheres juntas de mãos dadas num bonito cultivar/Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar.

Música “Toda vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar, de Siba Veloso e adaptação de Lyvian Sena.

3.1. O fazer da Marcha e a formação na ação

As reflexões sobre a Marcha enquanto sujeito pedagógico indicaram que as trocas entre as Margaridas não ocorrem apenas em atividades de formação, mas no que, utilizando da construção de Comerford em “Fazendo a luta” (1999), podemos considerar o *fazer a Marcha*. Isso porque, assim como o autor elenca as diversas formas do “fazer a luta”, *lutando, reunindo, brincando, discursando e ocupando*, na construção da MM há, também, diversas formas do *fazer a Marcha*, e mais, do *fazer a formação política na Marcha das Margaridas*.

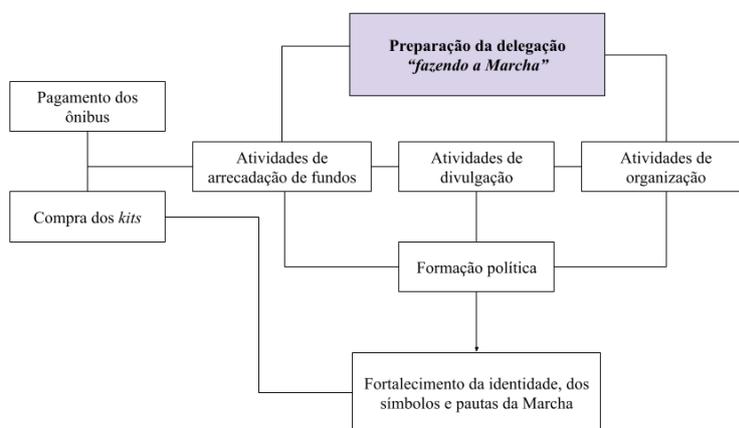
Ao longo do processo de entrevistas e reuniões pôde-se verificar que é no fazer a Marcha que reside o principal motor de formação humana. Isso significa que, para além dos debates dos cadernos, cada ação em prol da organização, mobilização e articulação política, acaba por formar as Margaridas que as desempenham e que a preparação de uma atividade, seja ela de divulgação, de arrecadação de fundos ou de formação política, pode também servir para outra finalidade.

Tomemos como exemplo a venda de uma rifa, cujo objetivo principal é levantar fundos para a ida de uma delegação de mulheres à Brasília: tudo que envolve esta rifa, desde um design gráfico do talão que carregue elementos da identidade visual da MM, até falar sobre a Marcha das Margaridas momento da venda se constitui como elemento de divulgação da ação na comunidade, como aparece na seguinte fala: “outra coisa também que ajuda a divulgar é a questão da rifa estadual, porque você tá vendendo a rifa, você tá dizendo porque que ela é, e de certa forma, tá divulgando né?” (Maria Anecy, Coordenadora Regional do Baixo Parnaíba, 2023)”. Ou seja, no processo de venda de um

bilhete do talão é preciso dizer qual o objetivo da rifa e minimamente explicar no que consiste a Marcha das Margaridas.

No *fazer a marcha*, uma atividade cujo principal objetivo é a formação política também pode se tornar um momento de encontros que ampliará a divulgação da Marcha e pode ser um meio de arrecadação. A partir do acompanhamento do processo organizativo da delegação do Maranhão e com as entrevistas, busquei sintetizar no organograma abaixo esta dinâmica.

Organograma 1: Atividades de preparação da delegação para a Marcha



Fonte: Elaboração própria

As atividades foram colocadas lado a lado e para mostrar que há uma conexão das atividades cujo objetivo principal varia entre *arrecadação de fundos, divulgação e organização*, e que as três em conjunção fazem a *formação política*. Considero como atividades de arrecadação de fundos as que possibilitam o pagamento dos ônibus e a compra dos elementos que compõem os kits, (blusas e mochilas). Entre elas há a rifa da FETAEMA, anteriormente citada enquanto uma estratégia estadual, mas há também ações locais como a realização de festas, serestas, bingos e outras formas de confraternização que buscam levantar a verba necessária para a participação na Marcha.



Figura 10: Kits das Margaridas.

Fonte: Divulgação da Secretaria de Mulheres via Whatsapp.

Como atividades que objetivam em primeiro plano realizar a divulgação da Marcha, destaco: o lançamento da Marcha nos sindicatos, as publicações em redes sociais e as panfletagens sobre a Marcha nos municípios. Já como as atividades de organização, destaco os ciclos de reuniões feitas com as regionais e as realizadas com as organizações parceiras.

Contudo, como destacado anteriormente, neste processo foi possível perceber que uma atividade, apesar de apresentar um objetivo principal, acaba mobilizando mais eixos. Por exemplo, pode acontecer uma ação de divulgação em panfletagem, mas que também tenha o objetivo de arrecadar fundos com os comerciantes da região, ou mesmo atividades de lançamento da Marcha nos sindicatos, que ao mesmo tempo que divulgam a Marcha para as bases e acendem a fagulha para o processo organizativo.

As Caravanas Regionais são outro exemplo para leitura neste organograma, deste fazer político que produz um processo formativo multifacetado. Nos momentos em que questionei sobre atividades de formação, as dirigentes logo respondiam sobre as caravanas. Mobilizar as caravanas nos municípios é mexer com toda uma rede de articulação política e incentivar ações de formação, divulgação e arrecadação.

Chamou atenção em uma das entrevistas o relato da produção de um material próprio por sindicatos na Regional do Baixo Parnaíba. Mesmo que ainda não houvesse acontecido a distribuição dos cadernos de estudos nas comunidades, houve sindicatos que, por conta própria, prepararam um material de divulgação contando a história da Marcha das Margaridas. A coordenadora da regional relatou que o fizeram pensando não apenas nos sindicalizados, mas para toda cidade, em busca de patrocínios.

A gente teve a questão das caravanas que você já sabe, né? Que foi, mas foi regional e a nível de município, geralmente as Secretarias de Mulheres participam de sessões na Câmara levando a temática da Marcha, a pauta. Teve um sindicato que tá trabalhando a sua divulgação, fez um pequeno resumo da história da Marcha e tá divulgando na cidade e buscando patrocínio (Maria Anecy, Coordenadora Regional do Baixo Parnaíba, 2023).

Nas caravanas, ao mesmo tempo em que as bandeiras e símbolos eram sempre presentes, provocando uma formação pela identificação com esses elementos, o apresentar o projeto da Marcha para pessoas e organizações externas ao MSTTR, produz uma formação política mais ampla e divulga a Marcha de forma qualitativa, funcionando enquanto atividade de divulgação, no que mobilizam políticos e organizações locais, sindicatos de distintas comunidades e organizam as bases. Mas também ao criarem espaço

para debates sobre a Marcha das Margaridas provocavam a arrecadação de fundos e apoio com parceiros.

Em termos de divulgação, por vezes as ações das Margaridas repercutem na mídia, como na reportagem feita pelo telejornal local “Bom dia Mirante” sobre a caravana da Regional Pindaré, que destacou a presença de representantes de 17 municípios no encontro ocorrido em Pindaré-Mirim (MIRANTE, 2023). Para além de ter sido uma divulgação da ação Marcha das Margaridas à nível estadual, a matéria trouxe uma fala em que a Secretária de Mulheres destacou dois elementos da pauta: o combate à violência contra as mulheres e o aumento dos conflitos agrários do Maranhão. Outro elemento que vale destacar é que nas imagens do encontro é possível visualizar um quórum relevante, um varal composto por camisas de diferentes edições da Marcha das Margaridas e uma bandeira do Coletivo Regional de Mulheres Pindaré - FETAEMA.

Retornando para o *fazer a marcha*, as atividades pós-caravanas *on-line* seguiram a mesma proposta: do final de maio a junho de 2023, aconteceram reuniões pós-caravanas com as regionais. Na imagem abaixo de um dos *slides* utilizados na apresentação feita pela Fetaema, são elencadas sugestões e indicações de atividades a serem realizadas pelas regionais e bases sindicais.

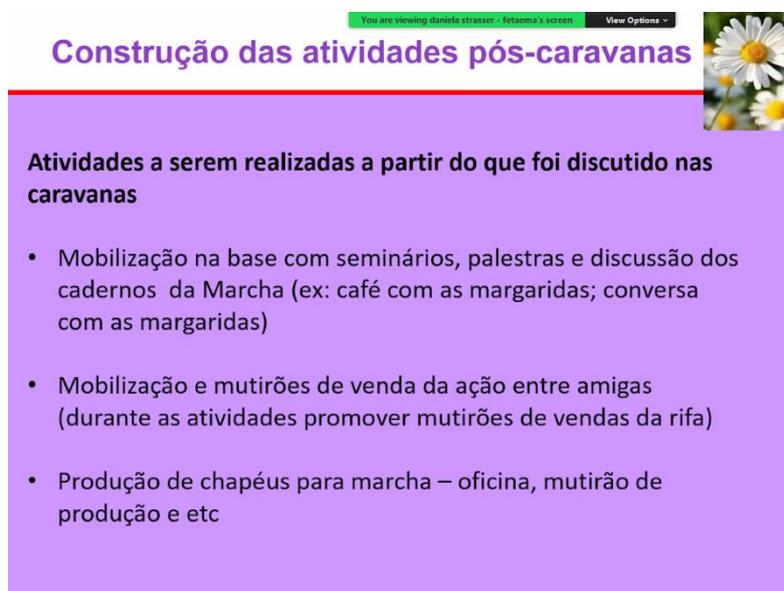


Figura 11: Construção das atividades pós caravanas
Fonte: *Slide* apresentado pela FETAEMA, jun. 2023.

Cada tópico demonstra que as ações são multifacetadas e que uma atividade, como um “Café com as Margaridas”, que possui um caráter formativo político, também pode ser utilizada para promover um mutirão de vendas de rifas, impulsionando a arrecadação de fundos. Esse processo também ficou evidente na sugestão de realizar uma

oficina/mutirão de produção para customizar os chapéus da Marcha. Os chapéus, utilizados como um símbolo marcante da identidade visual da Marcha, também são reconhecidos pelas Margaridas como tal, conforme evidencia a fala a seguir:

Nós vamos usar todo mundo o chapéu, vamos esquecer o boné, o homem que usa boné fica feio em Marcha das Margaridas, ele fica lindo é com o chapéu das Margaridas! Então confeccionem o chapéu de vocês lindo, mais lindo, mais lindo, entendeu? Arrasem no chapéu de vocês façam a oficina para confeccionar aqueles chapéus mais lindos que vocês puderem demonstrar o amor de vocês, na Marcha das Margaridas! (Nilvane Santos, coordenadora regional da Baixada Maranhense, reunião com a Regional Tocantina, 2023).

Nesta fala, pode-se ler que há uma provocação amistosa direcionada aos Cravos, como são chamados os homens que participam da Marcha, para que possam aderir ao símbolo do chapéu, que muitas vezes é decorado com fitas lilás e roxa, com flores, elementos da Marcha costumeiramente associados à feminilidade. Contudo, para além de um símbolo chave e apesar de nos slides aparecerem como uma sugestão apartada da “ação entre amigas” e da “mobilização na base”, como se fossem atividades separadas, a coordenadora da Regional Baixo Parnaíba, Francisca das Chagas Santos da Silva, fez a sugestão para que esse elemento como um chamariz para as rodas formativas, destacando a importância do trabalho político de formação com a base.

Eu sempre digo, ir para Marcha é importante, mas se a gente não tiver um trabalho político na base, isso se vai com o vento. Qual é o respaldo que fica no nosso município se nós não *faz* uma conversa com as nossas mulheres? Se nós não vamos dialogar com elas com o material que nós temos da marcha? Ler o material que está vindo, ter uma reunião de debate. Na hora da gente enfeitar esses chapéus, trazer essas mulheres para roda. Compra todos os chapéus, vamos enfeitar juntas! Isso desperta a curiosidade e durante aquele arrumar você já tá conversando sobre a Marcha (Francisca das Chagas, Regional Baixo Parnaíba, 2023).

Outro eixo mobilizador, que também mobiliza é a solidariedade e a união entre as Margaridas. Para além do levantamento de recursos para o pagamento de ônibus e camisetas, os dias de viagem também geram custos, pois é preciso alimentar-se na estrada. A fala a seguir, da Coordenadora Patrícia diz respeito às redes de solidariedade criadas nesse contexto de preparação para a viagem “a gente tem uma responsabilidade muito grande, [...] com o desafio de levar 13 ônibus lotados de mulheres. A gente tá muito empolgada, o povo já guardando as galinhas, guardando os porcos para fazer os fritos, é um movimento de união” (Patrícia, Coordenadora da Regional Mearim, entrevista concedida em 2023).

O frito maranhense é um combinado de farinha d'água com alguma carne, que pode ser carne seca frita, frango ou carne de porco e a tradicional farinha de mandioca amarela. Em São Luís, nos festejos juninos que varam a madrugada, os brincantes costumam levar seus fritos para aguentar as horas de festa, em sacos ou potes. No caso das mulheres que vão à Marcha, é uma estratégia para economizar, um modo de baratear a viagem e, pelo menos na ida, não gastar tanto dinheiro nas paradas. Mas para além disso também são fortalecidos os laços das Margaridas que viajam juntas e que partilham a comida.

A Secretária Geral da FETAEMA também falou sobre esse processo “A gente quase não gasta com comida daqui pra lá, todo mundo leva sua farofa, o camarão, a gente leva farinha, o bolo... as mulheres querem levar suas coisinhas e chega lá a gente divide” (Rosmari, entrevista concedida em 2023).

Foi comum também encontrar nas respostas das dirigentes indicando que apesar da responsabilidade do cargo que ocupam e dos desafios enfrentados, encontraram apoio em suas companheiras. Logo, a formação política envolve e é envolvida pelos laços de solidariedade despertados pela Marcha. Essa mesma perspectiva foi apresentada pela assessora de mulheres, como pode ser visto na fala a seguir:

Fora o processo que eu percebo [...] de solidariedade, porque não é só falar o tempo todo de ônibus e recursos, patrocínios é o cuidado que a gente já tem de “oh, coordenadora, já vamos fazendo o levantamento de quem é que tem pressão alta, diabético, para identificar nesse processo de cuidado durante a viagem” não é só “vão lá de qualquer jeito”, não. Parte desse processo formativo é também informar que “ó, vocês estão indo para um lugar que é frio”. Aí começa um processo ali de organização de quem não tem roupa, então tem movimento esse processo de cuidado com o próximo que um só um evento dessa maneira magnitude pode te aflorar do teu lado solidário (Daniela, Assessora de Mulheres da FETAEMA, entrevista concedida em 2023).

A venda das rifas é outro exercício que extrapola as esferas dos sindicatos, mobilizando vendas para pessoas de fora do movimento sindical nos municípios e mobilizando laços comunitários. Entendendo que poderia haver na rifa um potencial de divulgação da Marcha, perguntei à Secretária de Mulheres se estas vendas ajudavam a divulgar a Marcha, a levar Marcha *mais longe*, ou seja, aumentar o conhecimento sobre a ação nos municípios e comunidades rurais onde havia a venda por parte das Margaridas, e a resposta foi positiva.

Mais longe! Teve municípios que venderam 100 pontos, 200 pontos, 300 pontos. Era nos comércios, então ajudou uma grande mobilização. E mesmo

assim tiveram vários projetos, teve sindicato que criou “Adote uma Margarida”, então levou para a Câmara, levou para o comerciante. E o que era “adotar uma Margarida”? Adotar Margarida era custear a despesa de alimentação dela, então a gente fez uma média, 300 reais, então quem adotou fez a doação de 300 reais porque tava adotando uma margarida, para ir para Brasília. A gente fez várias estratégias, criamos envelopezinhos contando a história, “Deixe sua contribuição e ajude as mulheres a reivindicarem seus direitos”. Depois a gente passava recolhendo esses envelopes e tudo ia indo pro fundo. Feijoadas, bingos nas comunidades, os festejos elas colocavam lá “barraca das margaridas”. Agora no festejo junino já tem sindicato que montou a barraca, a menina já até me mandou a foto aqui e disse “olha, nós já começamos ó” aí aqui, festejo junino, bota a foto, e já começaram! (Gersina, Secretária de Mulheres da Fetaema, entrevista concedida em 2022).

A menção ao número de pontos vendidos pelas rifas dá a entender que a estratégia encontrou apoio nos municípios, em maior ou menor medida. Com a distribuição de envelopes contendo breves textos com a história da Marcha para pessoas externas ao movimento sindical, a Marcha passa a ser difundida em sua história e objetivos na vida social dos municípios, assim como pelas *feijoadas, bingos nas comunidades, os festejos*. Deste modo, levar a Marcha *mais longe*, pode ser lido também como trazer a Marcha para o que está *mais perto* da vida e do cotidiano das Margaridas, em suas comunidades.

Seria necessária uma investigação mais profunda, acompanhando as ações nos territórios, para entender melhor os motivos que levam os comerciantes a aderirem campanhas como “Adote uma Margarida”, o que nesta pesquisa não foi possível fazer. Mas há pistas relevantes para esse processo que residem na construção de laços de solidariedade e na relação das bases.

Neste movimento, a Marcha deixa de ser uma ação que se dá há mais de mil quilômetros de distância, ou apenas uma ação que ocorrerá nos dias marcados em Brasília e passa a alcançar os laços comunitários, os comerciantes locais, os festejos das comunidades, as Câmaras Municipais e outros espaços de socialização.

O fato de o Maranhão ter se mantido como maior delegação em 2023 e ter levado a maior delegação em 2019, com 74 ônibus lotados, mostra que esse trabalho tem garantido a presença expressiva das mulheres maranhenses na Marcha se faz expressiva a cada edição. Uma das estratégias que tem tornado isso possível foi a criação de um fundo em 2016, um ano após a edição de 2015, para que os sindicatos pudessem acumular recursos financeiros para os ônibus que iriam levar Margaridas à Brasília.

Para 2019 a gente criou um fundo que foi muito importante. A gente começou ele em 2016. Então, de 2016 até 2019, teve aí sindicatos que conseguiram os três anos de fundo, outros que foram dois anos. Esse recurso possibilitou a gente ter uma grande caravana de mulheres, era o fundo pros ônibus. O estado garantiu dez ônibus e aí a gente articulou um por regional. Para cada sindicato,

a gente abriu uma conta e teve sindicato que contribuiu com 100 mensal, outro 150, e aí quando foi próximo, esse recurso, alguns foram direto para as empresas dos ônibus e outros que contrataram no município a gente devolveu, então a conta ficava toda descontada, toda autorizada, para débito específico (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, 2022).

Este fundo se demonstrou fundamental, pois apesar de um acordo ter sido costurado com o governo do estado, conforme relatado acima, na semana da viagem representantes do governo entraram em contato para informar que não haveria mais a cessão dos veículos. Frente à essa negativa, uma articulação emergencial precisou ser realizada, tanto em pressão ao governo estadual quanto com as mulheres da delegação: “o estado diz que não tem mais os ônibus, os dez ônibus. Foi aquele auê, fomos lá, a secretária foi em cima e disse que não aceitava. Aí nós ganhamos cinco, fomos redistribuir esses cinco” (Gersina, Secretária de Mulheres, 2022).

Essa situação foi lembrada por Chaga Santos, coordenadora da Regional Baixo Parnaíba, que na reunião pós-caravanas afirmou: “Não tem como contar com os ônibus do poder público”, alegando que as confirmações que são dadas *em cima da hora* não permitem a organização e a articulação político-financeira necessária para levar as mulheres. Por isso o fundo é essencial para garantir a participação das mulheres do Maranhão na Marcha das Margaridas.

Vale destacar, que além dos sindicatos associados à FETAEMA, 22 entidades parceiras compuseram a delegação, em organizações de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, de forma que a delegação do Maranhão alcançou o marco de ser a maior da edição de 2019, com 4000 mulheres. A presidenta da Fetaema vê as ações das Margaridas como uma forma de a Marcha envolver as comunidades, de forma que o processo atinge mais mulheres, além daquelas que vão ou já foram à Brasília para marchar.

A Marcha consegue envolver não só as 100 mil mulheres que estão previstas aí para Brasília, mas ela prende muito mais do que isso a partir da formação de base até o ato final que é a caminhada em Brasília. Se você for contabilizar, ela passa aí muito de 100 mil mulheres que participaram do processo, né? Porque nas bases têm as formações, têm as caravanas, têm as ações de festa. E aí você fazer uma festa para arrecadar fundo isso eu percebi muito, né? Você já tá dizendo, olha essa festa é para a Marcha das Margaridas. Aí você já queria a pergunta, “mas o que é a Marcha das Margaridas?”, aí já tem que explicar quem foi Margarida Alves, que há 23 anos tem a Marcha aí você já cria um processo de curiosidade na própria cidade, no município, sobre o que são essas mulheres, essas Margaridas no Maranhão. (Ângela, presidenta da Fetaema, entrevista concedida em 2023).

As ações e mobilizações citadas indicam que apesar da predominância organizativa ser da Fetaema, não há construção possível sem a atuação das regionais no

trabalho com os sindicatos e suas comunidades, e muito menos sem a ação política das mulheres da *base*. Aqui o sentido não é de uma *base eleitoral* nos termos de Bezerra (1999), mas uma base sindical. Em fala na reunião *on-line* com a regional Médio Sertão, realizada em maio de 2023, a Secretária de Mulheres da Fetaema destacou que a Marcha deve ser vista como uma *ação de base*.

O que a gente está propondo é que a gente faça isso em junho até meados, 20 de julho, que é quando a gente tá visitando nossas comunidades falando que vai ter a Marcha divulgando e também fazendo os outros informes, porque a Marcha, ela também é isso. **Ela é ação de base!** Ela é divulgação e nós precisamos divulgar a nossa pauta das Margaridas, que aí a pauta a gente sabe que tá lá é educação, é saúde, é infraestrutura, é produção e comercialização é o fortalecimento nosso da agroecologia, é o meio ambiente preservado, as mulheres livres de todas as formas de violência, é ampliação do sinal de *internet* para as nossas comunidades (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, 2023).

Neste sentido, é o trabalho de base que negocia a legitimação e adesão da Marcha nas comunidades, nos municípios. Este é outro lado a ser apreendido nesse *fazer-a-marcha*: as articulações políticas costuradas pelas dirigentes sindicalistas, que passam a assumir importantes esferas de negociação feitas nos mais diversos espaços. Em seus municípios, nas assembleias estaduais, nos fóruns, conselhos e até nas esferas representativas dos poderes Executivo e Legislativo nacional elas são representantes legítimas das margaridas, de uma luta coletiva, e estão ali para divulgar, mobilizar e angariar apoios nas campanhas de financiamento da Marcha, ao mesmo tempo que junto às bases são lidas como referências. Isso constitui também um processo de acúmulo de conhecimentos políticos, como mostra Comerford.

Esses dirigentes e lideranças estão, mais do que qualquer outro agente, posicionados de forma a ter, em maior ou menor grau, um contato permanente com instituições, agentes, práticas e representações (valores) daqueles que estão na “base” das organizações de trabalhadores, sem deixar de ter ao mesmo tempo um contato permanente com instituições, agentes, práticas e representações (valores) do Estado e da “sociedade mais ampla”. Assim, tendem a possuir, em maior ou menor grau, um conhecimento (ao menos prático) “de dentro”, tanto em um sentido como no outro. Nas ações “rituais” ou “cotidianas” de dirigentes e trabalhadores, fazendo reuniões, brincadeiras, discursos, ocupações, ou seja, fazendo a luta, os dirigentes apresentam-se bifrontes, ambivalentes, e fazem-se por isso mesmo indispensáveis, criando condições para delimitar e legitimar seu próprio espaço social (COMERFORD, 1999, p.16).

Como antes apontado, há fluxos que distinguem a ação das bases, das ações de dirigentes dos sindicatos e ainda das diretorias da federação. Contudo, esses fluxos não

estão desconectados. Um exemplo disso foi a ação que exemplifica isso aconteceu no dia 6 de fevereiro de 2023, quando a Secretária da Mulher e o Secretário de Juventudes da FETAEMA³⁴ reuniram-se na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), com a presidenta da Casa Legislativa, a deputada estadual Iracema Vale (PSB) para tratar sobre as duas ações de massa que aconteceriam naquele ano, o 4º Festival Nacional da Juventude e a 7ª Marcha das Margaridas e apresentar as pautas.

Esse encontro e mais importante, o documento apresentado, mostram como acúmulos políticos em torno de uma pauta estadual são essenciais. As reivindicações do Maranhão também são entregues à Contag, que fica responsável por verificar o que é comum a todas as federações, mapear urgências e reivindicações e costurar uma pauta nacional para cada edição da Marcha das Margaridas. Além disso, o projeto do estado também serviu para ser apresentado em nível estadual e também nos municípios.

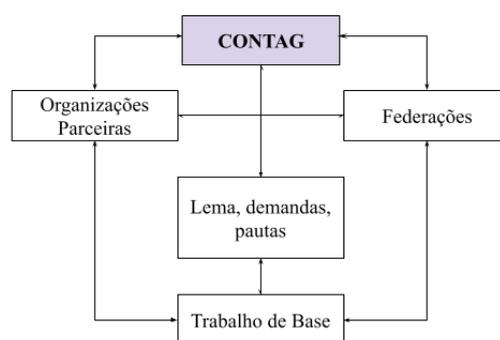
Ou seja, Marcha mexe com a organização nos níveis Municipal e Estadual, ao ponto de não ser necessário marchar em Brasília para conseguir levar a pauta para o poder público. No processo de escuta de atividades relacionadas à Marcha e no trabalho da FETAEMA no estado, as pautas vão se atualizando, assumindo maior ou menor urgência e relevância, em uma construção que acontece de *baixo para cima*.

A formação e esse caminhar da Marcha é interessante por isso, porque a Marcha ela é pensada durante os quatro anos seguidos, né? E aí você vai mobilizando e quando chega a pauta da Marcha, ela é construída da base, de baixo para cima. Então você consegue ali fazer uma mobilização onde todo mundo compreenda o que é a marcha e o que que nós estamos lutando nesse espaço de reivindicação. E a pauta depois de pronta a gente faz novamente o processo da base, para poder entender esse caminhar e o que nós vamos fazer em Brasília depois da pauta pronta. (Daniela, Assessora de Mulheres da FETAEMA, 2023).

No organograma abaixo busquei ilustrar esse *caminhar* da Marcha, com setas que se direcionam nos dois sentidos, ou seja, tanto da base para a CONTAG, quanto da CONTAG para a base, passando pelas organizações parceiras e pelas federações. O destaque que faço é que, sem a base, não há lemas, demandas ou pautas levantadas.

³⁴ Outras representações da diretoria também estiveram presentes na reunião: “a presidenta da ALEMA, Iracema Vale; a presidenta da FETAEMA, Angela Silva; a secretária de Mulheres, Gersina Vieira; o secretário de Juventude, Geová Goes; a secretária de Política Agrícola, Lígia Daiana; o secretário de Política Agrária, Edimilson Costa; a secretária de Políticas Sociais, Nilvane Santos e assessoria.” (FETAEMA, 2023).

Organograma 2: Fluxo entre Contag e Bases Sindicais



Fonte: Elaboração própria.

A fala da Secretária de Mulheres da Contag e coordenadora geral da Marcha das Margaridas, Mazé Morais, corrobora com as falas das interlocutoras. Ela destaca o processo, que se deu nas bases, e fala sobre a importância do processo de construção de consciência crítica das Margaridas no que tange às razões de estarem em mobilizadas.

Sobre o levantamento das pautas, foram muitas caravanas e audiências públicas. Muitas reuniões em associações, em comunidades, na beira dos rios, florestas e roçados. A execução da Marcha demanda quatro anos de mobilização e articulação exatamente por isso. Além do levantamento de nossas pautas, organizamos a captação de recursos e a comunicação. Nosso objetivo não era só trazer mais de 100 mil mulheres para Brasília, mas também fazer com que nenhuma mulher chegasse em Brasília sem saber o propósito pelo qual estávamos ali. **E isso reflete a grandiosidade do processo formativo, porque mesmo aquela mulher que não pôde estar ali marchando com todas nós, foi impactada pela jornada de formação e foi capaz de contribuir com a organização das pautas.** Nós ouvimos todas as mulheres: do campo, das florestas e das águas. As que habitam as periferias e que são companheiras das cidades, e que se somaram na realização dessa grandiosa Marcha (MORAIS, 2023, grifo meu).

Mais uma vez é reconhecida que a formação da Marcha das Margaridas não se dá apenas nos dias da Marcha em Brasília, pelo contrário, a formação política é processual e permeia todas as etapas de preparação de uma delegação para a Marcha das Margaridas. Na seção seguinte, veremos a partir das falas das interlocutoras desta pesquisa como essa formação política é assumida.

3.2 A formação política e o processo de empoderamento na formação de sujeitos políticos

O que a Marcha produz em termos de formação? Como isso aparece na fala das interlocutoras? Quais os sujeitos políticos/coletivos mobilizados nesse processo? Uma palavra-chave pôde ajudar a responder essas questões. Em muitas entrevistas a palavra

“empoderamento” apareceu nas falas das Margaridas indicando que haveria um terreno de investigação sobre a formação política dessas mulheres e o sentido que exprimiam ao utilizar “empoderamento”.

Já na primeira entrevista que pude realizar, com Gersina Vieira, Secretária de Mulheres da FETAEMA, o termo empoderamento foi chave. Gersina falou sobre sua participação em oficinas ofertadas pela Rede de Agroecologia (RAMA), e como isso a despertou para a importância do autocuidado no processo de *empoderamento* das mulheres para a superação de violências de gênero. Inspirada por essas formações, por meio de oficinas, levou debates sobre autocuidado e *empoderamento* para a estrutura das Secretarias da Mulher dos STTRs que compõem a federação.

A gente tem conversado muito e feito oficinas nesse sentido [...] eu já participei de três oficinas com eles [RAMA] que é sobre o autocuidado, que fala até de eu pentear meu cabelo, desse autocuidado. E aí eu tenho interligado o que é que eu digo para as minhas secretárias, minhas meninas, [...] o que é que tem a ver eu falar delas usarem um batom e um perfume com o trabalho das mulheres? O que tem a ver quando eu digo assim “A gente pode usar roupa que a gente quiser”. Porque eu preciso me **empoderar** disso, porque se eu estiver bem, vou conseguir fazer um trabalho bem para as mulheres. Então a gente tem as oficinas que tem tentado muito desse lado também de que “eu preciso me cuidar e eu me cuidando vou poder cuidar da outra, vou poder acolher a outra que sofreu uma violência”. (Gersina, Secretária de Mulheres da Fetaema, 2022).

Essa fala é interessante porque diz respeito à participação em um processo formativo externo às formações *contaguianas* da ENFOC e à estrutura da FETAEMA, mas que, a partir da participação de uma Secretária, incide nos temas a serem discutidos dentro da estrutura da federação. Também é interessante porque mobiliza o autocuidado a partir do empoderamento, de forma que essa uma reflexão sobre esse tema vai ao encontro à de Weitzman, que encontrou nas falas das suas interlocutoras o *tema da autoestima*, o qual relaciona com as bases do movimento feminista.

O tema da autoestima surge organicamente nas falas nativas, mas também é uma das questões trazidas dentro da filosofia e pedagogia adotada pelo movimento feminista. Há uma pressuposição de que, na medida em que se costure uma abordagem metodológica que possibilite a externalização dos sentimentos a partir da partilha de experiências de vida e a partir da conscientização sobre sua condição social, a autoestima dos sujeitos envolvidos aumentará e os vínculos grupais serão consolidados (WEITZMAN, 2016, p.387).

A construção de vínculos grupais por meio da partilha aparece na preocupação em coletivizar o conhecimento, como relatado por Gersina. Em seu papel como Secretária de

Mulheres da Fetaema disse questionar-se como conseguiria *repassar* este empoderamento *para que não seja algo individual*. O sentido dessa pergunta é de como ela, enquanto secretária de uma federação, consegue alcançar as mulheres, levando aprendizados que adquiriu ao longo de sua trajetória.

Um outro sentido acionado no uso da palavra *empoderamento* diz respeito à atuação política das mulheres, não apenas ocupando cargos de liderança no movimento sindical, mas também incidindo em outras esferas políticas. Essa entrevista foi realizada no ano de 2022, ano de eleições gerais no Brasil. Visando a participação ativa das mulheres da FETAEMA, foi criado um grupo de *WhatsApp* para fomentar o *empoderamento* das mulheres na política partidária.

Incentivar a fazer vídeos, dizer que elas precisam ir para redes sociais, que a gente precisa que elas estejam na política, até para a gente começar a criar leis, né? Porque as leis quem faz são os homens, até hoje. Então estamos pensando esse cenário, a gente tá trazendo também essa porta da política partidária para as mulheres. Ângela como presidenta tem fomentado muito isso também. (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, 2022).

A *porta da política partidária* para as mulheres não significava somente lançar candidatas no pleito eleitoral, mas encorajá-las, *empoderá-las*, a participarem do processo das eleições, posicionando-se inclusive por meio das linguagens das redes sociais. A Marcha é chave nesta construção que busca a consolidação da atuação política das mulheres na esfera pública e o fato de ser uma ação política protagonizada por mulheres e pensada para as mulheres é fundamental para essa visão, como colocou Patrícia, coordenadora da Regional Mearim da Fetaema.

A gente abre espaço para os homens, mas a participação, bem mais dos 70% praticamente é mulheres e isso te dá **empoderamento** tanto na participação da Marcha como também dentro do próprio movimento sindical. O próprio movimento é 60% de mulheres, mas a gente ainda encontra muito machismo, daqueles mais antigos com pensamentos de que mulher não leva pra frente, **que mulher não tem poder de organização** e Marcha dá esse **empoderamento** e mostra a realidade, de que a mulher é as que mais estão organizadas (Patrícia, Coordenadora da Regional Mearim, entrevista concedida em 2023).

Dessa forma, o protagonismo mobiliza dinâmicas de empoderamento e a ajuda a responder ao *machismo* que relatam enfrentar dentro do movimento sindical. Na reunião pós-caravana da Regional Baixo Paranaíba, chamou atenção uma saudação inicial que denunciava, em um dos sindicatos da regional, a fala de um presidente de sindicato que teria se colocado contrário à construção da Marcha das Margaridas.

Todos os presentes na reunião pós-caravana defenderam que a Marcha é uma mobilização de todos, responsabilidade a ser dividida com homens e mulheres que constroem a federação, os sindicatos e as delegacias sindicais. Aqui, vale ressaltar que a regional em questão é coordenada por duas mulheres, que responderam à denúncia da seguinte forma:

Não tem coisa mais triste do que a gente saber que tem presidente que bate na mesa e dizer que não vai ajudar as companheiras mulheres a realizar essa Marcha. Isso dói na alma. E aí eu quero agradecer imensamente a vocês homens, todos os homens, presidente, jovem, secretário geral e quem está aqui nessa sala, quem não está, mas que estão dando apoio. Porque o movimento sindical é construído por todos nós. E não é justo que as companheiras mulheres possam estar aí vendendo tudo que pode, fazendo o possível e o impossível e ainda aparecer um homem aqui e acolá dizendo que não vai apoiar. (Maria Anecy, Coord. Regional do Baixo Parnaíba, 2023).

Um outro coordenador, diretor da FETAEMA, fez fala em defesa das mulheres, de que sempre foi feita uma luta conjunta “nós construímos juntos, homens e mulheres [...] a gente não faz trabalho de base separado”. Em concordância, a outra coordenadora da Regional complementou:

É muito importante o **andar de mãos dadas** de todas as secretarias junto com as Margaridas, com a secretária de mulheres, porque a Marcha das Margaridas não é uma ação da Secretaria de Mulheres como a gente sempre vem repetindo. Ela é uma ação do movimento sindical no geral. E ela precisa de homens e mulheres juntos para que a gente fique mais fortalecido. E a gente fica muito triste quando os homens dizem “Ah, isso é para Secretária, te vira”. Não é assim gente, vamos estar juntos (Francisca das Chagas, Regional Baixo Parnaíba, 2023).

O diretor tirou como encaminhamento realizar uma reunião virtual só com os homens dirigentes e presidentes de sindicatos da regional. Uma semana depois, em um dos corredores da Fetaema acabei cruzando com ele junto à assessora da Secretaria de Mulheres da federação, que perguntou se a reunião aconteceu de fato. A resposta foi positiva: ainda na mesma semana da denúncia, no sábado pela manhã eles se reuniram, identificaram os *resistentes* e fizeram uma conversa de cobrança e alinhamento junto a eles. A ação dele foi a materialização do *andar de mãos dadas*, de apoio e união entre os que atuam em secretarias. Uma delegação como foi a delegação do Maranhão em 2023, levar 3500 Margaridas e Cravos para Brasília não deixa dúvidas desse poder de organização e traz legitimidade para essas mulheres no jogo político dentro e fora do movimento.

Essa associação entre o protagonismo das mulheres na Marcha e o empoderamento também foi feita pela Secretária Geral, que ao falar sobre as trocas e

conversas entre as margaridas e ao processo de empoderamento, trouxe uma imagética como se o empoderamento se materializasse na multidão de mulheres que marcham em Brasília: “Vai vendo que muitas das vezes a gente não quer falar da dor da gente, mas a nossa dor é a mesma dor da outra. E quando a gente marcha para Brasília, que a gente vê a multidão de mulheres, a gente vê um *empoderamento*, sabe?” (Rosmari, Secretária Geral da Fetaema, 2023). Essa *dor*, se refere aos processos de violência enfrentados pelas mulheres em uma sociedade patriarcal revela-nos uma outra visão do empoderamento. Essa visão se baseia na coletividade e em um processo de formação, onde a *dor* é reconhecida como algo compartilhado e problematizado, sendo trabalhada de forma conjunta.

Para essa discussão, pode-se realizar novamente um paralelo com uma discussão proposta “Fazendo a luta” de Comerford (1999), pois assim como ele traz os diferentes sentidos que o termo “luta” assume para seus interlocutores, “empoderamento” assumiu diferentes significados nas falas das interlocutoras. O uso do termo em diferentes contextos mostra que as mulheres se apropriaram e incluíram ao vocabulário, tendo sido popularizado dentro e fora dos ciclos feminista, porém o uso constante também gera estranhamentos, como verificado na seguinte fala da assessora de mulheres da Fetaema.

Eu não gosto muito de usar essa palavra que eu acho que ela tá meio batida e a gente nem sabe mais o que é empoderamento, né? De tanto repetir..., mas é como eles [base sindical] entendem, como um vetor de expansão para algumas pessoas que estão na base. Então se fala sempre “Ah, você é uma mulher guerreira”, “Você é uma mulher empoderada” e elas começam a se sentir assim, porque sabe o que o que a gente tá falando é algo que enaltece elas (Daniela, Assessora de Mulheres da FETAEMA, entrevista concedida em 2023).

Contudo, foi interessante perceber que ela própria utiliza da palavra, mesmo que *batida* para alcançar a base sindical. Em outra fala, Daniela chega a usar o termo mesmo como um sinônimo para *formação política*, quando ao se referir às etapas da caravana disse: “elas precisam fazer atividades [...] de empoderamento”; e ainda quando comentou que eram necessários “processos de além dessa formação, do processo formativo de empoderamento”.

Isto posto, apesar de ter sido empregada em diferentes contextos, e de entender como válido o apontamento feito sobre os múltiplos sentidos, ao revisitar os contextos, foi possível encontrar um sentido comum para a palavra *empoderamento*. De maneira geral, foi empregada para se denominar um processo de tomada de consciência da mulher.

O que variou foi se essa tomada era sobre si, sobre seus direitos, sobre o autocuidado, sobre as violências atravessam as mulheres ou mesmo sobre a força de mobilização que possuem.

Essa reflexão sobre o empoderamento indica então, que há uma relação entre a formação política, o processo de empoderamento e a formação de sujeitos políticos, digna de um maior cuidado na reflexão. A leitura que realizo sobre tal entroncamento é a seguinte: ao passo em que as mulheres trocam entre si, atuam em suas comunidades de forma coletiva para que consigam ir à Marcha, alcançam esse objetivo e chegam à Brasília, entendem sua dimensão, entendem que há poder na ação coletiva. São mulheres que partem de grupos minorizados e que, em defesa de seus direitos, encontram na ação coletiva uma *resposta ao sistema patriarcal*.

Contudo, há limites neste processo de empoderamento. Nos termos de Freire (1979), para além da tomada de consciência, para que ocorra um processo de conscientização é preciso ir além, é necessário que isso se crie em um campo de desenvolvimento crítico, enraizado na *práxis*, de modo que há uma diferença entre tomada de consciência e conscientização.

Está tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1979, p.15).

Tomando essa reflexão como referência, pode-se dizer que em resposta ao mundo que caracteriza essas Margaridas, marcado por ausências e negações, o processo da Marcha apresenta um modelo de ação reivindicatório, formativo, organizativo e crítico aos sistemas que oprimem as mulheres, ao mesmo tempo que propõe a transformação do mundo, defendida pelo projeto de sociedade costurado pelas Margaridas ao longo de mais de duas décadas.

Neste sentido, a visão da formação para coordenadora regional Sul, Aldecy, ajuda a entender essa proposição freiriana, no que mostra esse processo a partir da práxis, ao citar uma atividade de lançamento da Marcha e como isso é trabalhado:

A gente faz o lançamento da Marcha em cada sindicato, a gente aproveita às vezes as Assembleias ou faz um evento simplesmente para isso, para fazer o lançamento da Marcha para dizer a importância que a Marcha tem, que é uma ação de massa que não é simplesmente ir para Brasília passear, mas é a reivindicação dos direitos não só também das agriculturas familiares, mas de todos, né? De todos, porque beneficia homens. E a gente sempre faz isso, são formações. A gente também quando coloca, faz essa retrospectiva do início de quando começou com “200 mil razões para marchar” [...] Margarida Alves aí a gente traz a história dela, né? De onde ela é, porque que ela morreu como era a luta dela. Traz a importância também a importância do nosso poder, a importância do fortalecimento de gênero, porque às vezes os homens as mulheres fazem, mas que aparece um homem e dizem “ele que fez.” A valorização da mulher, o empoderamento, a importância da mulher também nos espaços políticos como os sindicatos como na Câmara de Vereadores, como na prefeitura na Câmara de Deputados, estadual e Federal. (Aldecy, coordenadora da Regional Sul, entrevista concedida em 2023)

Empoderar-se, na fala de Aldecy, é de fato reconhecer o poder e a valorização das mulheres. Para ela, isso é possível através de um processo de formação da Marcha, com *apresentar a história de luta da Marcha das Margaridas* e também de Margarida Alves. Deste modo, o empoderamento parece ser o “produto” do que investigo enquanto processo formativo, ou seja, uma palavra que dá conta e assume as significantes deste processo de conscientização, assim como produz um fortalecimento e uma dinâmica de valorização das mulheres frente aos homens do sindicato, de forma que o empoderamento, a formação das mulheres fez-se e faz-se necessário frente à resistência, que as entrevistadas ainda relatam ter que enfrentar, tanto com os pares homens, quanto nos processos de negação de direitos.

Há ainda, uma outra preocupação que se repete em algumas falas, desde a assessora até as coordenadoras regionais: de que as mulheres cheguem à Brasília com a consciência do propósito de marchar. Esse cuidado se relaciona ao receio sobre como a grande mídia irá retratar as Margaridas. Apesar de não ser o escopo deste trabalho, há matérias sobre a cobertura midiática da última edição da Marcha que apontam para dois caminhos problemáticos: o da invisibilidade e o do ataque³⁵.

³⁵ Sobre a edição de 2023 há duas matérias da Carta Capital, “Marcha das Margaridas: por que a mídia silencia as mulheres do campo, da floresta e das águas?” e “A cobertura vergonhosa da ‘Marcha das Margaridas’ pelos veículos de mídia tradicionais” e uma nota publicada pelo Núcleo Piratininga de

A gente sabe que também a mídia, ela traz muito isso, ela vai para o espaço pega qualquer pessoa e entrevista. Você não sabe, nós temos muitos adversários. Às vezes se você não sabe responder, fica bem complicado para chegar ali naquele momento e a mídia apresentar uma outra situação. (Rosmari, Secretária Geral da FETAEMA, 2023).

É evidente que o objetivo do processo formativo da Marcha das Margaridas vai além de preparar as Margaridas para possíveis reportagens. O processo formativo da Marcha, e aqui pego emprestada a reflexão de Weitzman (2016), “é a ligação estreita que se estabelece entre a tomada de consciência e a aquisição de novos conhecimentos, duas fases imbricadas no processo de politização de sujeitos” (p.383). Há uma *politização* e no que defendo aqui, esse processo é responsável pela formação de sujeitos políticos, identidades coletivas no *fazer-a-marcha*.

Outra importante síntese que Weitzman escreve ao analisar as falas sobre a tomada de consciência de suas interlocutoras é que o “processo de transformação de si mesmo envolve a conversão de um ser que não tinha consciência previamente em um sujeito político, mediante a ampliação de sua consciência” (Ibidem, p.380, 381). Traçadas essas referências, na seção seguinte veremos como os sujeitos políticos e as identidades políticas são acionadas pelas interlocutoras deste trabalho, no contexto da MM.

3.3 “Eu sou a Marcha” – A formação de identidades políticas no *fazer-a-marcha*

Há um outro passo importante a ser dado nessa investigação, que constitui um dos objetivos gerais desta pesquisa, que é apreender aspectos da formação política que também influenciam na formação de identidades políticas, em especial, no sujeito político/identidade coletiva “*Margarida*”.

As mulheres que participam da Marcha não constroem o movimento social “Marcha das Margaridas”. Na verdade, são em grande parte trabalhadoras rurais que constroem o MSTTR, quebradeiras de coco organizadas no MIQCB, mulheres *sem-terra* que compõem o MST, que ao se unirem em Marcha, assumem, que são Margaridas também.

Ser uma *Margarida* parte de um lugar distinto em ser uma mulher *sem-terra*, identidade estabelecida pela participação no Movimento Sem Terra e que Chaves (2000)

Comunicação (NPC) “A cobertura vergonhosa da ‘Marcha das Margaridas’ pelos veículos de mídia tradicionais”.

analisa como “forjada no curso da ‘luta’, realizada fundamentalmente através das mais diversas mobilizações promovidas pelo MST”. Isto posto, a Marcha das Margaridas, possibilita que uma mulher do Movimento Sem Terra, e que se entenda como tal, também se identifique enquanto uma *Margarida*. Encontro em Avtar Brah uma importante contribuição sobre a coexistência de identidades.

A supressão parcial do sentido de uma identidade pela asserção de outra não significa, contudo, que diferentes “identidades” não possam “co-existir”. Mas se a identidade é um processo, então é problemático falar de uma identidade existente como se ela estivesse sempre já constituída. É mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de identificação num dado contexto econômico, cultural e político. Mas a identidade que é proclamada é uma re-feitura, uma construção contexto-específica. A proclamação de uma identidade coletiva específica é um processo político por oposição à identidade como processo na e da subjetividade. O processo político da proclamação de uma identidade coletiva específica envolve a criação de uma identidade coletiva a partir de uma miríade de fragmentos (como colagens) da mente (BRAH, 2006, p. 372).

No processo da Marcha as mulheres que a integram passam a se reconhecer enquanto Margaridas, desenvolvendo uma identidade coletiva. Isso ficou mais claro nas entrevistas, em especial a partir da história de Adriana, responsável pela Coordenação de Mulheres da FETAEMA entre 2008 e 2011, e que apesar de ter nascido em uma comunidade quilombola, só passou a entender o que isso representava e se reconhecer como tal após ter entrado para FETAEMA e se encontrar em diversas marchas de movimentos de mulheres. Entre elas, a Marcha das Margaridas.

Até então eu era negra, mas eu não me considerava negra porque em Açailândia eu não vivia esse processo. Eu não vivi o processo de ser quilombola, entendeu? E eu nasci numa comunidade quilombola que hoje é reconhecida, mas eu não vivia isso. Quando eu vim para FETAEMA eu voltei para viver todo esse processo, voltei a vir pra minha comunidade em Itapecuru, que até então não vinha mais e aí assim eu fui vivendo aí eu conheci a Marcha das Mulheres Negras. Eu conheci a Marcha Mundial de Mulheres e aquilo me trouxe assim, uma força grande assim, aí eu comecei a ajudar a construir a terceira [MM]. Eu tava na FETAEMA, e aquilo veio mesmo forte assim [...]. E foi o que me trouxe muito assim para dentro de “ser” (Adriana, Diretora Estadual da CUT-MA, 2023).

Esta entrevista foi realizada durante o 1º Encontro sobre Conflitos Agrários, já citado anteriormente. Estávamos conversando em um lugar aberto, e por isso diversas vezes paramos para responder a um “bom dia” sequenciado sobre uma pequena prosa sobre a noite cultural que havia acontecido na noite anterior. Em uma dessas conversas

ocorreu um diálogo que me trouxe uma reflexão sobre a construção de sujeitos políticos. Um senhor se aproximou de nós e disse à Adriana, “Gostei muito da sua fala, a senhora é mulher, viu?”, no que ela agradeceu e disse “tem que ser, né? Tem que ser” e ele concluiu “Inteira”.

A trajetória de Maria Adriana Oliveira na FETAEMA começou em 2004, quando já haviam acontecido duas Marchas e apesar de conhecer companheiras que compareciam, ainda não havia participado de nenhuma edição. Todavia, o ano de chegada dela à federação foi marcante na efetivação de uma das principais conquistas da Marcha: como Secretária de Política Agrária, trabalhou no processo de titulação conjunta da terra, quando foi dado um passo importantíssimo para a valorização e visibilidade da mulher rural. Posteriormente, passou por diversas esferas da FETAEMA e foi coordenadora da delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas em 2011 e ainda foi eleita por duas gestões presidenta da CUT-MA. Hoje constrói diversas marchas, tem atuação na Fetaema, na sua comunidade Novo Oriente, no município de Açailândia e foi perceptível o seu papel como referência entre as dirigentes da federação.

Em outro momento do encontro, uma frase dita por ela me chamou atenção: “O AGRO é tudo, e nós estamos sumindo”. O *nós* ao qual ela se referia foi explicitado na sequência de sua fala de denúncia, as *mulheres, as quilombolas, agricultoras familiares*, que são grupos que têm a invisibilidade imposta por trás de uma ofensiva marketeira (ver DOS SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019) que se materializa nos conflitos de terras, onde o AGRO, de tudo domina e de todas se apropria, inclusive das identidades políticas, as esvaziando.³⁶

Neste contexto, a conversa em que a palavra “inteira” complementou a ideia de “ser mulher” ganhou ainda mais contornos e significados por ter se dado na sequência de uma fala sobre o processo de reconhecimento das identidades políticas que a constituem. Ser *inteira*, no caso de Adriana, passa por ser negra, quilombola, mulher, trabalhadora, uma mulher que saiu de seu município e cuja vida foi encontrando-se em marchas. Já no final da entrevista, Adriana partilhou mais uma reflexão curta, mas de muito impacto: “Não consigo dizer que eu não sou a marcha. Eu sou a Marcha. A Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha Mundial de Mulheres.”

³⁶ Em 2023 a campanha publicitária que carregava até então o slogan “AGRO é pop, agro é tech, agro é tudo” foi adaptada para “AGRO, de gente pra gente”, trazendo em uma dessas propagandas uma mulher negra chamada Regina Pereira, líder do quilombo Cafundó.

Reconhecer-se *Marcha*, é reconhecer que essas marchas levantam bandeiras que a constituem, ao mesmo tempo que o processo de reconhecimento está relacionado a um processo político, ou melhor, aos processos que fizeram parte de sua trajetória na luta política, que fizeram parte destas tomadas de consciência. Ainda nesta linha, é válido observar a análise feita por Weitzman a respeito da formação de uma de suas interlocutoras, na qual destacou ser

evidente que sua participação em processos de formação dentro dos espaços proporcionados pelo movimento das mulheres e pelo movimento feminista foi um fator que interferiu diretamente nesta sua tomada de consciência, de modo a explicitar as alterações no seu modo de pensar sobre determinados assuntos (WEITZMAN, 2016, p.381).

O processo de transitar entre as marchas foi parte de uma tomada de consciência das múltiplas identidades que constituem Adriana. Brah (2006) é chave para este entendimento, no que apresenta que as “identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança” (p.371). E ainda, a compreensão acerca de uma identidade coletiva também as ajuda a assumir outras posturas: na valorização dos trabalhos nos quintais, muitas mulheres também se entendem enquanto trabalhadoras rurais, nas discussões sobre raça, há mulheres que vão passar a enxergar-se como mulheres negras, indígenas, afro-indígenas, em se tratar das questões de território, as identidades ribeirinhas, caiçaras e quilombolas são valorizadas e reconhecidas.

Dá uma outra cara, né? Essa identidade coletiva fortalece também a pessoa se sentir parte de algo maior, sem contar na experiência que é para essa mulher sair da comunidade dela, com esforço delas tipo de arrecadar e tal contra tudo e contra todos, o machismo, enfrentando pai, marido, o financeiro (Daniela, Assessora de Mulheres da FETAEMA, 2023).

Logo, o que se discutiu nessa seção é como o “peso formador das relações sociais” (CHAVES, 2000, p.220) construídas no contexto da Marcha das Margaridas colaboram para a formação da identidade coletiva “Margarida”. Esta identidade forma as mulheres em suas subjetividades, tendo em vista que a “identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo que a qualquer momento é enunciado como o ‘eu’ (Brah, 2006, p. 371).” Deste modo

tomo a Marcha das Margaridas também como um processo que concorre para a produção tanto de subjetividades, quanto de identidades políticas coletivas.

3.4 “Moço, eu não corro do negócio não, vumbora” – Política de cotas, paridade e a Marcha que semeia Margaridas

A primeira diretoria da Fetaema foi eleita em 1972, com uma estrutura simples, composta por três cargos: Presidente, Secretário e Tesoureiro. Até 1994, essa estrutura triplicou, chegando a contar com também com vice-presidente, 1º e 2º Secretários e Tesoureiros, de forma que 48 cargos foram ocupados desses 26 anos, todos por homens. Ou seja, nesse recorte temporal em que foram empossadas 10 gestões de diretorias executivas, nenhuma delas contou com a participação de mulheres, ao longo de mais de duas décadas.

Na história da Fetaema houve apenas duas mulheres presidentas, em oposição a quase duas dezenas de presidentes homens. A primeira vez que uma mulher assumiu a presidência da federação foi em 2004, quando a então Secretária Geral foi colocada como presidenta de forma interina, por um período de 6 meses. Foi apenas em 2020 que houve a primeira presidenta eleita para o cargo. Isso significou que a Marcha de 2023 foi a primeira em que o processo de preparação contou com uma presidenta à frente da Fetaema, eleita para a gestão de 2020-2024. A presidenta eleita relatou que o processo de sua eleição teve um amplo apoio, tendo sido colocada uma única chapa ao pleito. Destacou ainda, que a maioria de mulheres no MSTTR no Maranhão deve ser reconhecida para que elas ocupem espaços de decisão no movimento e garantam a política de paridade em todos os sindicatos.

Para chegar foi um momento muito bonito, porque as mulheres encamparam a minha candidatura, e dentro do movimento aqui no Maranhão [...] a gente tinha um número maior e temos ainda hoje um número maior de mulheres, mas nem todos os sindicatos ainda estão na paridade, né? Um número maior de mulheres dentro do movimento sindical e o reconhecimento das mulheres pelo momento que era importante a gente já estar nesse espaço, né? A gente lutar para ter uma mulher no espaço. Foi muito lindo assim emocionante, eu me senti muito abraçada acolhida, né? Por muitos homens também, mas principalmente o empoderamento das mulheres em carregar e dizer que era um momento da gente ter uma presidenta, isso também fortaleceu muito para que a gente pudesse chegar a ter hoje uma mulher na presidência e abrir o caminho para a gente não ser a primeira e nem a única, mas que a gente possa dar continuidade nesse legado (Ângela, presidenta da FETAEMA, 2023).

Ainda que tenha havido apoio no momento da eleição, um reafirmar constante desse lugar também se fez necessário durante a gestão. Na visão da Secretária de Mulheres, responsável por coordenar a delegação do Maranhão na 7ª edição da Marcha, em 2023, ter uma presidenta mulher à frente da Federação trouxe uma responsabilidade ainda maior em “ter uma caravana grande bem representativa que traga isso fortemente para Marcha, de que nós mulheres podemos ocupar esses espaços de decisão reafirmar a nossa condição enquanto mulher” (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, 2022).

Em sua visão, garantir um processo de preparação para a Marcha das Margaridas com entrada ampla nos municípios, cumpriria um papel na legitimação do lugar de realização política das mulheres. A Secretária relata também tensões, que leio como tensões entre os papéis de gênero construídos e que vinham sendo ativadas pela novidade de ter a primeira presidenta eleita à frente de federação:

Às vezes faz reunião e a gente tenta muito dizer para as pessoas “Olha nós temos uma presidenta mulher, mas que é presidenta da categoria do homem e da mulher”, mas que a gente precisa nos unir para que a gente, como a gente é olhada em dobro é apontada em dobro, então a gente precisa superar esse desafio de que a nossa gestão precisa dar certo. E se der alguma coisa errada ainda vai dizer, “Olha, é porque é mulher. Se fosse homem aí tava dando certo.” (Gersina, Secretária de Mulheres da FETAEMA, 2022).

Dizer que as mulheres são apontadas em dobro indica que apesar dos avanços relacionados às cotas e à paridade entre homens e mulheres na estrutura da Fetaema, ainda há diferenças no tratamento, na leitura dos papéis de gênero, de forma que uma mulher à frente de uma Secretária ou da presidência, enfrentará mais cobranças. A resposta a esse desafio, seria então, realizar uma gestão seja bem sucedida, para *dar uma resposta até para os próprios pares*, como disse Gersina.

Vale destacar que não é apenas recente a eleição de uma presidenta mulher para a federação, mas é também a aprovação pela paridade em todas as esferas da FETAEMA, para além da Federação e suas secretarias, nas direções sindicais e de ter sido. Como apresentado no Capítulo 1, a luta pelas cotas dada na década de 90, passou por um processo de consolidação a partir de sua aprovação em 1995.

Hoje presidenta da federação, Angela teve sua entrada no movimento sindical a partir do que Galindo (2023) lê como a *coexistência das cotas de mulheres e jovens* na estrutura da Contag. Galindo mostra que dez anos após a aprovação da cota de 30% para as mulheres, foi aprovada a cota de juventude, justamente no período em que Angela foi

indicada para fazer parte da Coordenação de Juventude [que mais tarde viria a se tornar uma secretaria]. Neste momento Angela relatou que não participou da direção do sindicato de seu município, pois atuava apenas como associada, e que entrou no “movimento por ser mulher e na época por ser jovem, então eu entro no movimento por duas cotas [...] a cota é muito importante para a inserção das mulheres no movimento e para a permanência também, aí a partir daí a gente foi ampliando” (Angela, presidenta da FETAEMA, 2023).

Essa ocupação dupla, que faz com que uma única mulher jovem cumpra com duas cotas, foi apontada por Galindo como uma tendência, já quando a paridade fazia parte da estrutura de cargos da CONTAG³⁷, para que sobrassem mais cargos a “serem negociados e disponíveis para acomodar os dirigentes homens, de longa trajetória dentro da política sindical” (GALINDO, 2023, p. 24).

Destacadamente, a aplicação concomitante das cotas de mulheres (posteriormente, a paridade) e de jovens gerou uma dinâmica própria de inserção das mulheres jovens nos espaços deliberativos do movimento sindical coordenado pela Contag. Essa dinâmica, não significa, necessariamente, uma ampliação da participação massiva de mulheres jovens, muito menos facilidades ou vantagem nas condições de ingresso, afinal, a própria necessidade de implementação de políticas afirmativas informa a existência de desigualdades que precisam ser corrigidas (GALINDO, 2023, p.20).

Por isso, a ampliação a qual Angela se refere diz respeito não somente ao número de mulheres e jovens na estrutura da federação, mas à consolidação da política afirmativa para mulheres e jovens e à luta pela paridade entre homens e mulheres nesta estrutura. Na estrutura de cargos da FETAEMA apenas em 2019, na primeira etapa do 9º Congresso da FETAEMA, a paridade na federação e em todos os seus sindicatos filiados foi aprovada para ser implementada a partir de 2020.

Tanto a história das políticas de cotas e posteriormente a paridade entre homens e mulheres, como a criação das coordenações de juventude e mulheres, que depois vieram a assumir o *status* de secretarias, aparecem nas entrevistas entrelaçadas com as histórias das mulheres que fazem ou fizeram parte da Fetaema.

A adoção da política de cotas pela Contag, federações e sindicatos, [...], significou uma conquista da organização das mulheres e não somente possibilitou a sua participação efetiva como a reconfiguração do perfil do

³⁷ A paridade na Contag foi estabelecida em 2017. Galindo (2023) mostra que na estrutura da CONTAG quando a paridade foi instituída em 2017, mulheres jovens passaram a ter presença ampliada nos cargos de direção, de forma que é “principalmente, com a implantação da paridade de gênero na Diretoria da Contag, em combinação com a cota de jovens, que se amplia a presença das mulheres jovens na entidade.

movimento sindical em sua plataforma política, bandeiras de luta e práticas organizativas (PIMENTA, 2012, p. 38).

Maria Adriana Oliveira, citada na seção anterior foi também fruto da política de cotas. Ainda jovem, disse ter sido acolhida por uma *comunidade*, em um acampamento do MST, e que por ser uma das únicas pessoas que sabia ler, realizava o trabalho de leitura dos folhetos da Igreja Católica³⁸. A partir deste trabalho e da aproximação da luta pela terra, conheceu o movimento sindical de Açailândia e passou a atuar também nele. Pouco tempo depois, em resposta à política de cotas, o sindicato iniciou a busca por uma mulher que pudesse ser destacada para a Fetaema, ou seja, para assumir um cargo em São Luís, que fica a mais de 500 km de distância do município. Colegas mais antigas no sindicato declinaram da convocação e apesar de recente no movimento, foi Adriana quem aceitou o novo desafio:

Eu era a última da fila, mas o pessoal da FETAEMA disse que tinha um espaço, porém que era para uma mulher. Eu era a última da turma, mas aí as meninas não quiseram ir se destacando para São Luís, “vou não, vou não” aquela coisa toda assim. Quando bateu assim “Tu vai?”. Eu disse “Moço, eu não corro do negócio não, vumbora.” (Adriana, Diretora Estadual da CUT-MA, 2023)

Avalio que ao dizer “*não corro do negócio não*”, há um sentido de **coragem**. Esta categoria, apesar de não ter sido explicitada na fala de Adriana, foi mobilizada por Angela, quando falou sobre a *segurança* que a mulher precisa ter para ocupar determinados espaços. Ou seja, não basta criar cotas, para que a participação das mulheres seja plena é preciso criar espaços seguros para que elas possam atuar.

Eu acho que não ter medo, [...] quando você tem uma ideia e você acredita, e você tem segurança que é uma coisa que nós precisamos ter sempre nós mulheres, segurança, pra gente poder nas nossas composições e o que você achar que tá certo ou errado você defender, você ter a coragem, ter autonomia, né? Isso não é fácil dentro do movimento sindical, você ter essa **coragem** de fazer enfrentamento de ideias com homens, especialmente que já vem aí a décadas dentro da estrutura né? Eu sempre fui muito “saliente”, desde a juventude [...] discordei, concordei. Eu não tive medo de perder espaço com medo de ser renovada. (Angela, presidenta da Fetaema, 2023).

³⁸ Vale destacar que a Igreja Católica apareceu em diversas entrevistas como um espaço de valorização da atuação na esfera pública das mulheres, de modo que a maior parte delas pôde iniciar atuações e encontrar algum sentido de mobilização coletiva em espaços religiosos, até que o movimento sindical se apresentasse a elas e que a luta ampliasse os horizontes possíveis dentro dessa estrutura. Isso se relaciona com o histórico com CEBs e as trabalhadoras rurais (ver capítulo 1).

O processo formativo e reivindicatório da Marcha das Margaridas cumpriu um papel na luta em favor da implementação e consolidação da paridade em todas as esferas do MSTTR. Isso porque as mulheres constroem a legitimidade da Marcha das Margaridas na esfera pública com as milhares de Margaridas que vão à Brasília em um número que aumenta a cada edição, a cada resposta do governo que se traduz em conquistas para a MM e, ao mesmo tempo, para que essa construção possa ocorrer, é necessário tensionar e abrir espaço para as pautas e as discussões que dizem respeito às mulheres e seus direitos. Em uma demonstração da capacidade de mobilização, organização e formação política, seguem fortalecendo a MM há mais de vinte anos.

Durante o tempo da Marcha, as mulheres rurais que, normalmente, participam de várias redes de relações pessoais e sociais, ganham visibilidade aos olhos de uma localidade. Há uma afirmação da importância e do peso dessas mulheres, algo significativo para o reordenamento das relações sociais de gênero. Do ponto de vista dos movimentos mistos, como o movimento sindical, isso permite o estabelecimento de compromissos para com esse grupo social (AGUIAR, 2016, p.276-277).

Tensões nas relações com os homens, seja no movimento sindical, seja no âmbito nas famílias, apareceram de algumas formas nas entrevistas: resistência dos homens a construir a Marcha, relatos sobre o machismo dentro da estrutura sindical, e o confronto com alguns “companheiros” da luta, que insistiriam em resistir às mudanças em favor da participação das mulheres dentro do movimento sindical. Mostrar a força da Marcha das Margaridas tem um papel frente a isso. A leitura que realizada aqui é de que sim, a formação passa pelo reconhecimento de direitos, no que as auxilia a relacionar os temas das Marchas com suas realidades, mas também vai além, no que muda a relação da mulher em sua comunidade, em seu sindicato, na delegacia sindical, com o marido e com os filhos.

Pensando nisso que a coordenadora da Marcha de 2011 utilizou a pauta da equiparação das gratificações para as mulheres do movimento sindical, como uma chama de mobilização, para direcionar a luta e alcançar mudanças.

Nós tínhamos um debate muito grande sobre a questão do empoderamento da mulher, e dentro desse empoderamento, [...] a questão de nós termos o salário igual. Mesmo na direção do sindicato naquela época, sendo a mulher presidenta do sindicato, o salário dela era menor do que o do tesoureiro, se esse fosse um homem, entendeu? Então naquele momento assim, nós estávamos num embate muito grande, então esse ponto e olha que ele é pequenininho assim, mas ele tem uma força imensa. Com isso eu tive a possibilidade de andar praticamente o Maranhão inteiro nos sindicatos discutindo com as mulheres essa questão e dentro disso nessa questão, nós estávamos construindo a Marcha. Para ela entender que a Marcha puxava com mais força a questão de

dizer, olha, vamos igualar o teu salário com salário dos outros. Mas isso é uma pauta de dentro da Marcha. Isso é que vai te mobilizar, para mobilizar as outras (Adriana, Diretora Estadual da CUT-MA, 2023).

Com orgulho, afirmou que “as meninas” que a FETAEMA levou para a Marcha, sabiam o que era a Marcha, porque elas estavam indo, o porquê delas estarem reivindicando aquela pauta e por que elas mereciam ganhar o mesmo que os homens. O destaque que ela dá para o trabalho feito na base, em preparação para a Marcha, demonstra uma intencionalidade em alcançar mulheres em suas comunidades e municípios, o que não é feito apenas com os materiais ou os encaminhamentos da Marcha sem adaptação, sem estratégias locais, mas com ações pensadas para cada território e conjuntura.

Naquele momento, falar em salário igualitário entre homens e mulheres na direção dos sindicatos era trazer uma pauta de reivindicação nacional, que aparecia na pauta da Marcha das Margaridas para o MSTTR, desde 2007 tendo o texto alterado para adicionar também os jovens na lógica de “assegurar condições de trabalho com autonomia em todas as secretarias como também igualdade no valor da gratificação paga para homens, mulheres e jovens independente do cargo que exerçam no MSTTR” (PAUTA MSTTR, 2011).

Outra questão destacada em nossa conversa foi sobre as mulheres representarem maioria nos sindicatos e na federação, que tem um sentido de valorização para a participação das mulheres, como pode-se observar na fala a seguir.

Quem paga a maior mensalidade do sindicato? São as mulheres. Quem está aqui no dia a dia mesmo quem faz mesmo a luta aqui? Não estamos negando a participação dos homens não, mas a maior força são as mulheres. Então por que a gente não pode fazer? Quando nós vamos, não estamos construindo só para as mulheres, não é. Nós *constrói* para as mulheres, pros idosos, pros homens em geral para as crianças, principalmente porque quando a gente luta pelo bem-estar é de todos, né? E a marcha traz isso. Então a gente precisa ter muito isso para debater e combater isso, mas vem muito forte muito muito mesmo. E esse ano, com essa história financeira isso veio muito. A gente precisa estar conversando e tem que ter jogo de cintura para estar colocando (Adriana, Diretora Estadual da CUT-MA, 2023).

Ter *jogo de cintura* indica que as mulheres, apesar de serem a maioria no MSTTR, ainda precisam pensar estratégias para que suas pautas sejam acolhidas. No que diz respeito à contribuição sindical e a participação das mulheres nos STTRs ser superior à dos homens, esse dado voltou a se repetir na fala de secretárias, dirigentes e coordenadoras regionais. No processo da pesquisa foi possível localizar nos Anais do Congresso de 2020, os dados exatos, tanto para a Contag, quanto para a Fetaema.

[...] observa-se que, do total de associados(as) cadastrados(as) no SisCONTAG, 62% são mulheres e 38% são homens. Considerando apenas os sócios e sócias em dia, esse percentual praticamente não se altera: 63% são mulheres e 37% homens. Da mesma forma, do total de aposentadas(os) que autorizam o Sindicato a descontar a contribuição mensal no benefício pago pela Previdência, 64% são mulheres e 36% são homens. São as mulheres em sua maioria, portanto, que têm acreditado na força deste movimento e garantido a sustentabilidade político-sindical desta estrutura. [...] Ao observar os dados do SIGA, sistema da FETAEMA, essa realidade não é diferente: dos 285.810 (duzentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e dez) sócios e sócias cadastrados no sistema, 184.730 (cento e oitenta e quatro mil e setecentos e trinta) são mulheres e 102.680 (cento e dois mil e seiscentos e oitenta) são homens. Disso se deduz que as mulheres não apenas são a maioria, como também são as maiores responsáveis por manter a estrutura sindical, com pagamentos em dia, garantindo, aqui também, autossustentabilidade política e financeira da entidade (FETAEMA, 2020).

Desses dados surgiu uma outra estratégia de mobilização, um instrumento prática-discursivo em resposta aos questionamentos “técnicos”, que homens de dentro da própria estrutura sindical levantavam em reuniões ou em conversas. A lógica imprimida nas falas era de que, se são as mulheres a maioria das associadas e as mais adimplentes, faria sentido que uma parte dos recursos da FETAEMA e da organização da Federação seja voltada para a maior ação de massa de mulheres da América Latina.

A gente trouxe um relatório dentro da parte financeira. Fomos levantar o número de associados e associadas no nosso sistema e temos mais mulheres, né? Tem 64% de mulheres associadas e das mulheres pagantes também ficou nesse equivalente aí de quase 60%. [...] Fazer esse processo de explicar a importância de fortalecer a Marcha e trazer essa parte financeira feriu alguns egos, né? Começaram de certa forma as piadinhas, e dizendo assim. “Ah, mas isso aí que tá ameaçando os homens”. Não é uma questão de ameaça. Mas eu acredito que é tão difícil valorizar, reconhecer que as mulheres são as que mais sustentam a estrutura e na hora das conversas são menos beneficiadas, né? (Ângela, presidenta da Fetaema, 2023).

As dificuldades apontadas pelos comentários jocosos e provocativos em relação às pautas das mulheres em um movimento misto também se relacionam com a necessidade de um processo para desmistificar a questão dos estigmas que eram relacionados ao feminismo. Neste sentido, na gestão em que Adriana Oliveira esteve à frente da Coordenação de Mulheres no ano de 2009, um dos lemas que rodou o Maranhão por mutirões era “Eu sou mulher, eu sou feminista”, para desconstruir preconceitos com o termo “feminista”³⁹.

³⁹ Interessante destacar também que em 2010, 29 mulheres do Maranhão, ligadas à FETAEMA, participaram da Marcha Mundial das Mulheres, de caráter explicitamente feminista, em sua 3ª Ação Internacional, que no Brasil aconteceu entre os dias 8 e 18 de março, em uma marcha que percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo.

No caderno de textos de 2011, já se reconhecia que a Marcha era composta pelo “Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de movimentos feministas e de mulheres”, ou seja, se reconhecia que a MM tinha em sua composição movimentos feministas. Neste caderno, o termo *feminismo* aparecia em um glossário, como um termo a ser apresentado e apreendido pelas Margaridas.

Feminismo: Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade, que promova a igualdade de oportunidades para as mulheres. O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres, que assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Diante dessa conceitual podemos perceber que feminismo não é o contrário de machismo, como muitas pessoas pensam ser (CONTAG/Caderno, 2011, p.12).

Na tese de Aguiar (2015) há uma emblemática fala de Carmen Foro, que hoje é Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do governo federal, mas que já fez parte da estrutura da CUT e da Contag, tendo coordenado por duas vezes a Marcha das Margaridas. Ela que conta que ao chegar na Contag, havia uma negação do termo feminismo:

Quando eu cheguei aqui na Contag, havia uma negação total, posso exprimir dessa forma uma negação total do que significava as mulheres falarem em feminismo. Raimundinha abria a boca e dizia “eu sou uma mulher feminista” e isto causava um mal-estar completo na Contag. Mas se nós pensarmos bem, a principal essência do feminismo é o que nós estamos fazendo, pelo menos nos últimos 10 ou 15 anos, de questionar uma sociedade desigual com as mulheres. Se nós pensarmos que ser feminista significa fazer todas as lutas que nós já fizemos, questionando o Estado brasileiro, questionando a postura dos nossos companheiros e companheiras do movimento sindical que, envolvidos por uma cultura machista, muitas vezes acabam cometendo, diria, muitas injustiças com as mulheres que estão no movimento sindical; e se nós compreendemos que ser feminista significa ser capaz de construir três Marchas das Margaridas; que questionam por que as mulheres não estão em lugares devidos; que questionam por que as políticas públicas não consideram as mulheres, eu diria que nós estamos dentro de uma entidade que mais tem construído feminismo nesse país que é a Contag, com toda a luta que as mulheres têm feito [...] (FORO, em entrevista à AGUIAR, 2015, p.228).

Como apontado por Moreira e Theodoro (2023), a Marcha das Margaridas contribuiu para romper com esses estigmas, as pautas da Marcha das Margaridas são base para essa fala. Ainda que o termo feminismo cause espanto e resistência dentro do

movimento sindical e tenha havido também resistência à presença de mulheres do movimento sindical no movimento feminista.

[...] o feminismo sempre foi uma palavra meio “maldita”, principalmente nos movimentos mistos. [...], as mulheres do movimento sindical (lembram algumas) não eram bem-vistas pelo movimento feminista: eram consideradas “atrasadas”. No entanto, a Marcha das Margaridas passou a colocá-las em outro lugar, em outro patamar, de mais respeito, de mais reconhecimento quanto à sua contribuição para a luta feminista” (MOREIRA, THEODORO, 2023, p.38).

Vale destacar que a presença e a participação de organizações feministas na Coordenação Ampliada incidu de forma expressiva nesse processo, no que “a presença das parceiras contribuiu para a aproximação e o aprofundamento dos debates feministas e ambientais/ecológicos/agroecológicos dentro da Contag” (Ibidem, p.30). Relevante lembrar que a primeira Marcha das Margaridas nasce em adesão à agenda da Marcha Mundial das Mulheres, ação assumidamente feminista. Essas pautas, foram abrindo terreno para a desestigmatização do feminismo, de forma que a

a Marcha mediou um aumento no diálogo do movimento sindical com o movimento de mulheres, feministas, ambientais e agroecológicos, ao ampliar seu arco de alianças para fortalecer a luta de classe e gênero (BUTTO, 2017), e trouxe para o movimento sindical rural lutas como o feminismo, a agroecologia (MOREIRA, 2019) e atualmente o enfrentamento ao racismo (MOREIRA, THEODORO, 2023, p. 30).

Ou seja, o feminismo na Marcha das Margaridas se constitui enquanto uma práxis educativa em disputa, que forma politicamente tanto as mulheres que a compõem quanto os movimentos que nela se inserem. Um exemplo disso é o Caderno 4 da edição de 2019, cujo título “Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo, pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e sua sexualidade” demonstra um aprofundamento de pautas feministas, que permeiam a MM. “O fim da violência sexista” é parte do lema desde a primeira Marcha, sendo “[A violência] é pauta central das lutas construídas pela Marcha das Margaridas (CONTAG/Caderno 4, pg. 5, 2019).” O subtítulo do Caderno 4, que traz os elementos de “autonomia e liberdade” em relação ao “corpo e sexualidade” da mulher, também se relaciona às pautas feministas.

Contudo, a postura de combate ao racismo atrelada ao combate sexista, aparenta ser uma postura interseccional para o projeto político da Marcha das Margaridas, o que faz parte de um avanço de leituras relacionadas ao feminismo negro e às demandas de mulheres negras. O capitalismo, o patriarcado e o racismo são apontados como sistema

de dominação, raízes da violência contra as mulheres. Fortalecendo a ideia de que foi feita uma leitura interseccional a respeito da violência, uma das seções leva título-provocação: “Então quer dizer que a violência sexista se articula com outras formas de opressão, discriminação e desigualdade?”:

Mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres, quilombolas, camponesas são atingidas por uma escala ainda maior de violência, devido à combinação de múltiplas formas de discriminação, baseadas em sistemas de desigualdades, que se alimentam entre si, sendo os principais deles os de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual (CONTAG/Caderno 4, 2019, p.8).

O combate às formas de violência contra a mulher como pauta central da Marcha das Margaridas seguiu na edição de 2023 e para além da violência física, outros tipos de violência foram nomeados: violência psicológica, sexual, patrimonial e moral, que já apareciam no texto de 2019, no contexto das formas reconhecidas na lei Maria da Penha. A maior novidade para os textos de 2023 nesse eixo, diz respeito ao termo “violência de gênero”, que aparece de forma a englobar todas as formas de violência contra a mulher. Além disso, são apresentados textos sobre violência política contra mulheres, a violência em espaços públicos e virtuais e violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas. Em falas de interlocutoras desta pesquisa foi comum trazer essa percepção do combate à violência contra a mulher como algo central para a participação na Marcha das Margaridas, como pode ser observado na fala abaixo, feita pela presidenta da FETAEMA.

Outro ponto que eu acho estratégico da Marcha [...] é a questão da proteção às mulheres com relação à violência, né? É preciso a gente ter um movimento específico para a gente poder afirmar a necessidade da proteção às mulheres com relação à violência, a violência doméstica, a violência psicológica, a violência política que tem crescido a cada dia [...] na verdade, a gente sempre teve a violência política, só que o termo vai ser utilizado agora, mas é uma das que a gente mais sofre no psicológico da gente, é a violência política. Porque para a gente tá nesses espaços, você tem que estar preparada para o machismo, porque os espaços políticos eles vêm muito para ser espaço de homem, né? E a pauta [da Marcha] traz essa importância da gente tá afirmando o tempo todo que a gente tem espaço e sim queremos que ele seja vista (Angela, presidenta da Fetaema, 2023).

Esta fala também nos diz sobre os processos de formação e o avanço das pautas. Por mais que Margarida Maria Alves tenha sido vítima de um feminicídio político, último grau da violência política, “violência política” como categoria só passa a ser nomeada nos cadernos da última edição da Marcha. Neste processo é interessante perceber como as pautas da Marcha das Margaridas são construídas com organizações parceiras feministas tais como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres

Brasileiras (AMB), que pautam novos temas e aprofundam os debates de forma que o processo formativo extrapola o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Apesar de haver um intenso processo formativo na preparação para a Marcha, o *marchar* em si é, indubitavelmente, um processo educativo, o que quero dizer, é que não há formação que possa ensinar a uma Margarida o que é participar da Marcha. É somente indo à Brasília que as dimensões, os encontros com outros estados, as oficinas e tudo que envolve os dias de Marcha das Margaridas são apreendidos. Na próxima seção serão apresentadas as dimensões formativas dos dias de Marcha em Brasília.

3.5 A hora de marchar – Observação participante da VII Edição da Marcha das Margaridas

A chegada ao Pavilhão das Margaridas

Na terça-feira, dia 15 de agosto, iniciou-se oficialmente a programação da Marcha das Margaridas 2023. Ao chegar no Pavilhão do Parque da Cidade, fiquei impactada com a quantidade de ônibus estacionados nas proximidades e com o fluxo intenso de mulheres chegando com suas delegações. Na parte de fora do Pavilhão, uma tenda para credenciamento e distribuição de pulseiras de acesso aos alojamentos, formava filas, nas quais os símbolos da Marcha se faziam presentes. Nos chapéus com adereços de flores e nas camisetas de suas federações ou organizações, em sua maioria, roxas e trazendo a imagem de Margarida Maria Alves estampada, juntamente a frases de luta.

Em frente a esta tenda, uma ainda maior comportava a “Mostra das Margaridas”. Um espaço que ficou o dia e a noite ativo, tanto com as artesãs e produtoras que levaram produtos para venda realizando essa comercialização, quanto em um palco, colocado para quem quisesse cantar, tocar, dançar, recitar poesias. Uma mostra que realmente propiciou um ambiente para que as Margaridas e os cravos trocassem entre si nos âmbitos de arte, cultura e compra e venda de produtos.

Ainda do lado de fora, havia mais tendas: uma tenda de espaço infantil e recreativo, uma para criação de adereços de crochê e uma que me chamou atenção enquanto pesquisadora do processo formativo a tenda “Espaço Rodas de Conversas das Margaridas”, na qual a roda “Política de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural” estava acontecendo.

A estrutura montada em Brasília para recebê-las contava também com espaços de alojamentos e de refeições, com uma réplica da casa de Margarida Maria Alves; e com um espaço para atendimentos médicos e massagens, o “Espaço Saúde”, também chamado de “Tenda da Cura”. Nesses espaços pude reencontrar Margaridas que entrevistei durante o período da pesquisa em que estive em São Luís do Maranhão e conhecer outras mulheres, associadas à Fetaema ou a organizações parceiras, de diversos municípios do Maranhão.

A oficina “O que é ser negra no Brasil: expressões do racismo e desigualdades étnico-raciais” e a estrutura do Pavilhão do Parque da Cidade

Foi também importante visualizar algumas tensões que podem surgir nas falhas de um evento desta magnitude. O que aconteceu, por exemplo, quando a estrutura para garantir as oficinas foi prejudicada em função da superlotação dos alojamentos do Nordeste. As tendas que serviriam como espaço para os debates, foram ocupadas por Margaridas que precisavam de um local para se acomodar, sem que houvesse a realocação das oficinas ou uma comunicação clara do que poderia ser feito. Mediadoras, coordenadoras, participantes e reladoras ficaram sem orientações para realizar suas atividades.

Havia me organizado para acompanhar como ouvinte a oficina “O que é ser negra no Brasil: expressões do racismo e desigualdades étnico-raciais”, mas acabei também dividindo a tarefa da relatoria com a Margarida e minha mãe, Cláudia Regina, que estava escalada para acompanhar e registrar falas desta oficina. Como a atividade teve que mudar de lugar duas vezes até que encontrasse um espaço com estrutura para a realização da conversa, a outra relatora designada para a atividade não localizou o espaço onde aconteceu o debate.

Uma das falas chama atenção para o processo formativo e de identidades mobilizadas na Marcha à ação “Quando a gente olha a arte da Marcha nós nos enxergamos ali, mas onde estamos aqui? A fala de várias pessoas trouxe essa indignação, então nós precisamos estar interseccionais, em toda a programação.” (Participante da oficina de Mulheres Negras, 2023). Um dos encaminhamentos levantados foi sobre a ENFOC, para que a escola de formação não se restringisse a enxergar as mulheres negras e quilombolas apenas em datas emblemáticas, e sim adicionar às diretrizes da Educação Quilombola na Escola da Contag. Outras frases emblemáticas dessa oficina, que mais se transformou em

uma roda de conversa, foram: “Não se discute Bem Viver sem as Mulheres Negras Reunidas.”; “A pauta das mulheres negras deveria estar no palco principal. As quilombolas, as pantaneiras deveriam ter várias falas em rodas de conversa”; “O movimento agroecológico tem que denunciar que com racismo não há agroecologia!”. Falas que indicaram insatisfação com o espaço político direcionado a mulheres negras.

Raimunda e Cleudiane: a participação de Margaridas quilombolas na Marcha

Um dos objetivos na participação da Marcha era alcançar mulheres com as quais ainda não havia sido possível o diálogo, Margaridas que estão participando pela primeira vez da MM e entrevistá-las. Após o encerramento da oficina, pude dialogar com duas mulheres que participaram da roda e que compuseram a delegação do Maranhão. Cleudiane e Raimunda, mulheres negras quilombolas que constroem o Grupo de Mulheres do Quilombo de Bom Jesus dos Pretos e se articulam enquanto lideranças do território.

Elas fazem parte de um grupo de mulheres que lutou e foi atrás até mesmo do sindicato do município do qual a comunidade delas faz parte para participar. O objetivo era ir para Brasília com o grupo completo, que hoje conta com cinco mulheres, mas quando foram ao sindicato para se informar sobre as vagas e inscrições, foram informadas que havia apenas uma vaga disponível.

Contudo, estavam decididas “se a gente vai, a gente vai no grupo” e acabaram conseguindo garantir a participação de todas: fora uma das colegas que não pôde viajar por questões de saúde, as quatro estavam no pavilhão observando todas as atividades. Quando perguntei a elas se não havia acontecido uma divulgação no quilombo em que moram, para que elas pudessem organizar-se para realizar a inscrição, Cleudiane respondeu que não, por haver outras atividades do cotidiano que tomam o foco, elas ficam “mais focadas em resolver os problemas do PNAE, mas aí ela [Raimunda] lembrou ‘tá no ponto da Marcha das Margaridas’, foi lá no sindicato e correu atrás” (Cleudiane, delegada sindical e liderança do território Quilombola Bom Jesus dos Pretos, 2023). Neste ponto, foi interessante observar uma postura crítica sobre a ausência de divulgação da ação na comunidade delas e o reflexo em quem pôde participar representando o Maranhão.

A gente vinha [no ônibus] até se questionando, porque a gente não via cara de agricultor. Eram pessoas da área urbana, não da zona rural. Eu ficava pensando

por que a informação não chegou até a zona rural? [...] as pessoas que deveriam estar aqui, comunidades que podem estar lutando. Quem tá no urbano não enfrenta uma guerra, e é diferente de nós das comunidades rurais, a gente enfrenta uma luta lá concentrada. É preciso melhorar essa parte da divulgação, né? Que a Marcha das Margaridas a gente foi saber do pessoal da comunidade que teve oportunidade de participar aí a gente já ficou mais alerta, entendeu? Para a gente saber que já estava sendo liberada a inscrição. Porque a gente já tinha conversado entre nós lá do grupo, a gente vai participar este ano (Raimunda, liderança quilombola, 2023).

Essa fala aponta que ela enxerga uma diferenciação entre as dirigentes e os representantes dos sindicatos, que são sediados em áreas mais urbanas, em comparação às bases das comunidades rurais, mostrando que apesar de ser construída nas bases, a Marcha ainda enfrenta limitações em termos de alcance.

Quando perguntadas sobre o significado da participação na MM, responderam representar conquista, aprendizado e identificação com tudo que estavam vendo: “Quando eu cheguei ali [apontando para a fila do lanche] eu queria mais era estar ali [apontando para o palco principal do pavilhão], a fome até passou!” (Cleudiane, delegada sindical e liderança do território Quilombola Bom Jesus dos Pretos, 2023).

Ainda que a minha participação na Marcha tenha sido no contexto da pesquisa, senti algo parecido com o que Cleudiane relatou, pois quando cheguei ao Pavilhão queria participar de todas as atividades, ao mesmo tempo em que os olhos corriam e se cruzavam com os de Margaridas que sorriem, se cumprimentam, se identificam. Em cada espaço há muita coisa acontecendo e tudo parece ser imperdível. No meu desejo de fazer a pesquisa, me organizei para poder estar ali, e para isso, recebi um apoio a partir de um edital de fomento financeiro de participação de eventos pela universidade. No desejo delas serem vistas, ouvidas e estarem entre outras mulheres, tanto a organização e quanto a realização em estarem presentes, eram sem dúvidas, ainda maiores.

Tanto que *bater perna* pelo pavilhão com outras colegas do grupo estava incomodando a Raimunda, que disse às companheiras “Gente, pelo amor de Deus, olha o que nós estamos perdendo rodando, perdendo tempo! Eu acho que a gente tava perdendo tempo, enquanto tempo para ganhar nós tinha. Isso que era na participação na palestra, né?” (Raimunda, delegada sindical e liderança do território Quilombola Bom Jesus dos Pretos, 2023). *Tempo para ganhar* aqui assume um papel em relação ao processo formativo oferecido na estrutura da Marcha das Margaridas em Brasília. Assim como Raimunda, Cleudiane sentia que havia ganhos em participar desses momentos: “é a palestra que nos enriquece, nos dá forças. Essas palestras que nos encoraja, que nos dá

mesmo força pra gritar ‘eu vou atrás, eu vou lutar por aquilo’” (Cleudiane, delegada sindical e liderança do território Quilombola Bom Jesus dos Pretos, 2023).

Após a conversa com as mulheres, ao fim do período destinado para o lanche, aconteceu o Ato Oficial de Abertura da Marcha das Margaridas 2023. A delegação de Margaridas do Maranhão ocupou grande parte das cadeiras em frente ao palco principal, carregando pequenas bandeiras do estado e as balançando, criando uma espécie de onda maranhense que se posicionava marcando presença em mais uma edição.

A abertura oficial da Marcha das Margaridas

Na abertura, as secretarias de mulheres de todas as federações entraram de mãos dadas com a Mazé Moraes, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e coordenadora da Marcha das Margaridas. Quando o nome “Gersina Vieira, do Maranhão” foi anunciado, a delegação inteira vibrou. Após esse momento com as Secretárias, representantes da direção da Contag entraram, e em seguida foi a vez de ministros e ministras do governo federal ocuparem as cadeiras no palco.

Estiveram presentes a ministra do Esporte, Ana Moser; a ministra Ciência e Tecnologia, Luciana Santos; a ministra da Cultura, Margareth Menezes; a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara; o ministro da Secretária-geral da República, Márcio Costa Macêdo; o ministro das Comunicações, Juscelino Filho; o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida; o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; o ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula; o ministro da Procuradoria-Geral da União, Antônio Brandão; o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; e ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (GOV, 2023).

Enxergo haver também um sentido formativo na participação deste momento, e poder escutar a fala de ministras e ministros, como a ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara, a ministra da cultura Margareth Menezes, e a ministra do meio ambiente, Marina Silva. Um aprendizado que diz respeito ao conteúdo dessas falas, mas também a essa vivência.

A hora de marchar – a Marcha das Margaridas 2023 e as respostas do governo federal

No dia seguinte, 16 de agosto, era chegada a hora de marchar. A delegação do Maranhão, por ser a maior entre todas as federações, foi o primeiro agrupamento a sair do Pavilhão do Parque da Cidade, posicionando-se em frente a frente da Marcha, atrás do primeiro trio elétrico, e guiando os cinco demais agrupamentos que vinham na sequência. Se no planejamento da coordenação da Secretaria de Mulheres da Fetaema e das organizações parceiras, o objetivo era levar número de 4000 mulheres à Brasília, elas atingiram a marca de 3500 pessoas na delegação.

No momento da Marcha foi possível fotografar a delegação, reencontrar mulheres com quem havia estabelecido diálogo no período do trabalho de campo no Maranhão e ter dimensão do tamanho que a Marcha das Margaridas assume cortando a Esplanada dos Ministérios, ocupando o centro do poder político do Brasil. Também foi importante observar as falas realizadas em um palco que foi montado à frente do Congresso Nacional para receber representantes da Marcha, parlamentares, ministros e também o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A fala da Secretária de Mulheres Trabalhadoras Ruais da Contag, Mazé Morais, que deu ênfase para a luta pelo Bem-Viver e pela reconstrução do Brasil, elementos centrais do lema da Marcha das Margaridas 2023. Em seguida, a Ministra das Mulheres comunicou um conjunto de políticas em resposta às demandas das Margaridas a serem realizadas no escopo do MMulheres. Cida Gonçalves realçou em sua fala que naquela data assinaria uma portaria instalando de volta o Fórum Nacional de Políticas para as Mulheres Agricultoras do Campo, da Floresta e das Águas.

Na ocasião, o presidente Lula anunciou uma lista de ações dos ministérios em resposta à pauta da VII Marcha das Margaridas, apresentada e enviada meses antes para o governo federal. Pode-se destacar da fala do presidente, a assinatura do programa “Quintais Produtivos”, o decreto para retomada para a reforma agrária estabelecendo pontuação diferenciada para as famílias chefiadas por mulheres e ainda a criação de uma Comissão de Conflitos Fundiários, para o enfrentamento dessa problemática latente em razão das disputas por terra.

Vale destacar que foi publicado um documento a partir da Secretária-geral da Presidência da República em conjunto ao Ministério das Mulheres (MMULHERES) e ao

Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA) com respostas e encaminhamentos nos treze eixos pautados pela Marcha das Margaridas 2023.⁴⁰



Figura 12: Margaridas em Brasília para a VII Marcha das Margaridas. Fotografias analógicas feitas pela autora, 2023.

Posteriormente, ainda em agosto de 2023, peças de comunicação foram divulgadas nas redes sociais do MMulheres e do MDA, de forma que as publicações foram feitas em colaboração com o perfil da Marcha das Margaridas na rede *Instagram*. A publicação feita pelo Mmulheres destacou: a ouvidoria “Oi, Mulheres” do ministério, que vai aos territórios para escuta e participação social das mulheres, o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver Para Mulheres Rurais, que é desenvolvido em conjunto com o MDA; a criação do Fórum Nacional Permanente de Políticas para as Mulheres Agricultoras do Campo, da Floresta e das Águas; o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; o número de unidades móveis para o atendimento direto e orientações às mulheres, incluindo carros, barcos e lanchas.

⁴⁰ A maior parte das respostas tem como ministérios envolvidos os citados, contudo há também pautas a serem atendidas a partir dos seguintes ministérios: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério do Esporte, Ministério da Gestão e Inovação, Ministério do Turismo, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Fazenda, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério de Portos e Aeroportos. Essa amplitude demonstra a transversalidade das pautas e uma abertura do governo federal em atender as demandas da Marcha das Margaridas. Além disso, também há pautas direcionadas à Controladoria-Geral da União, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo.

Confira as ações do Ministério das Mulheres anunciadas pelo presidente Lula e pela ministra Cida Gonçalves na Marcha das Margaridas

OI, MULHERES! A Ouvidoria Itinerante do Ministério das Mulheres vai até as mulheres em seus territórios para garantir a proteção de seus direitos e a construção de políticas públicas adequadas à realidade. Um espaço de escuta, diálogo e de participação social direta das mulheres em sua diversidade no governo federal.

PROGRAMA NACIONAL DE CIDADANIA E BEM VIVER PARA MULHERES RURAIS, com o objetivo de garantir o acesso à documentação, à titulação conjunta da terra e ao território, para que as mulheres do campo, da floresta e das águas tenham assegurados seus direitos civis, políticos e sociais. Ação desenvolvida em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS com o objetivo de prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres por meio de ações governamentais intersetoriais com perspectiva de gênero e suas interseccionalidades.

270 UNIDADES MÓVEIS PARA REALIZAR ATENDIMENTO DIRETO DE ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS MULHERES, além de 10 carros, em que a metade servirá para locomoção das equipes e a outra parte para transportar os equipamentos de atendimento às mulheres. Também serão destinados barcos e lanchas para regiões com necessidade de implementação do serviço fluvial para o atendimento das mulheres das florestas, das águas e do Pantanal.

PROGRAMA NACIONAL DE CIDADANIA E BEM VIVER PARA MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS, com o objetivo de elaborar, propor, avaliar e monitorar políticas de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres; e do Fórum para a Promoção de Estratégias de Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica e cuidado com mulheres da pesca, aquicultura artesanal, marisqueiras e outras trabalhadoras das águas.

CARTAS DE RESPEITO
Firmamos uma parceria com os Correios para garantir que as mulheres possam enviar cartas à Ouvidoria do Ministério das Mulheres sem custo de remessa.
Basta enviar para **CAIXA POSTAL 10802**, Cep: **70.306-970**, Brasília/DF

Figura 13: Ações do Ministério das Mulheres anunciadas pelo presidente Lula e pela Ministra Cida Gonçalves na Marcha das Margaridas.
Fonte: Reprodução do Instagram da Marcha das Margaridas (@marchamargaridas).

Já a publicação do MDA teve enquanto os destaques: o Programa Quintais Produtivos; as ações em favor do acesso à terra; o investimento destinado para a Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica no Semiárido; o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres; e a iniciativa Lavanderias Coletivas, um projeto piloto a ser desenvolvido em nove unidades de assentamentos na região Nordeste do país, para melhorar a qualidade de vida de mulheres que neles residem.

BRASIL

MDA entrega um conjunto de medidas em resposta à Marcha das Margaridas
Para a construção de terra e bem viver

Programa Quintais Produtivos
Atende à reforma, equipamentação e insumos necessários para produção e manejo do quintal.
Ação direcionada em parceria com organizações locais e comunitárias.
Até maio - 2023
90 mil
MHA e POC

Acesso à terra
Reforma do Programa Nacional de Reforma Agrária
5,7 mil famílias das comunidades
40 mil terras regularizadas
8 novos assentamentos
R\$ 13,5 milhões em assistência técnica para implementação de mulheres rurais e agroecológicas
Programa Nacional de Crédito Fluvial
1,5 mil famílias beneficiadas

Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica no Semiárido
R\$ 23,5 milhões
30% para mulheres
2,5 mil beneficiárias

Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres
Reforma das Medidas de Documentação da Regularização Rural, com acesso à documentação, à titulação conjunta da terra e ao território para que as mulheres rurais possam exercer sua cidadania, sendo asseguradas direitos civis, políticos e sociais.

Lavanderias Coletivas
Projeto piloto com a titulação de nove unidades em assentamentos nos estados do Nordeste. Mais qualidade de vida para as mulheres rurais.

Figura 14: MDA entrega um conjunto de medidas em resposta à Marcha das Margaridas.
Fonte: Reprodução do Instagram da Marcha das Margaridas (@marchamargaridas).

Acompanhar o desenrolar das atividades e ouvir as falas das margaridas maranhenses nos variados espaços da estrutura da MM foi importante, também, para a investigação sobre o processo político e formativo anterior à chegada em Brasília. Fotografar, entrevistar e observar possibilitou documentar a continuidade de processos de formação de mulheres que se organizaram desde o Maranhão para participar deste momento em Brasília.



Figura 15: Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas 2023.
Fotografias da autora, 2023.

Ao ouvir as falas das mulheres em plenárias e oficinas de modo que os relatos das Margaridas me auxiliaram a entender: a atuação dessas mulheres, suas inserções e leituras sociais, intersubjetividades e seu entendimento sobre as formações que elas receberam referentes à Marcha das Margaridas e temas a ela correlatos; os espaços em que atuam e suas formas de agir político em suas comunidades, organizações, sindicatos e no cotidiano e em que medida a participação na MM interfere e modifica essas relações. Foi como observar a materialização da delegação do Maranhão, que mais uma vez foi muito expressiva e a maior entre os estados.



Figura 16: Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas 2023
Fotografias da autora, 2023.



Figura 17: Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas 2023
Fotografias da autora, 2023.

CONCLUSÃO

A proposta de realizar uma leitura sobre a Marcha das Margaridas com enfoque em seus aspectos da formação política trouxe potentes resultados para que se pense sobre ações coletivas e processos formativos. Já no percurso da investigação proposta por essa dissertação foi possível perceber que a Marcha das Margaridas foi construída e fundamentada a partir de acúmulos de formação política, ao mesmo tempo em que segue produzindo educação política e formando sujeitos políticos em seu fazer.

Apresentar a Marcha como resultante de um processo histórico de lutas permitiu enxergá-la não como uma ação isolada no tempo e na política, mas como um processo que se insere dentro do contexto dos movimentos que a compõem a fim de transformar a realidade em favor das pautas e bandeiras das Margaridas, assim como relacionada às pautas amplas da política nacional. A MM então, se faz em múltiplas ações integradas às agendas dos movimentos e organizações, em especial à agenda do MSTTR.

Ao nomear a Marcha das Margaridas enquanto uma novidade histórica, como feito na introdução deste trabalho, não se pretende postular que a MM seja a primeira ação coletiva expressa na esfera pública através de marchas. O que se pretende destacar é que as Margaridas formularam um novo fato político cujo maior ineditismo foi justamente ter como protagonistas as mulheres do campo, das águas e das florestas, que levantando as suas pautas em seus territórios e organizando-se para apresentá-las no centro do poder, produzem uma série de repertórios, entre eles repertórios de formação política.

A formação política aparece em todas as seções do trabalho. Vimos no primeiro capítulo como os sentidos formativos fortaleceram-se com a consolidação das mulheres trabalhadoras rurais, enquanto categoria e enquanto sujeitos políticos na Marcha das Margaridas e como auxiliam as mulheres que participam do movimento na construção de participação política, identidades coletivas e direitos.

Ao optar por realizar o histórico do movimento rural no Maranhão entrelaçado aos acontecimentos em âmbito nacional, pude localizar o estado dentro dos processos históricos, e visibilizar a organização das mulheres neste processo. A intenção foi mostrar como cada congresso citado nos quais as mulheres travavam disputas pelas pautas, cada documento que era produzido em uma coletividade e apresentado em alguma esfera pública e política foram fundamentais de maneira que ocupar esferas da luta política tornou *fazer a luta* possível para as mulheres.

No capítulo 2, a partir das falas de Margaridas maranhenses foram explorados os formatos de preparação que produzem a formação política enquanto um processo, apresentadas visões sobre o movimento sindical e a Marcha das Margaridas como sujeitos educativos e destrinchado a forma que a estrutura oferecida pela CONTAG para a Federação é utilizada. Com as falas e trajetórias de Margaridas do Maranhão, pôde-se observar como a FETAEMA mobiliza, no contexto da Marcha das Margaridas, uma coletividade composta por distintos atores, tais quais suas secretarias, os STTRs municipais e as organizações parceiras.

No capítulo 3, pôde-se enxergar que as bases formativas da Marcha das Margaridas permeiam o fazer-a-Marcha, de forma que a Marcha em si constitui enquanto sujeito pedagógico, sendo construída de forma contínua pela ação do próprio sujeito coletivo que fórmula, as Margaridas. Entendendo a estrutura fornecida pela Contag, é interessante perceber como todo o material é elaborado de forma coletiva, por mulheres de todos os territórios que compõem a MM, um exercício compartilhado de experiências, saberes, percepções e lutas diárias travadas no campo, na floresta e nas águas, de um país tão diverso e continental.

Também foi possível entender a formação de sujeitos políticos atrelada a ideia de empoderamento, que neste contexto nada mais é do que uma resultante dos processos formativos. Para que os sujeitos políticos se identifiquem como tal, é mobilizada a ideia de identidade coletiva, que deve passar por aquilo que é comum a um grupo e ao que os diferencia dos demais. Desta forma, a identidade Margaridas é uma identidade construída com um propósito aglutinador ao mesmo tempo em que permite que as demais identidades não sejam apagadas. Visando destacar a formação desses sujeitos políticos, fez-se importante destacar a luta política das mulheres da Fetaema nas pautas por cotas e pela paridade de gênero na federação.

Por fim, apresentou-se que o *marchar* em si constituiu processo educativo. Em Brasília toda a programação da Marcha das Margaridas visa acolher as Margaridas e estimulá-las a falar sobre suas pautas, debater sobre os eixos da MM e refletir sobre a ação como um todo. As trocas com mulheres de diferentes estados, a participação em oficinas, a descontração da noite cultural e o momento de marchar do Pavilhão do Parque da Cidade até o gramado em frente ao Congresso Nacional, para ouvir as respostas do governo às pautas apresentadas, são todos formativos politicamente.

Deste modo, conclui-se que a formação política na Marcha das Margaridas é processual e multifacetada, e não apenas aparece em diversos formatos, como no próprio

fazer a Marcha. Este achado reafirma que há um campo a ser explorado, no que diz respeito às potencialidades de processos de educação não-formal, que tenham base político-popular em tanto em movimentos sociais como em outros formatos de ações coletivas.

Margarida Maria Alves dizia “É melhor morrer na luta que morrer de fome!” e com seu exemplo de luta semeou a luta por direitos, pelos direitos das trabalhadoras do campo. Uma Marcha puxa a outra e, assim, nesse caminhar constante, as mulheres do campo, das florestas e das águas vão avançando no Brasil e fazendo história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 261, 2016.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Somos todas margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2015.

ALMEIDA, M. L. Trabalhadoras rurais: a historicidade do processo político de identificação das mulheres do campo brasileiro. *Anais do XVII–Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*. ISSN, p. 2316-1035, 2018.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais. *Currículo sem fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. *Cadernos Cedes*, v. 27, p. 157-176, 2007.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX. DP Neves, & LS Medeiros, *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*, p. 283-301, 2013.

BARROSO, Betânia Oliveira; DE FREITAS, Jullyana Cristhina Almeida.; FIGUEIREDO, Lilian Rolim. Quebradeiras de coco babaçu do estado do Maranhão: repertórios de luta e resistência. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, PE, Brasil, v. 4, n. 12, p. 1-23, jan./abr. 2021. ISSN: 2595-2803.

BEZERRA, Marco Otávio. Em nome das bases: políticas, favor e dependência social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-Coleção Antropologia da Política, 1999.

BORDALO, Caroline A. “A luta das mulheres é levada nos ossos e no peito”: Mulheres camponesas em Santa Catarina e os caminhos da luta por direitos. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.

BORDALO, Caroline A. Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 mar. 1963.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Editora Vozes, 2000.

CARDOSO, Maria Suely Dias; PEREIRA, Ruthiane Silva. Revista 40 anos FETAEMA - Projeto FETAEMA 40 anos. Realização FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura. 2012.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho 1994: 11-22.

CARVALHO, Cristiana Rodrigues; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador. A trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de Pernambuco: 1984–2015. Extensão Rural, v. 24, n. 2, p. 37-54, 2017.

CASTRO, Elisa Guaraná; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes. Os jovens estão indo embora? – juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2009.

CASTRO, Mariana. “Morte de quebradeira de coco e filho esmagados por árvore revela impactos do agronegócio no MA”. Brasil de Fato, Imperatriz - Maranhão, 15 de novembro de 2021. Direitos Humanos. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/15/morte-de-quebradeira-de-coco-e-filho-esmagados-por-arvore-revela-impactos-do-agronegocio-no-ma>> Acesso em 21 nov. 2022.

CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Plataforma 25 anos. Disponível em <<https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/>> acesso em 4 de dez. 2022.

CHAVES, Christine de Alencar. A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

COMERFORD, John Cunha. Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999. 154 p. (Coleção Antropologia da Política, 5).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil: 2021. São Paulo: CPT, 2021.

CONTAG. Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, DF: CONTAG, 2013. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fanais-11cntrr_padrss.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CONTAG. Caderno 1. Margaridas em Marcha Pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver. Brasília, DF. 2023.

CONTAG. Caderno 1. Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. Brasília, DF. 2019.

CONTAG. Caderno 2. Democracia participativa e soberania popular. Brasília, DF. 2023.

CONTAG. Caderno 2011. Margaridas na luta por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Brasília, DF. 2023.

CONTAG. Caderno 3. Por terra, água e agroecologia e por autonomia econômica, trabalho e renda. Brasília, DF. 2019.

CONTAG. Caderno 4. Pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade e Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo. Brasília, DF. 2019.

CONTAG. Coordenação e Parcerias - Marcha das Margaridas. [S. l.],. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/contag-e-organizacoes-parceiras-entregam-pauta-de-reivindicacoes-da-marcha-das-margaridas-ao-governo-federal-e-congresso-nacional-20230621>>. Acesso em: 13 de dez. 2023.

CONTAG. Federações realizam atos políticos nas regiões do país. 14 de ago. de 2011. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/-federacoes-realizam-atos-politicos-nas-regioes-do-pais-20110814>>. Acesso em 16 jan. 2024.

CONTAG. FETAEMA realiza seu 9º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Maranhão. 18 dez. 2020. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/fetaema-realiza-seu-9--congresso-estadual-de-trabalhadores-rurais-agricultores-e-agricultoras-familiares-do-maranhao-20201218>>. Acesso em 16 jan. 2024.

CONTAG. Jornada das Margaridas 2012. Seminário nacional Democracia, Poder e Participação Política. Brasília, 30 de julho a 01 de agosto. Brasília: Contag/CNMTR/CUT/CTB/CNS/MMTR-NE/MIQCB/MAMA/MMM/AMB/UBM/REDE LAC/ COPROFAM, 2012. Disponível em <<https://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Programa%C3%A7%C3%A3o-JORNADA-MARGARIDAS-2012.pdf>>. Acesso em 7 de jan. 2024.

CONTAG. Jornada das Margaridas renegociará pauta da Marcha e relembrará os 30 anos de morte de Margarida Alves. Portal da CONTAG, 12 ago. 2013. Seção: Jornada das Margaridas. Disponível em <<https://ww2.contag.org.br/jornada-das-margaridas-renegociara-pauta-da-marcha-e-relembra-os-30-anos-de-morte-de-margarida-alves-20130815>>. Acesso em 16 jan. 2024.

CONTAG. Mulheres cobram respostas mais efetivas do Governo Dilma à pauta das Margaridas. Portal da CONTAG, 3 ago. 2012. Seção: Jornada das Margaridas. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/mulheres-cobram-respostas-mais-efetivas-do-governo-dilma-a-pauta-das-margaridas-20120803>>. Acesso em 16 jan. 2024.

CONTAG. O Trabalhador Rural. Informativo, Ano VII, nº31. 1985.

CONTAG. Política Nacional de Formação – PNF. Brasília, DF. 2022. Disponível em <<https://enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao27.pdf>>. Acesso em 4 fev. 2024.

CONTAG. Projeto Político-Pedagógico da Formação do MSTTR. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/ppp>. Acesso em: 7 jun. 2023.

DE OLIVEIRA, A. M. N.; MELO, J. S.; BURNETT, F. L. Organizações sociais rurais: interesses em pauta e estado da mobilização no Maranhão no século XXI. *Revista Ciência Geográfica*, [s. l.], v. XXV, no 4, 2021. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_4/agb_xxv_4_web/agb_xxv_4-13.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.12, v.1, p. 175-204, jan./abr.2004.

dos Santos, A. D. G., da Silva, D. V., & Maciel, K. N. (2019). A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura*, 21(1), 46–61.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979–1999). São Paulo, 1999.

FETAEMA. 9º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, Agricultores e agricultoras familiares do Maranhão – Etapa Temática – Tema: Agricultura Familiar e Produção de alimentos Saudáveis.. In: Documento base. 16 e 17 de Dezembro de 2020, São José de Ribamar. FETAEMA, 2020.

FETAEMA. A FETAEMA reuniu-se com a presidenta da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA). São Luís. 6 de mar. de 2023. Instagram: @fetaema. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CpdUKiPJfuz/?img_index=3> Acesso em: 4 de fev. 2024.

FETAEMA. Margaridas do Maranhão rumo à Brasília. 17 fev. 2023. São José de Ribamar. 2021. Disponível em: <<https://fetaema.com/sobre-nos/>> Acesso em 16 jan. 2024.

FETAEMA. Micro Regional Oriental recebe a Caravana da Marcha das Margaridas. 24 mar. 2023. São José de Ribamar. 2021. Disponível em: <<https://fetaema.com/micro-regional-oriental-recebe-a-caravana-da-marcha-das-margaridas>>. Acesso em 17 jan. 2024.

FETAEMA. Regionais. São José de Ribamar. 2021. Disponível em: <<https://fetaema.com/sobre-nos/>> Acesso em 16 jan. 2024.

FETAEMA. Sobre nós. São José de Ribamar. 2021. Disponível em: <<https://fetaema.com/sobre-nos/>> Acesso em 16 jan. 2024.

FETAGRS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Mulheres Trabalhadoras Rurais. [s.d.] Disponível em <http://fetagr.org.br/tipo_departamento/mulheres/> Acesso em 04 dez. 2022

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Política e Educação: Ensaios. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. Coleção Questões de Nossa Época. v.23.

GALINDO, Eryka. Mulheres jovens trabalhadoras rurais: a emergência de uma nova categoria política e suas repercussões no sindicalismo rural. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 31, n. 2, p. e2331211-e2331211, 2023.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. Revista Pedagógica, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2006.

GOHN, Maria da Gloria. Paulo Freire e a formação de sujeitos sócio políticos. Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional. v. 5, n. 8, p 17-41. 2009.

GOIS, Magaly Nunes; TAVARES, Márcia Santana. Somos mulheres, somos luta, somos resistência: semeando a participação das mulheres no movimento sindical de Sergipe. Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo / Márcia Santana Tavares, Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.) – Salvador: EDUFBA, 2022.

GOV, Agência. Abertura da 7º Marcha das Margaridas teve participação de ministros. 2023. Disponível em <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202308/7deg-marcha-das-margaridas-comeca-nesta-terca-com-a-presenca-da-ministra-ana-moser>>. Acesso em 9 fev. 2024.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

JUBIABÁ #8: Marcha das Margaridas (2000). [Locução de]: Victor Hugo Criscuolo Boson. [S. l]: Jubiabá: direito e trabalho na história, agosto de 2021. Podcast. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/6pXrTG1iH5OPgiPz9NtmT8?si=SCDhQzJqQyO7DcKvDIcslQ>. Acesso em 02 dez. 2022

MARGARIDAS (a), Marcha. "Confira a lista de ações anunciadas nesta manhã pelo Presidente Lula @lulaoficial @governodobrasil e pela Ministra das Mulheres @min.dasmulheres Cida Gonçalves @cidagmulher em resposta às demandas das Margaridas". Instagram, [marchamargaridas], 21 ago. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CwNzrCmu7Bh/?img_index=1. Acesso em: 22 set. 2023.

MARGARIDAS (b), Marcha. "As Margaridas pediram, o MDA @mdagovbr entregou". Instagram, [marchamargaridas], 21 ago. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CwORvC9vOI8/?img_index=1. Acesso em: 22 set. 2023.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, p. 247-282, 2014.

Memorial da Democracia. Seção: Conflitos - Maranhão. 2015. Disponível em <<https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/ma>>. Acesso em 3 de jul. 2023.

MIRANTE, TV. Mulheres participam da Caravana das Margaridas no MA. São Luís: TV Mirante, 13 de março de 2023. 1 min.

MM. Marcha das Margaridas. Marcha das Margaridas, 2023. O que é? Objetivos Políticos. Disponível em: <<https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MORAIS, Mazé. A luta pela vida de mais de 150 mil Margaridas. [Entrevista cedida a] Isabella Benassi. Jacobin. 30 ago. 2023. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2023/08/a-luta-pela-vida-de-mais-de-150-mil-margaridas/>>. Acesso em: 19 de jan. 2024.

MOREIRA, Sarah Luiza Souza. A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil. 2019. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2019.

MOREIRA, Sarah; THEODORO, Suzi Huff. A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o (s) feminismo (s). *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 31, n. 2. 2023.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Mulheres no sindicalismo rural—reconfigurando a política. ANPUH—XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza. 2009.

MPMA. Ministério Público do Maranhão. MPMA participa de audiência sobre violência no campo. 2022. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/mpma-participa-de-audiencia-sobre-violencia-no-campo/>. Acesso em: 14 set. 2022.

NASCIMENTO, Aline Souza. Ação coletiva e meios de vida: análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, 2021.

NASCIMENTO, Aline Souza. Luto e luta pela Terra: uma revisita ao campo maranhense a partir das memórias de uma viúva camponesa. *Das Amazônias*, v. 6, n. 01, p. 194-212, 2023.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), 2010.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*, 2010.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. Movimento de Educação de Base-MEB: discurso e prática: 1961-1967. 1982. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, Iram Jácome; LADOSKY, Mario Henrique Guedes. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. Lua Nova, n. 95, p. 87-143, 2015.

SANTOS, Frednan Bezerra dos; TAVARES, João Claudino. Questão Agrária e violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. Revista de Políticas Públicas, v. 20, n. 1, p. 361-381, 2016.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Estudos avançados, v. 15, p. 225-238, 2001.

SEATI, Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação. Maranhão tem a maior delegação de mulheres na 6ª Marcha das Margaridas. Maranhão de Todos Nós – Agência de Notícias, 2019. Disponível em: <<https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=257553>>. Acesso em 4 dez. de 2022.

SECRETARIA GERAL DA REPÚBLICA. Caderno de Respostas - CONTAG Pauta Marcha das Margaridas. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-de-respostas/cadernoderespostasmarchadasmargaridas.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SILVA, Berenice G. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Berenice G. O golpe de 2016 e o retrocesso para as mulheres trabalhadoras rurais. In: Encontro Maranhenses sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero, 2, São Luís, 24 –26 abr.2019. Anais. São Luís, 2017.

SILVA, Berenice G. Resistência e luta das mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas. In: Mundo de Mujeres, 13 e Fazendo Gênero, 11, 2017, Florianópolis. Anais do Semin. Intern. Fazendo Gênero (documento eletrônico). Disponível em: <www.mundodemujeres.ufsc.br/wwc2017>. Acesso em 4 de dez. 2022.

SILVA, Berenice G. Tempo de plantar, de colher, de lutar e de resistir. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 6, p. 310-330, 2020.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica (org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.

SMDH, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Conflitos de terra registrados no Maranhão de 01 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991. São Luís, 1993.

SOBREIRA, Dayane Nascimento et al. “Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas. 2022.

SOF, Sempreviva Organização Feminista. Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/marcha-mundial-das-mulheres/>>. Acesso em 4 de dez. 2022.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag (1963-2015).. 2018. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TEIXEIRA, Marco Antonio et al. Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Revista Estudos Feministas, v. 23, p. 1001-1022, 2015.

TORNQUIST, Helena; FLEISCHER, Soraya Resende. Marcha das Margaridas: 10 anos de lutas e conquistas das mulheres na América Latina. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 719-740, set.-dez. 2012.

TOZZI, Verônica. Margaridas lançam Carta-Compromisso para Candidatas e Candidatos às Eleições 2022. CONTAG, 2022. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/margaridas-lancam-carta-compromisso-para-candidatas-e-candidatos-as-eleicoes-2022-20220812>>. Acesso em 17 jan. 2024.

TRANSFORMATÓRIO das Margaridas: observar para transformar. O que é a Marcha das Margaridas. Observatório Marcha das Margaridas. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139>. Acesso em 16 nov. 2022

TRANSFORMATÓRIO das Margaridas. “Documento de avaliação”, 2000b. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br>. Acesso em 16 dez. 2020.

UOL/NE10. Mulheres do maranhão fazem passeata contra Roseana. 7 mar. 2002. Disponível em: <<https://ne10.uol.com.br/canal/noticias//noticia/2002/03/07/mulheres-do-maranhao-fazem-passeata-contra-roseana-7814.php>>. Acesso em: 9 fev. 2024.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Congresso nacional camponês: polêmicas agrárias. Estudos Sociedade e Agricultura, 2010.

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Congresso nacional camponês: polêmicas agrárias. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 18, n. 2, 2010.

WEITZMAN, Rodica. Tecendo deslocamentos. Relações de gênero, práticas produtivas e organizativas entre trabalhadoras rurais. 2016. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE ENTREVISTADAS

| Nome | Município | Regional | Função/cargo (atuais) | Local da entrevista | Data da entrevista |
|-----------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|---------------------------------|--------------------|
| Gersina Vieira | Esperantinópolis | Mearim | Secretaria de Mulheres FETAEMA | FETAEMA | 24/06/2022 |
| Mulheres do SINDSEP | São Luís | Não compõem a estrutura de regionais | Secretarias e dirigentes do SINDSEP | SINDSEP | 22/05/2023 |
| Maria Adriana ⁴¹ | Açailândia ⁴² | Tocantina | Diretora Estadual da CUT-MA e dirigente do STTR de Açailândia | FETAEMA | 14/06/2023 |
| Patrícia Lima | Lago do Junco | Mearim | Coordenadora Regional | FETAEMA | 13/06/2023 |
| Maria Anecy | Coelho Neto | Baixo Parnaíba | Coordenadora Regional | FETAEMA | 14/06/2023 |
| Rosmari Barbosa | Primeira Cruz | Baixada Oriental | Secretária geral de FETAEMA | FETAEMA | 13/06/2023 |
| Aldecy Leite | São Raimundo das Mangabeiras | Sul | Coordenadora Regional | FETAEMA | 14/06/2023 |
| Daniela Strasser | Bacabal | Mearim | Assessora da FETAEMA | FETAEMA | 27/06/2023 |
| Ângela Silva | Lago dos Rodrigues | Mearim | Presidenta da FETAEMA | <i>On-line</i> | 8/07/2023 |
| Cleudiane | Cândido Mendes | Alto Turi | Delegada Sindical e liderança do território Quilombola Bom Jesus dos Pretos, associada ao STTR | Pavilhão Parque da Cidade | 15/08/2023 |
| Raimunda | Cândido Mendes | Alto Turi | Delegada Sindical e liderança do território Quilombola Bom Jesus dos Pretos, associada ao STTR | Pavilhão Parque da Cidade | 15/08/2023 |
| Claudeise | Presidente Juscelino | Oriental | Presidenta do STTR de Presidente Juscelino | Em meio à Marcha das Margaridas | 16/08/2023 |

⁴¹ Maria Adriana é conhecida pelo seu segundo nome. As citações de entrevistas que indicam a fala ser de “Adriana” referem-se a ela.

⁴² Adriana nasceu em um quilombo no município de Itapecuru, mas logo cedo mudou-se para Açailândia, onde começou a trabalhar e construiu a sua vida política.

| | | | | | |
|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------------------|---------|------------|
| Vilênia Aguiar | Não é do Maranhão | Não compõe a estrutura de regionais | Assessora da Contag | On-line | 22/12/2023 |
|----------------|-------------------|-------------------------------------|---------------------|---------|------------|

APÊNDICE B - ATIVIDADES PARTICIPEI E/OU ACOMPANHEI DURANTE A MARCHA DAS MARGARIDAS

| Atividade | Local | Dia/Horário | Representações | O que pode realizar |
|--|---|--|---|--|
| Roda de Conversa “Política de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural.” | Espaço Rodas de Conversas das Margaridas | 15/8 - 08h30 às 9h50 | Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com a representação de servidores. | Observação, anotações e registros fotográficos |
| Mostra das Margaridas | Área externa ao pavilhão | 15/8 - 8h às 21h (ficou aberta e o movimentada o tempo inteiro) | Representantes das delegações de cada estado do Brasil | Observação, conversa com artesãs, anotações e registros fotográficos |
| Painel Temático “Soberania alimentar e agroecologia como o caminho para a superação da fome” | Palco principal - Pavilhão do Parque da Cidade | 15/8 - 10h às 12h | FASE, CONSEA, Secretária Executiva do MDA, Secretaria de Política Agrícola - CONTAG, Fetag/CE, Fetag/RS, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome | Observação, registros fotográficos e gravação das falas de mulheres maranhenses que se inscreveram para apresentar suas demandas |
| Oficinas Lúdicas “Reconstruir o Brasil com cores e afetos: Oficina de produção de materiais para a Marcha das Margaridas.” | Tenda ao lado da Mostra Nacional da Produção das Margaridas | 15/8 - 9h às 17h (acompanhei atividade dos coletivos Borda Luta e Linhas da Resistência) | GreenPeace; Borda Luta; Abayomi | Registros fotográficos |
| Casa de Margarida Alves | Área interna do Pavilhão | 15/8 - 9h às 17h (aconteceram atividades ao longo do dia) | Organização da Marcha | Observação |
| Oficina Temática “O que é ser negra no Brasil: expressões do racismo e desigualdades étnico-raciais” | Tenda externa | 15/8 - 14h às 16h. | Articulação de Mulheres Brasileiras; GT de Mulheres da ANA/CONAQ; Marcha Mundial de Mulheres | Observação-participante e relatoria da atividade |

| | | | | |
|--|---|--|---|--|
| Entrevista para a pesquisa | Refeitório do Pavilhão | 15/8 - 16h às 17:30h | Participantes da Marcha | Entrevista semiestruturada |
| Abertura político-cultural da 7ª Marcha das Margaridas | Palco principal - Pavilhão do Parque da Cidade | 15/8 - Marcada para começar às 17h, começou por volta de 18h, durou cerca de 2h30min | Secretária de Mulheres da CONTAG, com as Secretarias de Mulheres das Federações e ministras e ministros do governo. | Observação e registros fotográficos |
| Marcha das Margaridas | Do Pavilhão do Parque da Cidade até o gramado em frente ao Congresso Nacional | 16/8 - 6h às 12h | CONTAG, organizações parceiras e todas as delegações estaduais | Observação participante, registros fotográficos, conversas com margaridas. |